

# CAETÉ

*Revista de Ciências Humanas*

VOLUME 1, Nº 2 - 2019



ISSN: 2675-1666



[revista.caete@delmiro.ufal.br](mailto:revista.caete@delmiro.ufal.br)



# CAETÉ

*Revista de Ciências Humanas*

VOLUME 1, Nº 2 – 2019

ISSN: 2675-1666

# SUMÁRIO

## **ARTIGOS**

---

- BACHELARD E O ORIENTALISMO.....**08**  
**Gabriel Kafure da Rocha**
- A CIÊNCIA DA SOCIOLOGIA E A FILOSOFIA DA CIÊNCIA: A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA MODERNA SOBRE A SOCIOLOGIA CLÁSSICA, POR MEIO DA CRIAÇÃO DO MÉTODO CIENTÍFICO.....**17**  
**Pedro André de Sousa Peixoto, Patriana de Souza Santos Cabral**
- TRABALHO INDÍGENA NA FORMAÇÃO DAS ALAGOAS (SÉCULO XIX). APONTAMENTOS.....**37**  
**Amaro Hélio Leite da Silva**
- APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DE ALAGOAS.....**60**  
**Felipe da Silva Barbosa**
- PATRIMÔNIO TAPAJOWARA NO SÍTIO PORTO: HERANÇA CULTURAL E RESISTÊNCIA ÉTNICA NA REGIÃO DE SANTARÉM, RIO TAPAJÓS.....**86**  
**Hudson Romário Melo de Jesus**
- ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA REGIONAL NO SERTÃO ALAGOANO: O CASO DO SÍTIO TELHA, BELO MONTE, BRASIL.....**103**  
**Sebastião Lacerda de Lima Filho, Karina Lima de Miranda e Pinto**
- MATERIALIDADE, MEMÓRIAS, TRADIÇÕES E ABANDONOS: PRODUÇÃO ATUAL DE OBJETOS TRANÇADOS NA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ENTORNO.....**128**  
**Luara Ferreira Lima, Rodrigo Lessa Costa**
- POTENCIALIDADES ARQUEOLÓGICAS NO ALTO SERTÃO ALAGOANO: IDENTIFICAÇÃO DE SÍTIOS DE PINTURAS RUPESTRES NO MUNICÍPIO DE INHAPI – AL.....**143**  
**Flávio Augusto de Aguiar Moraes, José Aparecido Moura de Brito, Mauro Alexandre Farias Fontes**

## **RESENHA**

---

- RESENHA: AS FACETAS METODOLÓGICAS DO PLÍNIO DOS SANTOS.....**163**  
**Vagner Gomes Bijagó**

## EDITORIAL

Chega aos leitores, o segundo número da *Revista de Ciências Humanas Caeté. Periódico de caráter interdisciplinar ligada ao Núcleo de Pesquisa e Estudos Arqueológicos e Históricos (NUPEAH/UFAL-Campus Sertão)*, possui em seu escopo a publicação de dossiês e artigos de fluxo contínuo. Já efetivada enquanto espaço fundante de divulgação de pesquisas arqueológicas, concluídas e/ou em andamento, resenhas e análises historiográficas, a Revista *Caeté*, vem contribuir de maneira decisiva para a produção científica no âmbito acadêmico. Em tempos pelos quais a universidade pública vem sofrendo reveses em seu funcionamento, a revista se propõe a colocar ao público leitor, um amplo painel do que vem sendo produzido dentro das Ciências sociais/humanas. A promoção de um debate em torno da promoção da ciência, seja elemento aglutinador do eixo deste periódico. Desde sua primeira edição, o amplo escopo publicado, demonstra sua importância frente as dificuldades e inerentes a organização de uma revista. Registro, portanto, o trabalho crucial de toda a equipe que a compõe e, igualmente, o agradecimento aos que submeteram seus artigos. A estrutura deste segundo número, vem acompanhada de oito artigos, um mosaico que reforça a interdisciplinaridade desta publicação.

A primeira contribuição, do filósofo Gabriel Kafure da Rocha – *Bachelard e o Orientalismo* - a saber, discute a presença e aproximações de filosofias orientais na obra do filósofo da ciência francês Gaston Bachelard. Em sequência, Pedro André de Souza Peixoto e Patriana de Souza Santos Cabral – *A ciência da filosofia e a filosofia da ciência: a influência da filosofia moderna sobre a sociologia clássica, por meio da criação do método científico* - abordam como a criação de um método científico, foi importante na relação entre a filosofia moderna e a Sociologia clássica de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. O professor Amaro Hélio Leite, em *Trabalho indígena na formação das Alagoas (Século XIX)* partindo de uma nova historiografia alagoana, caminha na discussão apresentando o quanto a formação histórica alagoana possui em seu amago o papel preponderante do indígena. O historiador Felipe da Silva Barbosa, analisa formação da historiografia alagoana em seus múltiplos contributos em *Apontamentos para uma história da historiografia de Alagoas*. Três pesquisas se inserem dentro de temáticas arqueológicas a seguir. O arqueólogo Hudson Melo em *Patrimônio Tapajowara no sítio Porto*, demonstra a presença de uma herança cultural do povo

Tapajowara nas cerâmicas restauradas encontradas no Sítio Porto, em Santarém no Pará – em torno do Rio Tapajós – e a sua relação com a resistência étnica deste povo. A conclusão da pesquisa de Sebastião Lacerda e Karina Lima – *Estudos de arqueologia regional no sertão alagoano* - evidencia a importância da arqueologia regional e ambiental para a preservação de um sítio arqueológico, no caso, o sítio Telha, região de Belo Monte, em Alagoas. No terceiro artigo dentro desta área, os pesquisadores Flávio Moraes, José Brito e Mauro Fontes, apresentam as potencialidades arqueológicas no *Alto Sertão alagoano: identificação de sítios de pinturas rupestres no município de Inhapi-AL*. Esses dois artigos demonstram a grande potencialidade arqueológica do Sertão alagoano em termos, especialmente, de sítios de registros rupestres. Numa abordagem de cunho etnográfico, Laura Lima e Rodrigo Costa – *Materialidade, Memórias, Tradições e abandonos* – apresenta a tradição e memória identificada na produção de objetos trançados, dentro de comunidades remanescentes Quilombolas em torno de São Raimundo Nonato, no Piauí. Por fim, uma resenha de tese de doutorado feita por Vagner Bijagó, sobre as redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul- mato-grossenses.

Assim, convidamos os leitores para uma ótima leitura, cientes de que encontrarão trabalhos referenciais para a Filosofia, História, Sociologia, Antropologia e Arqueologia.

**Prof. Eltern Campina Vale**

**Coordenador do Curso de História - Universidade Federal de Alagoas (Campus do Sertão-Delmiro Gouveia)**

# ARTIGOS



# BACHELARD E O ORIENTALISMO

## BACHELARD AND ORIENTALISM

**Gabriel Kafure da Rocha<sup>1</sup>**

[gabriel.rocha@ifsertao-pe.edu.br](mailto:gabriel.rocha@ifsertao-pe.edu.br)

### RESUMO

Embora na maior parte da obra de Gaston Bachelard (1884-1962) não haja muitas evidências de leituras de filosofias orientais, ainda assim concebe-se que há algumas aproximações possíveis nessa temática, principalmente por meio de referências aos livros do historiador francês Edgar Quinet, autor de *O gênio das religiões* (1831). Por meio desse livro, há um retrato de uma concepção oriental de sabedoria baseada no Ramayana, na qual Bachelard traça um elogio e dá pistas de uma noção de travessia entre as sabedorias ocidentais e orientais, desse modo, este artigo pretende refazer o caminho das passagens bachelardianas e a partir disso desvelar possíveis aproximações com os Vedas, a natureza, Tao, animus e anima.

**Palavras chave:** Ramayana; Atharva-Veda; Natureza.

### ABSTRACT

Although in most of Gaston Bachelard's work (1884-1962) there is not much evidence of reading of Eastern philosophies, it is still conceived that there are some possible approaches on this subject, mainly through references to the books of the French historian Edgar Quinet, author of *The Genius of Religions* (1831). Through this book, there is a portrait of an oriental conception of wisdom based on Ramayana, in which Bachelard traces a compliment and hints at a notion of crossing between Western and Eastern wisdoms, so this paper intends to retrace the path of bachelardian passages and from that unveil possible approximations with the Vedas, nature, Tao, animus and anima.

**Keywords:** Ramayana; Atharva-Veda; Nature.

---

<sup>1</sup> Professor de Filosofia do Instituto Federal do Sertão Pernambucano.

## INTRODUÇÃO

Aprofundar a relação de Bachelard com as filosofias orientais é uma tarefa árdua por conta da dispersão e fragmentação das referências do filósofo a essa temática. De todo modo, por meio da técnica de uma revisão bibliográfica, é possível encontrar algumas referências a obras e autores relevantes na época a respeito dessa temática. Este artigo é uma breve apresentação da temática que pode ainda ser mais aprofundada com outras práticas e sabedorias orientais, a critério de delimitação, o objetivo deste estudo se voltou a questão do hinduísmo e do taoísmo.

## BACHELARD E O HINDUÍSMO

“Como vai longe essa página em que Edgar Quinet fala da força de transmissão do Ramayana” (Bachelard. 1990a, p. 24). Na história do hinduísmo, o Ramayana é um dos livros épicos ou de histórias do *Ithasa* (tal como o Bhagavad Gita), nele, é contada a história de um príncipe chamado Rama, considerado uma das encarnações Vishnu, um dos aspectos da trindade divina hinduísta (Vishnu, Shiva e Brahma, que representam respectivamente o amor, o ciclo da renovação por meio nascimento-morte e a força criadora). Na narrativa do Ramayana, resumidamente, conta-se a vitória de Rama contra um rei chamado Ravana.

Entre as passagens mais filosóficas do livro, estão certas referências aos conceitos de Dharma, Artha e Karma. Dharma, significa no contexto do livro, o dever e o bem-estar que um indivíduo faz para a sociedade, também pode ser entendido como o caminho. Fazer o bem, por exemplo, é parte do Dharma. Já o Artha significa bens materiais, é uma motivação para o desenvolvimento atrelado ao dharma. E o Karma é o ciclo de causalidade e efeito, de plantio e colheita, das ações e das reações ou consequências das atitudes humanas.

Em uma das passagens do livro, Rama se questiona se seguirá as ordens do Dharma, Artha e Karma corretamente. Para Rama, Artha não deve interferir no Dharma e vice-versa. E acaba sendo aconselhando seu próprio inimigo, Ravana, a usar dharma na manhã, Artha durante o dia e Karma à noite. Ora, talvez esse seja um simbolismo de que escolhendo os caminhos certos, trabalhará e conquistará prosperidade e assim poderá colher os frutos dessa iniciativa ao final de cada dia.



A referência de Bachelard a este trecho do livro, escrito por Quinet (1842), não demonstra que o próprio livro *Du Génie des religions* segue o caminho de uma analogia entre hinduísmo e cristianismo, propondo que Rama, como já assumem os seguidores de Krishna, é um dos avatares universais, tal como o próprio Cristo em nossa cultura. Quinet faz uma série de aproximações entre as matrizes hebraicas e hindus em seu livro, mas, na verdade, o que parece interessar a Bachelard, tanto referindo-se ao Ramayana, quanto também a outros textos orientais, é o teor poético e conceitual das concepções de criação, nas quais tudo começa da água “Na verdade, o novo deus é nascido de seu ventre, e todas as harmonias são Brahma com o oceano; ele mesmo se chama o primeiro nascido da água” (Quinet, 1842, p. 168). Ou então, como quando cita a questão do asilo em *A terra e os devaneios do repouso*, comentando sobre o canto do Atharva-Veda<sup>2</sup>, há um canto sobre os quatro cantos da casa védica, com quatro portas para o oriente, ocidente, sul, norte, nadir e zênite, enfim, para todas as partes, o cosmos, nesse hino, é a casa que retém o Soma, a energia vital que rege o universo. Desse modo, da água e da terra, entre os hindus, surge o universo e o molde de todos os *topos*.

## **BACHELARD E O TAOÍSMO**

Bachelard continua sua reflexão, em *A Terra e os devaneios do repouso*, sobre o orientalismo citando um livro chamado *Magie et médecine* de Jean Filliozat, médico e indianista francês que cita a prática taoísta de se colocar nas condições de embrião, de germe, para iniciar a cura e o rejuvenescimento humano. Ele diz que os retiros do mundo sendo abstratos, escuros, fechados, são também um instante de solidão pessoal que nos levam ao ventre materno, a nossa primeira casa.

Algumas aproximações taoístas, nesse sentido, podem ser entendidas como na semântica do caminho, ou talvez, o caminho da natureza para uma espécie de taoísmo naturalista. Portanto, é possível também uma aproximação significativa com a filosofia bachelardiana. Tal significação nos leva a origem dessa filosofia ou sabedoria oriental. Escrita por Lao Tsé, esse caminho de união com a natureza é considerado como um fluxo ordenado. Em Bachelard, a natureza já é vista como uma certa desordem. Como entender

---

<sup>2</sup> Os Athar-vedas são classificados como a quarta parte dos vedas, também chamado de Vedas não arianos, eles tratam sobre questões como as doenças, bem como sobre rituais de casamento e funeral. Nele também está presente um célebre hino à deusa terra, nele, se diz que os átomos (*Pāmsu*) são descritos formando a pedra, as pedras aglutinando para formar as rochas e as rochas juntas para formar a Terra.

essa aproximação ou travessia de pensamentos então? Será uma continuidade ou uma ruptura?

Para Bachelard, o homem diante da natureza, como fonte de energia a ser trabalhada e transformada, sugere que a natureza sonha e que nela está a fonte da razão humana, assim também, Bachelard entende que o ser humano é capaz de criar naturezas, como é o caso da ciência, um novo tipo de natureza para o filósofo. Por isso, a natureza cria as realidades, todo o cosmos é espelho da natureza. Sua concepção se aproxima um pouco de um espinosismo<sup>3</sup>, porém também se diferencia na medida em que difere de um panteísmo. Bachelard caracteriza então um posicionamento pancalista<sup>4</sup>, ou seja, a vontade de ver em tudo a beleza. O êxtase humano perante a natureza é então um espelhamento em que tudo o que olhamos, a natureza olha também para nós. Tal tese da reciprocidade se aproxima muito de um taoísmo na mesma medida da metáfora de que o vento balança a árvore, assim também, a árvore faz balançar o vento.

O pensamento bachelardiano, com seus fundamentos não dogmáticos tenta expor a relação da consciência com a natureza, na medida em que há uma recusa da experiência imediata, já que racionalismo e empirismo não são mais totalmente opostos. O materialismo racional segue a via de que o mundo é a representação da representação. Nesse sentido, o pensamento não pensa a coisa, mas a forma do que é pensado. Por essa perspectiva, o pensamento é uma tentativa de algo novo a partir do mesmo. Com isso, há um progresso instantâneo da relação entre pensamento e natureza. Os fenômenos, na sua ambiguidade de não designar o que são as coisas, mas sim as suas relações, acabam por depender da relação entre imaginação e materialidade.

De fato, em Bachelard se vê a necessidade de novas categorias que expressem a natureza, pois a ciência está obviamente em grande oposição com ela, tal contradição é paradoxal na medida em que a própria natureza é a fonte do conhecimento.

É pela natureza que nascem os primeiros sentimentos religiosos, ele admira, contempla e quer transformar essa infinitude concreta: "Bachelard vê o fundo da Natureza sob à luz natural mitológica que molda o vocabulário bachelardiano, que no meio dos

---

<sup>3</sup> “Entre a natureza contemplada e a natureza contemplativa, as relações são estreitas e recíprocas. A natureza imaginária realiza a unidade da natura naturans e da natura naturata. Quando um poeta vive seu sonho e suas criações poéticas, ele realiza essa unidade natural. Parece então que a natureza contemplada ajuda à contemplação, que ela já contém meios de contemplação.” (Bachelard, 1998, p. 30-31).

<sup>4</sup> “Enquanto uma imagem não tem uma função pancalista, pancalizante, enquanto não insere o ser imaginante num universo de beleza, ela não preenche o seu ofício dinâmico.” (Bachelard, 1990b, p. 270).

elementos vai ser concebido" (Blaunde, 2013, p. 44). É nesses elementos que estão às origens que só podemos descrever do que falta ser dito, da expressão elemental e material da natureza. Primeiramente pela via cultural, depois pela intelectual como um tipo de adaptação mental ao meio ambiente.

Por essa via de adaptação, o próprio filósofo se utiliza de sua tradição ocidental psicanalítica junguiana e chamará às polaridades naturais de *animus* (espírito) e *anima* (alma). Sobre a natureza dessas polaridades, dia e noite, animus e anima, espírito e alma, feminino e masculino, Bachelard disse: "O homem é pedra, a mulher é a terra. A mulher construída por massas, homem é construído por fragmentos" (Bachelard, 1994, p. 67).

Das partes e do todo, podemos lembrar a relação mística entre o todo (*holon*) e o tudo (*pan*), no qual a parte é tão importante quando tudo, mas na unidade está o todo, embora a perfeição do todo (*holon*) seja andrógina, ela é tal como o yin yang, contém cada um, uma parte do outro.

Nesse momento, é preciso esclarecer então um pouco mais sobre essa equivalência entre o Yin e Yang e Anima e Animus. Sabe-se que Bachelard herdou esses conceitos de Jung que assim denominava ao processo de individuação, que seriam faces do eu (*animus*) e o si-mesmo (*anima*, ou si-mesmo, eu-reflexivo). Há então um jogo de relações entre a personalidade, a sombra (ou também anti-eu, aquilo que é rejeitado), o *animus* e o *anima*. Estes polos vão mediar as emoções alimentadas pela personalidade e pelo o que é rejeitado. Para Bachelard, dessa designação advém o devaneio do *anima*, a capacidade de sonhar que contrapõe o *animus* como a vontade de conhecer, de fazer ciência. Evidentemente, há um hiato entre ambas as concepções (de Bachelard e Jung) sobre *animus* e *anima*, elas se encontram e se distanciam, mas na presente perspectiva, importa que a união desses aspectos femininos e masculinos do ser, se aproximem das polaridades positivas e negativas do *Tao*.

À primeira vista, essas duas noções, dualistas e complementares lembram a partilha do *Yin* e *Yang* que é feita pelo taoísmo; o primeiro se associa com o feminino, o outro com masculino. Vamos ver que entre Bachelard e o *Tao*, o resultado do pensamento são semelhantes em muitos aspectos, embora o ponto de partida seja diferente. Vemos que na verdade, originalmente, seja em Jung ou em Bachelard Jung, a *anima* e *animus* referem-se a realidades psíquicas. (Mezaguer, 2012, p. 204).

Se tratando do psiquismo do devaneio, Bachelard admite ser guiado pelo *anima*, mas admite que é preciso um equilíbrio entre ambos aspectos da natureza, já que “A boa natureza tende a eliminar esses excessos em proveito do comércio íntimo, numa mesma alma, das potências de *animus* e de *anima*” (Bachelard, 1988, p. 87). Justamente por isso, na cosmo-análise primordial do devaneio, é preciso que o homem ou a mulher, masculino e feminino, encontrem sua unidade com o mundo, e nessa atividade passar entre a deformação para o molde de sua própria forma de lidar e entender a natureza, eis o grande sentido da natureza.

Nessa busca, Bachelard relembra que

Acusamos facilmente esse esforço de deformar a natureza. Ao fazer essa crítica, não nos damos conta de que a Natureza tem sempre necessidade de ser formada e que ela procura formas precisamente por intermédio da atividade humana. Recolocando, como é necessário, a atividade humana na linha de ação da natureza, reconhecemos que a inteligência é um princípio natural e que o que se forma pela razão é, com toda a evidência, formado por uma força da natureza. (Bachelard, 1988, p. 79)

A razão é um fenômeno da natureza, na medida em que a natureza é o primeiro ser que gera os outros seres. Essa inteligência fornece ao homem tudo o que a imagem fornece como real. Cada fração é importante e por isso só nos resta contemplar e meditar na expressão de cada coisa, percebendo como suas teias de relações configuram a realidade. Sua respiração ou ritmo são a chave para entender o devaneio como resposta da natureza dos fenômenos e não das causas. Se entendemos a natureza das coisas, da maneira como se mostram, então não precisaremos ir contra o fluxo do cosmos. Nesse sentido, A circularidade da natureza taoísta, revela que falar nela é referir-se no seu nível mais elementar aos processos da incessante alternância entre dois tipos de configurações, *yin-yang*, que se sucedem das mais variadas formas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Se, como vimos então, a intuição bachelardiana da dualidade complementar no homem é primeiramente aproximada do nível da psique humana e, eventualmente, tende a alargar-se ao cosmos como um todo, no taoísmo, o fluxo é invertido: ele parte do cosmos para chegar ao homem. (Mezaguer, 2012, p. 205)

O Cosmos, o Tao, a Natureza como fonte de tudo aproxima Bachelard na base da escola naturalistas do Tao se identificando com a teoria de que esse tipo de meditação em que o culto da Natureza, por mais que se aproxime de um ateísmo, não nega que o elemento religioso esteja presente em muitos sistemas orientais. Talvez por isso, Bachelard também demonstre sua forma de espiritualidade falando de um Espírito, ou *animus*, científico. “Tal meditação sobre a regeneração do ser humano pela vontade nada tem em comum com uma meditação oriental do ser.” (Bachelard, 1994, p. 103).

A meditação bachelardiana, também chamada de meditação ativa, é um trabalho ligado a matéria imaginária do ser que enquanto substância é líquida, material e energética. Deve ser medida, ponderada, valorada, verticalizada no sentido de ser transcendida e superada.

Nesse sentido, é preciso concluir que por mais escasso que seja o orientalismo em Bachelard, ainda assim sua filosofia tem características comuns principalmente ligadas às concepções de natureza. Por mais que sua filosofia esteja mais voltada para o animus epistemológico, é justamente da imaginação profunda que Bachelard encontra o desafio da ciência em criar novas explicações para novas realidades. Por conta desses fatores, é possível dizer que talvez, mesmo em caminhos paradoxais, a sabedoria oriental e a epistemologia ocidental podem chegar a pontos comuns de uma fenomenologia mais descritiva da realidade. Ainda assim, os caminhos de uma racionalidade mais descritiva e de uma racionalidade mais imaginativa são complementares, vão chegar talvez ao mesmo fim do caminho. Todos são manifestações, modos e grafias da leitura da vida, dos signos, dos astros. A diferença estará justamente na ação e na reflexão sobre a transformação que esses conhecimentos farão na natureza.

Edgar Quinet, ao ter de caracterizar os mitos e os poemas da China eterna e imóvel, considerava todas as suas imagens como tradução de uma escrita cósmica, como uma escrita inteiramente natural que usa a Terra toda como escrivãzinha. Os signos do mundo cá de baixo, o desenho das encostas e do riacho, as fendas da pedra são submetidas, nessa visão, a uma decifração que possui tanto sentido quanto a leitura astrológica das constelações. (Bachelard, 1994, p. 47)

Bachelard, como bom aprendiz de feiticeiro se interessa então por todas essas artes esotéricas que não deixam de ser leituras de mundo. Por isso, podemos concluir com um exemplo bachelardiano, sugerindo que a ideia da morte, seus misticismos e figuras

imaginárias, como a barca de Caronte, está presente desde a Bretanha até a China. E aí está o emfim a travessia, tanto do Oriente-Occidente, tanto quanto da Morte-vida. Como diria um famoso *sutra*, a morte, de todos os conhecimentos, é a única coisa certa em todas as discussões e a vida, só pode ser aceita como incerta.



## REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. 1988. **A dialética da duração**. Trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Ed. Ática.

\_\_\_\_\_. 1990a. **A terra e os devaneios do repouso**: ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. 1990b. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. 1994. **O direito de sonhar**. Trad. José Américo Mota Pessanha. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_. 1996. **A poética do devaneio**. Trad. Antônio de Pádua Danessi. São Paulo: Martins Fontes.

BLAUNDE, José. 2013. **La philosophie de la connaissance scientifique selon Gaston Bachelard: Une urgence pour l'epistemologie africaine?** Tese de doutorado Université Paris 8 Vincennes-Saint-denis. Departamento de Filosofia.

QUINET, Edgar. 1842. **Du Génie des religions**, Charpentier, Paris.

MEZAGUER, Sarah. 2012. **Bachelard et les philosophies de l'orient. Otras modernidades – Rivista de studdi letterari e culturali**. Milano, UNIMI, Dipartimento di Lingue e letterature straniere, pp. 204-212. Acesso em 05/10/2015. Disponível em: <http://riviste.unimi.it/index.php/AMonline/article/view/2422/2650>

# **A CIÊNCIA DA SOCIOLOGIA E A FILOSOFIA DA CIÊNCIA: A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA MODERNA SOBRE A SOCIOLOGIA CLÁSSICA, POR MEIO DA CRIAÇÃO DO MÉTODO CIENTÍFICO.**

**THE SCIENCE OF SOCIOLOGY AND THE PHILOSOPHY OF SCIENCE: THE INFLUENCE OF MODERN PHILOSOPHY ON CLASSICAL SOCIOLOGY, THROUGH THE CREATION OF THE SCIENTIFIC METHOD.**

**Pedro André de Sousa Peixoto**<sup>5</sup>  
pedroaspeixoto92@gmail.com

**Patriana de Souza Santos Cabral**<sup>6</sup>  
patrianasouzacabral@gamil.com

## **RESUMO**

O artigo produz um sintético percurso da Filosofia durante a Modernidade na busca pelo conhecimento verdadeiro, o que culmina na elaboração do método científico. São apontadas algumas características deste método, filho da Filosofia Moderna, como seu caráter racionalista, materialista, fenomenológico, empírico e indutivo. Em seguida, é proposto um conceito para Sociologia: uma ciência que estuda a sociedade, sua dinâmica e funcionamento. Aborda o nascimento da disciplina no século XIX fruto do espanto intelectual gerado pelas rápidas mudanças sociais na Europa ocidental que vivia então a 2ª Revolução Industrial. Apresenta a Sociologia como ciência social que emerge utilizando-se do método científico de análise e produção do conhecimento. Tratando-se do início da disciplina, aborda a Sociologia clássica representada por Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx expondo alguns de seus princípios e métodos influenciados pelo método científico, bem como a influência das formulações da Filosofia Moderna sobre estes. Conecta-se assim a ciência sociológica à Filosofia Moderna por meio do método científico.

**Palavras-chave:** Sociologia clássica; Filosofia Moderna; Método científico.

## **ABSTRACT**

The article produces a synthetic journey of Philosophy during Modernity in the search for true knowledge, which culminates in the elaboration of the scientific method. Some characteristics of this method, son of Modern Philosophy, are pointed out, such as its rationalist, materialistic, phenomenological, empirical and inductive character. Then, a concept for Sociology is proposed: a science that studies society, its dynamics and functioning. It addresses the birth of discipline in the 19th century as a result of the intellectual astonishment generated by the rapid social changes in Western Europe, which was experiencing the 2nd Industrial Revolution at the time. It presents Sociology as a social science that emerges using the scientific method of analysis and production of knowledge. When it comes to the beginning of the discipline, it addresses classical Sociology represented by Émile Durkheim, Max Weber and Karl Marx, exposing some of its principles and methods influenced by the scientific method, as well as the influence of Modern Philosophy formulations on them. Thus, sociological science is connected to Modern philosophy through the scientific method.

---

<sup>5</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

<sup>6</sup> Mestranda em Ciências da Educação pelo Instituto de Educación Superior Kyre'y Saso, Paraguai.



**Keywords:** Classical Sociology; Modern Philosophy; Scientific method.

## INTRODUÇÃO

Em qualquer período e lugar, para quem não desfruta o privilégio de compor a elite econômica de sua comunidade a vida material sempre “poderia ser melhor”. Nos séculos XVIII e XIX, caso não se gozasse tal privilégio, potencialmente, um dos piores lugares do mundo para se viver era Londres. Relatos apontam que a cidade fedia ao pior cheiro possível: o de pessoas apodrecendo... A cidade superpovoada vivia surtos de cólera, alto índice de violência, roubos, assassinatos e penas de morte executadas com uma facilidade estranha aos dias de hoje na própria Londres (THE PEOPLES’S PREACHER, 2010; JUNIOR, 2010).

Os dramas, misérias, paixões, conflitos, acordos, tudo o que é possível somente em meio às relações entre os indivíduos era percebido patentemente. Tudo isso acontecendo num mundo que sempre esteve em transformação, mas a partir de então, cada vez mais e mais rápida (HOBSBAWM, 2012). As principais cidades europeias, como Paris, seguiam o ritmo londrino. A vida das pessoas, para o bem ou para o mal, pulsava com força e velocidade jamais vistas em toda a história (HUGO, 2014; HOBSBAWM, 2012). Atualmente Londres é um dos principais cartões postais da Europa, visitado todos os anos por milhares de turistas e, ainda que não se faça parte da elite londrina, somente o viver na cidade pode significar *status* a nível global.

Podemos dizer que o pulsar mais acelerado da sociedade europeia ocidental, à época da segunda revolução industrial, seu grito mais alto que em outros tempos vinha chamando atenção de muitos, inclusive de pensadores que praticavam verdadeiros esforços intelectuais no intento de compreender e explicar sua sociedade moderna. Foi justamente nesse contexto que o século XIX viu o emergir das ciências sociais, a invenção da Sociologia. A novidade trazida, não pelos filósofos da *pólis* ou pelos contratualistas, mas pelos agora cientistas sociais que aspiravam produzir um conhecimento superior aos do senso comum ou mesmo das reflexões pessoais e geniais, foi o emprego de um método para analisar a sociedade, o método científico.

O método científico, que é a substância da Ciência Moderna tem uma longa e complexa história de desenvolvimento que perpassa toda a Modernidade. No século XIX,

um longo trajeto já havia sido por ele percorrido, tendo seus pés sólida força e confiabilidade social a ponto de quem aspirava produzir conhecimentos confiáveis, e para tal, sistemáticos e metódicos, recorria ao seu emprego.

O “longo trajeto” que culmina na proclamação do poder do método científico em ser reconhecido como fonte de conhecimento legítimo, superior, é aberto e percorrido pela Filosofia ao longo da Modernidade. Claro, olhar para o desenvolvimento da Filosofia na modernidade, uma história das ideias, de longa duração, com rupturas e continuidades, uma história com muitas histórias, abarcadora de diversos campos: social, econômico, político, cultural é uma atividade colossal e inesgotável (ROSSI, 1992). Também por isso, nossa atual consciência histórica permite que seja selecionado para análise um âmbito dessa grande história, o que poderá contribuir com o arcabouço de conhecimentos sobre essa.

Assim sendo, este artigo deverá trazer uma síntese histórica de alguns princípios que construíram e constituem a Ciência Moderna. Princípios que norteiam a mentalidade científica como o racionalismo, naturalismo e materialismo e, princípios norteadores de suas práticas como o empirismo (enquanto práticas de simulação e observação) e o indutivismo (enquanto prática de repetição de fenômenos).

Será exposto que após o método científico se desenvolver tendo como objeto de estudo o *cosmos*, a *physis*, ou o mundo natural, houve um desdobramento do objeto de estudo, sendo, a partir de então, cada vez mais observada a sociedade, a cultura. Outrossim, os mesmos princípios de análise da realidade natural foram empregados pelas chamadas ciências sociais, principalmente nas primeiras gerações de estudiosos, como August Comte e os três sociólogos clássicos. E, somente com o seu trabalho, em especial o de Weber, pode-se desenvolver com o tempo, princípios próprios dessa (*sozialwissenschaften*) ciência social. Ainda, além de trabalhar um conceito de Sociologia, serão apontados princípios científicos empregados pelos três clássicos em suas obras, o uso que estes fizeram de métodos embasados em tais princípios, apontando a influência do método científico criado pela Filosofia Moderna sobre a Sociologia.

## DA FILOSOFIA MODERNA E DO MÉTODO CIENTÍFICO

Se não se pode compreender toda a Sociologia num único texto ainda que seja uma ciência recente, sendo escolhido nesse caso, tratar de alguns pontos da Sociologia clássica, o que se dirá então da Filosofia e sua produção colossal ao longo de mais de dois mil anos, que ajudaram a formar o mundo ocidental? Tratando-se da preocupação e esforço filosófico na busca pela verdade, ou pelo conhecimento verdadeiro, ramo chamado de epistemologia “área da Filosofia que busca estabelecer os fundamentos e os critérios para a verdade. Seja científica, seja filosófica” (KRAEMER, STAMM, 2009, p. 76). Eis o alvo da Filosofia ao longo de toda sua história nos momentos mais distintos, dos pré-socráticos (século VII a.C.) aos filósofos da ciência como Karl Popper (1902-94). Essa busca passa, por exemplo, por Platão (séculos V-IV a.C.) e a Patrística (séculos II-VII), por Aristóteles (século IV a.C.) e a Escolástica (séculos IX-XVI), à Filosofia dos Modernos (séculos XV-XVIII). Esta última é alvo desta síntese, pois foi a criadora da Ciência Moderna como se conhece hoje, institucionalizada em universidades, hospitais, nos governos, bancos, empresas, esportes, nos interiores das casas, na vida da sociedade. Ora bancada pelo Estado, ora pela iniciativa privada, ela conquistou o poder de possuir a legitimidade monopolizante na determinação e no discurso de o que é verdade, ou oficialmente, o que é mais confiável e possível.

A Modernidade que é marcada especialmente pelo lento processo de encerramento da Idade Média, suas características vão sendo extintas e substituídas gradualmente por novas, algumas delas serão exemplificadas quando tratado do nascimento da Sociologia. No campo intelectual, o conhecimento filosófico estava intimamente conectado com a doutrina cristã, estruturada pelo catolicismo que norteava o pensamento europeu desde o início da Idade Média (século V) (REALE, ANTICERI, 2003, p. 119 - 333). A Escolástica era a doutrina filosófica proeminente no fim do medievo, encabeçada pelo pensamento de Tomás de Aquino (1225-74), que unira a Teologia Cristã à obra de Aristóteles, unindo a Teologia revelacional à Teologia Natural. A Teologia revelacional cria na necessidade de que algo, ou alguém iluminasse o homem para que este chegasse à verdade, não sendo possível ao ser humano alcançá-la somente por meio de suas capacidades. Enquanto Platão, muito antes, cria ser o Bem Supremo a fazê-lo, Agostinho (354-430), apropriando-se de suas ideias, cria ser Deus, aquele quem

iluminaria o homem para este chegar à verdade, cuja essência seria o próprio Deus. Já a Teologia Natural refletia, dentre outras coisas, nos limites e possibilidades de se chegar ao conhecimento verdadeiro sem necessidade de revelação especial, mas tão somente por meio da razão, interna ao homem e dada por Deus a todos para alcançarem conhecimentos verdadeiros. Essa formulação terá grandes consequências futuras, vistas à frente (KRAEMER, STAMM, 2009).

Mudanças emergidas com a Modernidade, como a urbanização, caracterizada por grandes contingentes populacionais, que conduzem a um estilo de vida materialista, imediatista, individualista, anônimo e mais livre da vigilância religiosa, conectam-se à fatores como a ascensão do Absolutismo e principalmente a Reforma Protestante do século XVI. Esses movimentos vão minando o poder absoluto do Cristianismo institucionalizado, em especial católico sobre a vida das pessoas na Europa Ocidental. Na composição do novo cenário europeu, o fator intelectual, se une aos outros citados, por meio da pressuposta brecha da suficiência da razão deixada por Aquino. Pode-se dizer que a partir da Teologia Natural de Aquino, influenciada pelo “materialismo” de Aristóteles, inicia-se um longo processo de emancipação da razão humana quanto à sua suficiência na busca pela verdade em detrimento da necessidade de iluminação exterior para alcançá-la (HILTON *et al.*, 2004; KRAEMER, STAMM, 2009; ROSSI, 1992).

O filósofo francês René Descartes (1596-1650) desenvolveu um método rigoroso para buscar o conhecimento verdadeiro, ou mais seguro. Em seu pensamento “encontram-se os fundamentos filosóficos para a ciência a partir do século XVII até nossos dias” (KRAEMER, STAMM, 2009, p. 62). Por meio da dúvida metódica, ele questiona qualquer conhecimento, até se chegar ao conhecimento mais firme, o qual deve resistir aos questionamentos postos até então. Ele nota que o conhecimento fruto dos sentidos, alcançado pela observação e experimentação do mundo (conhecimento empírico), é claramente limitado e pode até se enganar, sendo falho na busca da verdade e não resistindo ao seu método (REALE, ANTICERI, 2004, p. 288 – 310)

Diferente do empírico é o conhecimento fruto da razão, sobre a qual Descartes, filósofo representante do racionalismo, coloca a primazia na busca pelo conhecimento. Para ele, a razão é o ponto de confiança, o alicerce a partir do qual todo conhecimento deve ser concebido, ela é o caminho que pode conduzir o homem à verdade. Ele demonstra isso na famosa formulação da certeza básica, a ideia ou conhecimento

necessariamente verdadeiro: “*cogito, ergo sum*”, penso, logo sou. O racionalista afirma: “Mesmo que eu me engane acerca de todas as outras coisas, tem uma sobre a qual eu não posso me enganar, pois o mesmo engano confirma sua necessária existência: eu penso, logo, eu sou!” (DESCARTES, 1979, p. 23).

Seu pensamento terá elementos tais como a defesa do inatismo, conhecimentos que o homem possui *a priori*, antes de apreender a realidade por meio dos sentidos. Seu método é dedutivo, ou seja, parte-se de conhecimentos gerais, ou universais para a apreensão dos casos individuais, ou conclusões particulares, sendo esse o modelo mais seguro de formulação de ideias desenvolvido pela Filosofia Clássica, especialmente por Aristóteles em sua obra sobre Lógica. No pensamento cartesiano, também é considerada uma lógica regedora do universo, que ordena as ações, visto que o universo possui leis e as obedece (movimentos dos corpos celestes, sistemas digestivos). Entretanto a natureza não poderia, sendo somente matéria pensar tais leis, não poderia criar coisas com sentido sem a capacidade de raciocinar, ou simplesmente, o não raciocínio não pode criar o raciocínio. Pela noção de sentido das coisas, nota-se que a Metafísica, o estudo da realidade suprassensível, não apreendida por via empírica, e que tende a ser superior à realidade física, pois a rege, faz parte da filosofia cartesiana (DESCARTES, 1979; REALE, ANTICERI, 2004, p. 288 – 310).

O filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), autor de “Leviatã” e um dos principais nomes da Ciência Política cria que a origem de todos os pensamentos está nos sentidos, nas sensações que são experimentadas. Igualmente, John Locke (1632-1704), outro filósofo inglês, cria não existirem ideias inatas e que o intelecto humano não poderia criar nenhuma ideia a partir de si mesmo, sem a necessidade prévia de apreensão de algo por meio dos sentidos. Para ele, a experiência seria então a fonte e o limite do intelecto, da razão humana (KRAEMER, STAMM, 2009, p. 67). Por suas formulações, Locke está entre os principais defensores do empirismo, ideia que prima pela experiência para se conhecer a realidade por meio dos sentidos. Aliado natural do empirismo é o método indutivo, defendido por nomes como do inglês Francis Bacon (1561-1626) que, contrariamente ao método dedutivo, parte da observação de casos particulares, repetidos, para se elaborar conclusões gerais (REALE, ANTICERI, 2004, p. 274 – 282).

Kraemer e Stamm afirmam que Isaac Newton (1643-1727), mecanicista, concorda com o empirismo, por crer que o conhecimento metafísico não pode ser

dominado pelo homem, por se tratar de uma inteligência superior (Deus) que organiza o universo. Ao homem, somente seria possível se ater aos conhecimentos postos à vista, que são possíveis serem apreendidos pelos sentidos (2009, p. 68). O empirismo é a base principal, a pedra angular da metodologia científica até hoje. Ele se elabora por meio da observação do mundo físico, naturalmente o único capaz de ser apreendido por meio dos sentidos. Assim, as experiências observadas, ao se repetirem, possibilitam a formulação de leis e hipóteses que as explicam racionalmente, utilizando também postulados e teorias. A diferença entre o mecanicismo de Newton e o empirismo é que o último não concebe previamente uma organização do universo, mas que exclusivamente o conhecimento confiável deve partir do que pode ser observado, limitando-se a isto. Conseqüentemente, as leis, teorias e postulados não possuem existência independente do universo físico, nem são exteriores a este, mas elas dependem da natureza e de seu movimento natural, sem um propósito metafísico, o qual é desconsiderado por sua inacessibilidade (REALE, ANTICERI, 2004, p. 229 – 246).

O pensamento do germânico Immanuel Kant (1724-1804) cujas obras principais são as *Crítica da Razão Pura* (1781), *Crítica da Razão Prática* (1788) e *Crítica da faculdade do Juízo* (1790), ajudou a excluir de vez a metafísica da Filosofia Moderna, da qual estavam emergindo princípios metódicos de produção do conhecimento constituintes do método científico. Kant defende que os sentidos e a razão juntos são necessários para que haja conhecimento, em que se excluindo um desses, o conhecimento não é possível. Ele também diferencia conhecimento de pensamento, em que o conhecimento precisa ser de objetos físicos, da natureza, pois só estes são apreendidos pelos sentidos. Já o pensamento tem de ser sobre ideias, sobre totalidades, como o que é o homem, Deus, a liberdade etc. Kant defende que não se pode conhecer adequadamente as ideias, mas somente pensá-las, pois não podem ser experimentadas. Kant não nega a realidade metafísica, antes nega que esta possa ser conhecida pelo homem, mas somente pensada (KANT, 2001; KRAEMER, STAMM, 2009; REALE, ANTICERI, 2005, p. 347 – 424).

Kant defende ainda que o conhecimento que temos é sempre fenomenológico, ou seja, só se pode conhecer as coisas do modo que elas se apresentam aos sentidos, mas não que se conheçam como elas de fato são. Assim é, pois os sentidos apesar de serem possibilitadores de conhecimento, são limitados, não apreendendo a totalidade da realidade, mas somente algumas partes (KANT, 2001). Kant, no espírito do Iluminismo,

defende também que o homem saia da menoridade, que seria o comodismo de permitir que outros indivíduos pensem por ele, lhe digam o que é verdade. Defende que o homem passe à maioridade, que seria o esforço em se utilizar da sua própria inteligência para investigar e explorar as coisas, na busca pelo conhecimento da verdade (KRAEMER, STAMM, 2009; REALE, ANTICERI, 2005, p. 347 – 424).

Após Kant, houve uma cisma epistemológico na Filosofia Moderna com a metafísica, a exceção do Idealismo alemão encabeçado pelo pensamento lógico dialético de G. W. F. Hegel (1770-1831) em que se encontra a metafísica. O movimento que culmina na Ciência Moderna, pode remontar a Tomás de Aquino, influenciado por Aristóteles, com a suficiência da razão na condução do conhecimento da verdade em detrimento da necessidade da divina iluminação e, com o retorno à observação do *cosmos*, a *physis*, natureza. Passa pelo racionalismo de Descartes, com o primado da razão, com o rigor do método dedutivo de pesquisa e a análise racional e quantificada da realidade. Passa pelo empirismo de Locke, na prioridade dos sentidos para apreensão da realidade, na emergência da observação e experimentação da realidade física e no método indutivo de pesquisa de Bacon, aliado à rejeição das ideias consideradas *a priori*. Passa pelo mecanicismo de Newton, que busca causas mecânicas e imediatas dos fenômenos, o “como” acontece em detrimento de “o porquê” mais profundo, além de concordar com o método indutivo. Passa por Kant que afasta para longe a metafísica como possibilidade de obtenção de conhecimento. Resta então o conhecimento fenomenológico, empírico, indutivo da natureza que se dá a ver (ROSSI, 1992; REALE, ANTICERI, 2003; 2004; 2005).

Eis as características fundamentais da moderna Ciência que desistiu de procurar entender a lógica, a ordem, a razão ou um princípio metafísico que explique o universo, a natureza, a realidade em sua origem, sentido, finalidade, seu valor moral. A ciência se debruça em explicar suas causas mecânicas, imediatas, o como funciona cada parte da realidade espaço temporal. Isso é feito por meio do método indutivo, esperando-se que os inúmeros casos particulares observados em experiências representem padrões gerais, devendo se repetir em todos os casos. O conhecimento é fenomenológico, ou seja, apreende-se a realidade que se dá a ver, não necessariamente o que ela de fato é em si, ou a realidade ontológica (ROSSI, 1992). Quando por acaso a ciência passa desses pontos, não mais está sendo ciência. Se nega categoricamente a realidade metafísica, se crê

alcançar o conhecimento ontológico, se proclama a não existência de sentido, contraditoriamente, acaba por adentrar num discurso metafísico, se confunde e se engana. Eis algumas das conhecidas abrangência e possibilidades da ciência, eis alguns de seus limites.

## DA SOCIOLOGIA

A sociologia é uma ciência social que faz uma leitura da sociedade, sua dinâmica e funcionamento<sup>7</sup>. Eis um conceito sintético de o que é Sociologia, o qual, sendo considerado válido, serão observados os seus termos mais detalhadamente.

Quanto a dizer que Sociologia é uma ciência social (*sozialwissenschaften*), como já foi visto, o primeiro termo “ciência” refere-se a um método específico de busca e produção de conhecimento desenvolvido ao longo da Modernidade e Contemporaneidade, entre os séculos XVI e XX, pelo ramo da Filosofia que se debruça na natureza do conhecimento. Esse é pautado, dentre outros princípios, em ser naturalista (no sentido de conceber a realidade predominantemente pela *physis*), fenomenológico, empírico e indutivo (ROSSI, 1992; REALE, ANTICERI, 2003; 2004; 2005).

O termo “social” refere-se especificamente ao seu objeto de estudo: a sociedade. Isso a diferencia das ciências naturais (*naturwissenschaften*), que apesar de terem essencialmente as mesmas características quanto ao método e princípios epistêmicos que os estruturaram, diferem quanto ao objeto alvo de sua atenção. Essa divisão lembra, em parte, a separação do pensamento dos filósofos pré-socráticos e dos clássicos. Os primeiros focavam seus estudos na natureza, sendo chamados de filósofos da *physis*, enquanto os últimos focavam no próprio conhecimento e, por conseguinte no homem (KRAEMER, STAMM, 2009).

Quanto a “uma leitura”, nota-se que a Sociologia tem de se apresentar como um meio de estudo específico de seu objeto, sendo constituída por procedimentos próprios, ou como se poderia dizer: lentes próprias para se enxergar o alvo, foco do olhar do sociólogo. Mas o artigo indefinido “uma” lembra que esta disciplina deve se posicionar como consciente de sua impossibilidade de se compreender plenamente seu mui

---

<sup>7</sup> Tendo funcionamento não como algo necessariamente harmônico, positivo e benéfico aos seus integrantes, mas simplesmente como algo possível, executável que ocorre no mundo real, mesmo que imbricado de problemas como violências e aparentes injustiças (MAKSENAS, 1988, p. 9).



complexo objeto de estudo, bem como da incapacidade de abordá-lo em todas as suas faces. Tal consciência cresceu na medida em que os estudos sociais avançavam, as complexidades do conhecimento de modo geral e as especificidades do saber social foram se apresentando como problemas cada vez mais difíceis de se “dominar”. Isso pode ser notado na obra *Introdução à Sociologia* (1970) do alemão Norbert Elias (1897 - 1990), que em alguns momentos apresenta certa angústia pela consciência de não ser possível dominar plenamente intelectualmente a complexa realidade social material que “vira e mexe” foge às regras explicativas criadas (2008, p. 9 – 29).

Quanto à “sociedade, sua dinâmica e funcionamento” tem-se de início a sociedade, aquele conjunto, agrupamento de indivíduos, que vivem em múltiplas e constantes interações nos mais variados aspectos constituintes da realidade social, como o econômico, político institucional, afetivo, familiar por exemplo. E são justamente as relações sociais que constroem o próprio ser humano, tendo em vista ser este um ser social, ou seja, que revela suas características humanas ao viver em sociedade. Era justamente isso que tinham em mente tanto Aristóteles em sua obra *Política*, ao afirmar que o homem é um (*politikó zóo*) “animal político” e Immanuel Kant ao tratar da insociável sociabilidade dos homens.

Outras ciências sociais como a Antropologia e a Ciência Política também estudam a sociedade e/ou questões intrinsecamente relacionadas a esta. A Antropologia foca na cultura, ou seja, nas produções humanas, materiais e imateriais das diferentes sociedades, enquanto a Ciência Política tem no Estado e, por conseguinte nas relações institucionais, um elemento essencial de seu estudo. É para especificar a maneira que a Sociologia olha e o que ela busca compreender da sociedade que se detalha o conceito produzido no início: “como um todo, sua dinâmica e funcionamento”. Não necessariamente as produções humanas, nem a história das sociedades, mas as indagações da Sociologia, especialmente em seu início, visam compreender a dinâmica e o funcionamento da sociedade. Como se dão as relações sociais que movimentam a sociedade? Sejam internas, entre indivíduos de um mesmo grupo, ou entre os diferentes grupos sociais, como e por que ocorrem as interações? Quais fatores ocasionam os diferentes arranjos sociais? Quais fazem com que as relações mudem? O que define alguém como pertencente a um grupo? O que o exclui? Fatores, econômicos, políticos, religiosos? Essas perguntas conduzem às especificidades

do estudo da Sociologia, bem como aos objetivos que esta deseja alcançar (LAGO, OLIVEIRA, 2010).

A Sociologia nasce no século XIX, fruto da percepção das significativas mudanças que estavam ocorrendo na sociedade europeia, especialmente desde os séculos XVII e XVIII com o advento das revoluções burguesas, mas principalmente a partir da 1ª revolução industrial no século XVIII na Inglaterra e da 2ª no século XIX em várias partes da Europa (SCHEEFER, 2009). Tais mudanças, indicavam a consolidação do modo de produção capitalista. Elas apresentam, por exemplo: a desruralização e urbanização da sociedade; a criação de um exército de mão de obra efetivo e excedente de operários fabris assalariados descendentes dos antigos servos camponeses; a precarização extremada no mundo do trabalho; o aumento da densidade populacional das cidades; o inédito e grandioso desenvolvimento científico e tecnológico; o rápido transito de mercadorias e pessoas através de distâncias cada vez maiores; a grandiosa acumulação de riquezas da classe burguesa, detentora dos meios de produção (terras, fábricas e comércio) (HILTON *et al.*, 2004; HOBSBAWM, 2012). Tudo isso gerou o que Weber chamou de “desencantamento do mundo”, nas sociedades industriais, que tinham no racionalismo produtivo o seu modo de pensar a realidade, diferentemente da presença do pensamento mágico, ou encantado de outrora para explicar e pensar a natureza, a vida... (WEBER, 2003, p. 152).

Esse turbilhão de mudanças saltou aos olhos de muitos intelectuais no século XIX, como o trio componente da Sociologia clássica, Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) e Karl Marx (1818-83), conduzindo-os a analisarem a sociedade europeia ocidental em busca de compreenderem o que se passava. Como já posto, as análises se deram influenciadas pelo método científico com o intuito de produzir um conhecimento legítimo, intelectualmente e socialmente superior. O método vinha se desenvolvendo desde o século XVI e conquistando espaço na luta pela autoridade de se determinar qual a verdade das coisas, em detrimento do discurso religioso cristão, principalmente das instituições como a poderosa Igreja Católica Apostólica Romana. Nesse sentido a obra do filósofo Augusto Comte “Curso de Filosofia Positiva” (1830) que propôs fundar uma “física social” é considerada um marco de origem da Sociologia, sendo antes dos clássicos e permitindo seu aparecimento (SCHEEFFER, 2009, p. 26).

## DA SOCIOLOGIA CLÁSSICA

Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx formam a tríade da chamada Sociologia clássica, por serem considerados os principais entre os pioneiros desta ciência social, influenciando o pensamento sociológico até hoje. A seguir serão vistas algumas de suas principais ideias e metodologias desenvolvidas sob a influência sócio intelectual do método científico, elaboradas para compreender e explicar a sociedade mais adequadamente, como se exigiam os então novos tempos. Em sequência, são apontadas as influências filosóficas sobre os métodos científicos empregados pelos referidos pensadores.

### ÉMILE DURKHEIM

O francês Émile Durkheim cria o conceito de “fato social”, a partir do qual desenvolve os demais princípios e métodos do seu pensamento sociológico. Por fato social, ele aponta: “toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2007, p. 13).

Pare Durkheim, a Sociologia deveria se debruçar sobre os fatos sociais, pois eles não somente fazem parte da sociedade, mas porque eles fazem e criam a própria sociedade. Scheffer afirma que Durkheim entendia a sociedade como “um conjunto de normas de ação, pensamentos e sentimentos existentes, que são aceitos e, mais do que isso, devem ser seguidos por todos” (2009, p. 37) sendo assim

“os fatos sociais tem duas características fundamentais: são exteriores e coercitivos. Como assim? São exteriores porque são ideias, normas ou regras criadas pela coletividade e já existem fora de nós quando nascemos; e coercitivos, visto que essas ideias, normas e regras devem ser seguidas por todos. Os que desobedecem são punidos pelo resto do grupo.” (SCHEEFFER, 2009, p. 37).

Da ideia de fato social, se desenvolvem conceitos que possibilitam uma observação e explicação rigorosa da sociedade, tais como: consciência coletiva que se

trata da “soma de crenças e sentimentos comuns à média dos membros da comunidade”; divisão do trabalho social que é a “especialização das funções entre os indivíduos de uma sociedade”; solidariedade mecânica e solidariedade orgânica que são respectivamente “a união das pessoas a partir de diversas semelhanças” e “a união das pessoas a partir da dependência que uma tem da outra” (DURKHEIM, 2007; SCHEEFFER, 2009, p. 39-40).

Nota-se em Durkheim um esforço intelectual em subordinar o estudo da sociedade à metodologia de pesquisa científica, seus princípios e procedimentos. Ao trazer a ideia de “fato social”, ele concebe um objeto de pesquisa genérico, que não depende das diferentes opiniões particulares. E, por ser genérico ou geral, deve dedutivamente influenciar as posturas dos indivíduos que compõem o grupo. O objeto pode ser analisado empiricamente, sendo a própria realidade cotidiana, além dos documentos sobre esta, a experiência observada para se produzir racionalmente conhecimentos gerais pelo método dedutivo. Também é necessária a busca pela imparcialidade do pesquisador diante do objeto estudado, pois por se tratar de pessoas, podem se relacionar intimamente com o cientista social, caracterizando um problema particular do objeto social (DURKHEIM, 2007, 15 – 48). Após Comte e sua “física social”, Durkheim estabelece de vez a Sociologia enquanto ciência social, alcançando aquele poder monopolizante de produção do conhecimento legítimo acerca da sociedade, sua dinâmica e funcionamento. Pelo crédito em sua maior confiabilidade.

## **MAX WEBER**

Até pelo fato de ser o mais tardio dos sociólogos clássicos, o alemão Max Weber estrutura seu pensamento tendo a oportunidade de tecer críticas a algumas ideias de seus antecessores, diferenciando-se de Durkheim e Marx. Weber tem na “ação social” o conceito central de seu pensamento. Ele “propõe que, para decodificar o mundo social, devemos nos ater à ação dos seres humanos” (SCHEEFFER, 2009, p. 52). A ação social seria a conduta humana, dos indivíduos, ou melhor, de cada um deles, dotada de sentido. A ação social não pode ser qualquer ação individual, mas aquela que estabelece comunicação com os demais seres (WEBER, 2003; SCHEEFFER, 2009, p. 52).

Weber propõe a teoria sociológica compreensiva, ou interpretativa que “considera o indivíduo e seu ato como a unidade básica, como seu átomo (...). Nessa

abordagem, o indivíduo é também o limite superior e o único portador de conduta significativa [...]” (WEBER, 1982, p. 74 *apud* SCHEEFER, 2009, p. 52). A abordagem compreensiva weberiana parte das ações dos indivíduos, buscando encontrar coincidências e padrões nestas ações, ou seja, se estas ações são praticadas costumeiramente por diferentes indivíduos. Assim sendo, percebe-se então, que eles possuem elementos unificadores para partilharem tais ações. As ações individuais em que se encontram padrões de repetição entre os diferentes seres sociais e que são compartilhadas e mutuamente se influenciam, estruturam os fenômenos sociais mais amplos, como os modos de organização e produção de uma sociedade, próximo do que Durkheim chamaria de “fato social”. Os motivos que geram as ações, as maneiras que são praticadas e suas consequências são alvo do estudo sociológico weberiano (WEBER, 2003).

Do conceito de “ação social”, deriva-se o de “relação social”, muito próximo do primeiro, em que a ação social refere-se a uma ação individual que espera e alcança resposta dos outros seres que se relacionam. Já na “relação social” as ações dos indivíduos tem um mesmo sentido, visam um mesmo fim, como por exemplo, numa sala de aula em que o aprendizado é buscado por todos os seus participantes, por meio das práticas cabíveis a cada um, seja do professor ou do aluno (WEBER, 2003; SCHEEFER, 2009, p. 53).

Weber divide a “ação social” em quatro tipos: Ação tradicional, aquela determinada por um costume ou hábito arraigado; Ação afetiva, aquela determinada por afetos ou estados sentimentais; Ação racional com relação à valores, aquela determinada pela crença consciente num valor considerado importante; e Ação com relação a fins, aquela determinada pelo cálculo racional que coloca fins e organiza os meios necessários (SCHEEFER, 2009, p. 53). Weber ainda utiliza o instrumento analítico de “tipo ideal”, que nada mais é que exagerar determinada característica do elemento analisado para sua melhor compreensão. Ele apresenta as ideias de racionalismo da dominação do mundo e o desencantamento do mundo, que são consequências da passagem da vida influenciada grandemente pelo âmbito religioso rumo ao mundo capitalista essencialmente materialista, o que pode ser visto em *Religião e racionalidade econômica* (WEBER, 2003, p. 142 - 159). Ele ainda critica Durkheim e Marx por suas posturas de enxergarem

uma lógica externa e coercitiva nas relações sociais, por buscarem leis universais que regeriam a sociedade, abordagem desconsiderada por Weber (SCHEEFFER, 2009).

Em relação ao conceito de “ação social” que analisa a sociedade indutivamente, o pensamento weberiano se aproxima ainda mais do método científico, observando vários exemplos particulares, individuais, e ao notar repetições, infere padrões que são considerados para todo o grupo. Weber não concebe uma ordem pré-estabelecida na sociedade, o que se aproximaria da metafísica, mas que as ações dos indivíduos geram a ordem social. Esse pensamento também demonstra o mergulho da Sociologia no materialismo (versão social do naturalismo das ciências naturais) comum ao espírito científico.

## **KARL MARX**

O alemão Karl Marx é mais um filósofo da sociedade que um sociólogo, suas ideias foram e ainda são as mais conhecidas e influentes entre os integrantes do trio da Sociologia clássica. A essência de seu pensamento é o materialismo histórico desenvolvido junto a seu par intelectual Friedrich Engels (1820 - 95), posteriormente chamado materialismo histórico dialético. Trata-se de um princípio abrangente, uma maneira de ver o mundo (cosmovisão) que estrutura toda sua explicação de o que é a sociedade, qual a verdade sobre esta e sobre toda a realidade em si. A verdade e a lógica da natureza, da realidade e do universo que são a mesma coisa (ALBUQUERQUE, 2018; ENGELS, 1979; GORENDER, 1998, p. 7 – 38; MARX, 2005).

O Materialismo Histórico parte de alguns princípios: O mundo físico é toda a realidade existente. Não existe nenhum princípio metafísico exterior nem anterior à natureza ou a realidade que a reja e a ordene. O trabalho, a ação modificadora da natureza visando determinado fim, é o fundador do ser homem, também que o homem só o é na interação com os outros, sendo primordialmente um ser social e do trabalho. A invenção da propriedade privada está na gênese das desigualdades entre os homens. A história é teleológica, tem um sentido, a humanidade caminha progressivamente rumo a seu ápice eticamente positivo: o Comunismo. (ALBUQUERQUE, 2018; ENGELS, 1979; GORENDER, 1998, p. 7 – 38; MARX, 2005).

O materialismo histórico possui consequências derivadas de seus princípios: A sociedade sempre foi constituída por duas classes antagônicas que se relacionam violentamente, uma composta por opressores e outra por oprimidos, “Até hoje a história de todas as sociedades é a história da luta de classes” (MARX, 2005). O que determina o poder de uma classe sobre outra, o que faz dela a classe opressora é possuir a propriedade privada dos meios de produção, isto destitui a outra classe (oprimidos) de poder, de direitos, de condições de desenvolvimento da dignidade da vida, sendo esses simplesmente proletários, ou seja, não possuindo nada além de sua prole. Todas as ideias como valores morais, religião e política são determinadas pelas relações sociais materiais, econômicas. Essas ideias são, essencialmente, criação da classe opressora para legitimar e perpetuar seu poder sobre a outra classe, cujos indivíduos, por meio dessas ideias políticas, religiosas e éticas permanecem inertes, alienados e acomodados a sua triste situação. Eles creem que “sempre foi assim”, ao invés de buscar as causas históricas e materiais visando uma mudança revolucionária em tal situação (ALBUQUERQUE, 2018; MARX, 1998, p. 5 – 54; 2005).

Marx lê a realidade social dividindo-a em infraestrutura e superestrutura em que a infraestrutura

“trata-se das forças de produção, compostas pelo conjunto formado pela matéria-prima, pelos meios de produção e pelos próprios trabalhadores (...). Trata-se da base econômica da sociedade, onde se dão, segundo Marx, as relações de trabalho, estas marcadas pela exploração da força de trabalho no interior do processo de acumulação capitalista (BODART, 2019).

A Superestrutura “é fruto de estratégias dos grupos dominantes para a consolidação e perpetuação de seu domínio. Trata-se da estrutura jurídico-política e a estrutura ideológica (Estado, Religião, Artes, meios de comunicação, etc.) (BODART, 2019). Marx ainda produz diversos conceitos como práxis, a união entre teoria e prática, e mais-valia que ajuda a explicar outro conceito seu, o de acumulação, seja primitiva (pré-capitalista), ou capitalista (SCHEEFER, 2009).

Apesar de auto proclamar seu pensamento como científico, num momento em que isto já significava efetivamente o método científico elaborado no decurso da Modernidade, como se pode ver, Marx é o menos científico dos clássicos. Ainda submerso na metafísica filosofia hegeliana, sua crítica é pesada, atacando justamente o

caráter metafísico do idealismo alemão. Marx desenvolve sua ideia a partir da realidade material, física, porém não se desvincula da ideia de ordem universal, de um sentido, elementos próprios da metafísica, da busca de sentido, não comenta o como funciona, mas o porquê e para que. Por meio de uma ordem criada após a matéria, ele critica a ordem anterior a esta, sem satisfazer como há uma ordem posterior a matéria; como o irracional gera o racional, ou como pode ser o racional sem a ideia. Diferentemente da ciência (ou como esta deveria ser), Marx é dogmático por não aceitar a submissão de suas ideias ao exame da falseabilidade científica, ao teste de validade ou não de suas hipóteses. Também por traçar o futuro das sociedades, o Comunismo, como naturalmente certo. Seu pensamento ainda é teleológico, dotado de sentido, uma característica metafísica (ALBUQUERQUE, 2018; MARX, 1998, p. 87 – 98; 2005; 2008, p. 103 - 114).

Karl Marx é científico no ponto em que propõe uma explicação da realidade social por meio do estudo rigoroso da história. Pela análise crítica dos documentos, examinando as características econômicas, políticas e sociais ao longo dos diferentes períodos históricos, traçando então aspectos semelhantes entre as sociedades. É científico pelo desenvolvimento da observação metódica da sociedade, observando além das relações mais amplas e distantes, também as causais e imediatas. Marx desenvolve observações e formulações genéricas e dedutivas, explicando a realidade de modo abrangente e relacional. Seu modelo de materialismo é uma grande herança para a posteridade das ciências sociais, sendo o princípio epistêmico mais influente sobre todas as áreas dessas disciplinas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O método científico é fruto da preocupação da Filosofia com a busca pela verdade, do desenvolvimento ao longo da Modernidade da produção do meio mais confiável para alcançá-la. Eis uma importância do método científico na sociedade contemporânea: a busca pela segurança e confiabilidade na produção de conhecimentos. O método científico, substância da moderna Ciência é na realidade um conjunto de princípios, métodos, também uma cosmovisão, uma estrutura coletiva de pensamentos que compõe a mentalidade da sociedade ocidental até hoje. Quanto aos princípios metódicos, o que interessa neste artigo, podemos elencar o naturalismo, racionalismo,



empirismo, indutivismo e o pensamento anti-metafísico, como alguns dos componentes essenciais que identificam a Ciência Moderna. A lenta composição do método científico contou com a colaboração direta ou indireta de uma infinidade de filósofos, como Aquino, Descartes, Hobbes, Locke, Bacon e Kant. Esses foram selecionados didaticamente como representantes de momentos importantes nesse desenvolvimento, consciente das limitações características deste tipo de produção.

A Sociologia analisa a sociedade para entender sua dinâmica e funcionamento permeados de problemas. A disciplina, enquanto ciência social, emerge embasada no método científico para produzir conhecimentos tidos por mais seguros e confiáveis que os do senso comum. Nesse espírito, intelectuais do século XIX pensaram a sociedade sob influência dos princípios científicos. Três notáveis entre os primeiros pensadores da sociedade a fazê-lo foram Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. O conjunto de suas obras ficou conhecido posteriormente como Sociologia clássica. Nelas se percebe a influência científica sob várias formas que direcionaram o modo de pensar desses clássicos. Por exemplo: Marx, tinha no materialismo a base de seu pensamento e na observação analítica da história das sociedades seu princípio metódico. Durkheim ansiava por um saber objetivo da sociedade, fruto de racionalismo, utilizava o pensamento dedutivo na busca pelas características generalizadas da sociedade, também utilizando a observação metódica. Weber, analisando metodicamente a sociedade, a partir da ação social, desenvolve conclusões por meio do pensamento indutivo, estando também mergulhado no espírito anti-metafísico, na necessidade de explicação materiais para as causas das relações sociais, semelhantemente ao naturalismo, a busca por causas “mecânicas” ou imediatas próprias das ciências naturais.

Diante de tudo o que foi trazido, tem-se que a Filosofia Moderna desenvolve o método científico. Tem-se que a Sociologia, sendo apresentada a clássica, nasce ancorada em tal método. Logo, verifica-se que a Sociologia é influenciada pela Filosofia Moderna, por meio da formulação do método científico.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Rosmane. 2018. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar**: uma análise crítica ao materialismo de Marx enquanto tentativa de superação da lógica dialética hegeliana. Monografia de graduação em História, Universidade Federal de Alagoas.

DESCARTES, Rene. 1979. **Discurso do método**: para bem conduzir a própria razão e buscar a verdade nas ciências. Tradução de Jacob Ginzburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultura.

BODART, Cristiano. 2019. **Infraestrutura e superestrutura em Marx**. Blog Café com Sociologia, 2016. Disponível em: <<https://cafecomsociologia.com/infraestrutura-e-superestrutura-em-marx-2/>>. Acessado em 06 de mar.

DURKHEIM, Émile. 2007. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes.

ELIAS, Norbert. 2008. **Introdução à Sociologia**. Lisboa/Portugal: Edições 70.

HLILTON, Rodney *et al.* 2004. **A Transição do feudalismo para o Capitalismo**. Tradução de Isabel Didonet. São Paulo: Paz e Terra.

HOBBSAWM, Eric. 2012. **Era das Revoluções 1798 – 1848**. Tradução de Maria Tereza Teixeira. São Paulo: Paz & Terra.

HUGO, Victor. 2014. **Os Miseráveis**. Tradução e adaptação de Silvana Salerno. São Paulo: Seguinte.

JÚNIOR, Luís Guimarães. Londres. 2010. *In: Sonetos e Rimas*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

KANT, Immanuel. 2001. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

KRAEMER, Celso; STAMM, Melissa Probst. 2009. **Temas e Teorias da Filosofia**. Indaial: Grupo UNIASSELVI.

LAGO, Ivann; OLIVEIRA, Ana. 2010. **Metodologia do Ensino de Sociologia**. Indaial: Grupo UNIASSELVI.

MAKSENAS, Paulo. 2009. **Subsídios para Sociologia Geral**. São Paulo: MEC/PUC-SP.

MARX, Karl. 2015. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. 2008. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo.

Marx, Karl; ENGELS, Friedrich. 1998. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes.

THE PEOPLES'S PREACHER. 2020. Produção de Crawford Telfer. Tradução de Fernando. UK: Christian Television Association, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s2EjX2ns4Ik>>. Acessado em 24 de fev.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. 2003. **História da Filosofia: Filosofia pagã antiga**. V. 1 Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus.

\_\_\_\_\_. 2003. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**. V. 2 Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus.

\_\_\_\_\_. 2004. **História da Filosofia: Do Humanismo a Descartes**. V. 3 Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus.

\_\_\_\_\_. 2005. **História da Filosofia: De Spinoza a Kant**. V. 4 Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus,

ROSSI, Paolo. 1992. **A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica**. Tradução de Alvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

SCHEEFER, Fernando. 2009. **Temas e Teorias da Sociologia**. Indaial: Grupo UNIASSELVI.

WEBER, Max. 2003. **Sociologia**. Organização de Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática.

## **TRABALHO INDÍGENA NA FORMAÇÃO DAS ALAGOAS (SÉCULO XIX). APONTAMENTOS**

### **INDIGENOUS WORK IN THE FORMATION OF ALAGOAS (XIX CENTURY). APPOINTMENTS**

**Amaro Hélio Leite da Silva<sup>8</sup>**  
amaroleitedasilva@yahoo.com.br

#### **RESUMO**

Neste artigo, pretendemos seguir os caminhos abertos por Clóvis Antunes e Sávio de Almeida na construção da nova historiografia de Alagoas, refletindo sobre a força de trabalho indígena na perspectiva das falas e relatórios oficiais do século XIX, especialmente dos índios das matas. Consideramos esta análise fundamental, pois ela nos leva a uma relação necessária entre a história indígena e as bases da formação histórica das Alagoas: sociedade, produção e poder local. Isto significa dizer que o estudo da história indígena não passa por uma história tradicional, mas por uma história que se aproxime da vida de pessoas comuns – seu cotidiano, seu trabalho, suas lutas; enfim, sua história de resistência.

**Palavras chaves:** Indígena; Trabalho; História.

#### **ABSTRAT**

In this article, we intend to follow the paths opened by Clóvis Antunes and Sávio de Almeida in the construction of the new historiography of Alagoas, reflecting on the indigenous workforce from the perspective of the official speeches and reports of the 19th century, especially of the Indians of the forests. We consider this analysis fundamental, because it leads us to a necessary relationship between indigenous history and the bases of the historical formation of Alagoas: society, production and local power. This means that the study of indigenous history does not pass through a traditional history, but through a history that approaches the lives of ordinary people - their daily lives, their work, their struggles; in short, its history of resistance.

**Key word:** Indigenous; Job; History.

---

<sup>8</sup> Professor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

## INTRODUÇÃO

Há um movimento crescente de pesquisas e bibliografias sobre os índios de Alagoas, porém são raros os estudos historiográficos sobre as formas de trabalho indígena no século XIX. Existem documentos e registros históricos pouco explorados, mas fundamentais para compreensão da história indígena desse período. Dentre esses documentos, podemos destacar os *Relatórios e Ofícios das Diretorias Parciais dos Índios e da Diretoria Geral dos Índios*, publicados por Clóvis Antunes em 1984; *Os Índios nas Falas e Relatórios dos Presidentes da Província das Alagoas*, publicado por Luiz Sávio de Almeida em 1999. A publicação desses documentos ajudou a esclarecer um pouco mais sobre algumas lacunas da nossa historiografia, contribuindo, inclusive, para a formação de uma nova escrita da história indígena em Alagoas. Entretanto, não foi uma publicação analítica, não havia a preocupação com a análise sistemática dos documentos, permanecendo o problema do silêncio sobre a história indígena do século XIX. Este quadro começa a mudar no início do século XXI, com a publicação de teses, dissertações e formação de grupos de pesquisa sobre os índios de Alagoas<sup>9</sup>.

Neste artigo, pretendemos seguir os caminhos abertos por Antunes e Almeida na construção dessa nova historiografia, refletindo sobre a força de trabalho indígena na perspectiva das falas e relatórios oficiais do século XIX, especialmente dos índios das matas. Consideramos esta análise fundamental, pois ela nos leva a uma relação necessária entre a história indígena e as bases da formação histórica das Alagoas: sociedade, produção e poder local. Isto significa dizer que o estudo da história indígena não passa por uma história tradicional, mas por uma história que se aproxime da vida de pessoas comuns – seu cotidiano, seu trabalho, suas lutas; enfim, sua história de resistência. Estamos em busca da “história vista de baixo”, ou seja, estamos destacando a necessidade de uma história indígena que, parafraseando Thompson, na história oficial de Alagoas emerge como problema que o governo tem de lidar (2001, p. 185). Segundo Sharpe, a “história vista de baixo” significa “compreender o povo no passado

---

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, MATA, Vera Lucia Calheiros. *A Semente da terra: identidade e conquista territorial por um grupo indígena integrado*. Maceió: Edufal/Cesmac, 2014. Além das teses e dissertações publicadas pela coleção *Índios do Nordeste: temas e problemas*, sobretudo, a partir do volume V, quando vai tratar especialmente dos índios de Alagoas.

à luz de sua própria experiência e suas próprias reações a essa experiência” (1992, p. 42).

## A FALA DO PODER

As Falas dos Presidentes da Província e os Relatórios dos Diretores dos Aldeamentos Indígenas das Alagoas, século XIX, são um dos poucos registros históricos sobre os índios de Alagoas, inclusive sobre os índios das matas, que depois de 1870, foram considerados extintos pelo Estado e desapareceram da historiografia oficial. Sabemos das dificuldades que é trabalhar com documentos oficiais; eles são escassos ou trabalhados na perspectiva dos poderosos.<sup>10</sup> No caso das Falas e Relatórios que iremos tratar aqui, são documentos que expressam a visão de um poder que busca informar e formar a história das Alagoas, que foram construídos como discurso pedagógico dessa história, instrumentos de coerção moral da sociedade senhorial. Portanto, se quisermos *escovar a história ao contrário*, como Walter Benjamin pretendia fazer, *é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas* (GINZBURG, 2002, p. 43); e isto inclui os testemunhos orais, os documentos oficiais e a própria historiografia.

O relato do Diretor do Aldeamento de Palmeira dos índios, Alexandre Gomes da Silva, é emblemático para se ter uma visão geral sobre os índios das Alagoas no início do século XIX. É a fala do poder preocupado com a “natureza indolente” dos índios. Nessa fala, os índios são primitivos, incapazes de produzir sua própria subsistência; são, no dizer do próprio diretor, *naturalmente preguiçosos e vadios e não tem outro modo de vida, que a cassa e o roubo*. Ainda segundo o diretor, a prova da primitividade e incapacidade produtiva dos índios é o seu modo de vida: sua resistência ao trabalho e o roubo praticado contra os proprietários, o que justifica a sua pobreza e a ausência de propriedade indígena:

[...] não pude descobrir nesta Mição huma só obra das mãos dos Índios; digna de ocupar lugar no Muzeo Imperial e Nacional; pois os mesmos Indios apenas sabem fabricar hum arco, hum pote, e huma rêde de carreira, e isto mesmo muito malfeito. Quanto aos produtos naturais, principalmente do Brasil, nada cultivão; como vadios que são, só se empregam na casa, e a sombra dela roubão tudo quanto pode aver

---

<sup>10</sup> Como diz Thompson, “essas fontes essenciais são exaustivamente interrogadas pelos historiadores, não somente em busca de nova evidência, mas em um diálogo em que eles propõem novas perguntas” (apud SHARPE, 1992, p. 48).

dos lavradores, e criadores de gados [...] entre estes achão-se alguns que se alugão aos agricultores no tempo de derrubada roçamentos e culheita. Daqui vem não terem caza e nem roça e nem outra qualquer propriedade<sup>11</sup>.

Trabalho, produção e propriedade formam a tríade do desenvolvimento civilizatório das Alagoas. Sendo naturalmente preguiçosos, os índios jamais poderiam produzir o suficiente para ter propriedade e serem civilizados. O trabalho de alugado era um exemplo da incapacidade de tornar produtiva a sua própria terra; bem como a fabricação de um arco, um pote e uma rede, que reafirmam a sua indolência. Embora fale dos índios de Palmeira, o diretor constrói a imagem de primitivo que vai se estender aos outros indígenas durante o século XIX. É uma imagem que reflete a ausência de civilização, que é traduzida como ausência de trabalho, de produtividade e de propriedade, e que culmina com a ausência do próprio índio como membro da sociedade.

Um Ofício de 1826, do Presidente da Província das Alagoas, Miguel Velloso da Silveira Nobrega e Vasconcelos, reforça a visão do índio indolente. Neste caso o presidente fala de uma natureza determinante na vida dos índios; ou seja, se eles são pobres, dispersos e sem propriedade é devido a sua natureza preguiçosa.<sup>12</sup> É um círculo de vida que naturaliza a pobreza e a inferioridade do índio: ele nasce preguiçoso, é incapaz de produzir e vive voluntariamente disperso. Nas palavras do próprio presidente:

[...] os referidos índios nenhuma oppressão soffrem senão a que lhes provém da sua natural indolência, e relaxada conducta: que havendo no districto da sobredita Villa quatro aldeamentos, a saber – Atalaia – S. Amaro – Limoeiro e Urucú – achão-se todos quase sem regularidade, e os índios debandados, e dispersos voluntariamente (particularidade os de Atalaia), nascendo isto de estar esta raça já constantemente cruzada.<sup>13</sup>

Daí a necessidade de controle e integração dos índios ao processo civilizatório dos brancos, o que significa catequizá-los na Igreja, educá-los nas letras e transformá-los em força de trabalho. Embora fossem considerados naturalmente indolentes, os índios

---

<sup>11</sup> Of. de Alexandre Gomes da Silva, em 08/11/1825, ao presidente da Província das Alagoas. Arquivo Público de Alagoas, Diretoria Parcial dos Índios, Cód. M. 39. E. 11, 1820-1872. Transcrito in: ANTUNES, 1984, p. 40.

<sup>12</sup> Of. do presidente da província, Miguel Velloso da Silveira Nóbrega, ao Governo Central do Estado, em 26/11/1829. Arquivo Público de Alagoas, Presidência da Província das Alagoas. Cód. M. 39. E. 11, 1820-1872. Transcrito in: ANTUNES, 1984, p. 43.

<sup>13</sup> Idem.

poderiam ser úteis, desde que administrados pelo Estado paternalista, pois eram incapazes de serem sujeitos de sua própria história. Esta é a visão do Presidente da Província das Alagoas, Manoel Felizardo da Silva, que, em 1842, propunha a demarcação das terras indígenas para conservar a primitividade dos índios e dar segurança aos proprietários de engenhos; ou seja, dar legitimidade ao esbulho das terras indígenas:

A experiência tem demonstrado que os Índios, entregues a si mesmos são menos felizes, e menos úteis a sociedade, e que decrescem de uma maneira espantosa. A única maneira de conservarmos os primitivos habitantes da terra de S. Cruz e continuar-lhes a paternal administração [...] Sobretudo, Senhores, urge que se mandem medir e demarcar as terras pertencentes aos Índios [...] Esta medida vai por termo aos progressivos esbulhos, e ao mesmo tempo dar segurança aos empreendedores que tem construído Engenhos, e sítios em terra dos caboclos, e evitará a renovação das cenas da Atalaia em 1837.<sup>14</sup>

O desafio era a civilização dos “selvagens” das matas (sobretudo indígenas) e se o melhor método era sua integração ou extermínio. José Bonifácio de Andrada e Silva foi o primeiro a propor a civilização dos índios do sertão ou os chamados “índios bravos”. Bonifácio é autor do “Regulamento para a civilização dos índios botocudos nas margens do rio Doce” (1824) e “Apontamentos para a Civilização dos índios bravos do Império do Brasil” (1821 e 1823), que fora aprovado pela Assembleia Constituinte do Império (MOREIRA, 2010, p. 127-128). No contexto de emancipação política do Brasil, de acordo com Vânia Maria Lousada Moreira, era uma proposta bastante adequada ao discurso de um Estado que se dizia e queria-se “civilizado”, que pretendia integrar os índios.

Segundo Maria Regina celestino de Almeida, José Bonifácio e Adolfo Varnhagen se destacavam nesse debate e ambos concordavam com a inferioridade do índio, mas enquanto o primeiro defendia sua “humanidade e capacidade de civilizar-se”, o segundo destacava a “bestialidade dos índios” (ALMEIDA, 2010, p. 145). Varnhagen era um intelectual vindo do exército, considerado por muitos como o “pai da historiografia

---

<sup>14</sup> Fala do presidente da província, Manoel Felizardo da Silva, à Assembléia Legislativa das Alagoas, em 04/02/1842. Presidência da Província das Alagoas. Transcrito in: ALMEIDA, 1999, p. 30-31.



brasileira” (GUIMARÃES, 2011, p. 165), concordava com a colonização dos espaços interioranos, mas discordava deste quanto a posição do índio nesse processo.

A posição de Varnhagen era uma resposta a uma questão colocada desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) sobre a possibilidade ou não de conversão do índio à civilização. Ao contrário de Varnhagen, para os membros fundadores do IHGB discutir as formas de civilização indígena significava discutir uma questão fundamental acerca da formação da nação; ou seja, buscava-se identificar o índio na origem, construção e na história do Brasil.

As “ideias de Brasil” povoavam o imaginário político e intelectual – seja refletindo sobre o modelo político ideal ou sobre a construção da sociedade civil, sobretudo no tocante ao destino dos índios e dos negros escravos – a procura de uma identidade nacional. O que se consolidou foi uma determinada concepção de Brasil conservadora. Tudo confluindo para o que Carlos Guilherme Mota chamou de “processo reformista de acomodação” entre as províncias e as elites (MOTA, 1999, p. 201-202).

Nesse contexto, buscava-se a imagem do índio primitivo, originário e de raça pura. Na visão senhorial das Alagoas, o índio era miscigenado e caboclo, um empecilho ao progresso e a formação do Estado nacional; pois ele era, naturalmente, preguiçoso e improdutivo. Era a moral do poder local que justificava a ocupação das terras indígenas pelos engenhos e o controle do índio por parte do Estado. Thompson, em *Costumes em Comum*, dar exemplo da moral embutida no “uso-econômico-do-tempo” do trabalhador, que justificava a relação entre indolência e pobreza. É verdade que Thompson se refere a lógica da economia de mercado na Inglaterra do século XVIII, porém a relação tempo-trabalho-produção pode ser pensada, também, para a economia alagoana do século XIX:

Se o preguiçoso esconde as mãos no colo, em vez de aplicá-las ao trabalho; se ele gasta o seu tempo em passeios, prejudica a sua constituição pela preguiça, e entorpece o seu espírito pela indolência [...]”, então ele só pode esperar a pobreza como recompensa. (THOMPSON, 1998, p. 292).

Para os representantes do poder, os índios estavam aldeados, tinham terras férteis e até produziam alguma forma de agricultura, como algodão, mandioca e legumes; alguns buscavam *meios de vida* fora do aldeamento; outros trabalhavam como assalariados; porém, tudo convergia para a reprodução da sua pobreza. Na ótica do poder senhorial, a

economia indígena era primitiva e os seus *meios de vida* (fundados nos costumes) eram os verdadeiros responsáveis pela sua pobreza. Isto é o que podemos entender da fala do Diretor Parcial do Aldeamento de Palmeira dos Índios, Manoel Pereira Camêllo, em 21 de março de 1840:

São geralmente pacíficos, e de boa conducta; faltão alguns que não são induzidos no mesmo arrolamento por andarem fora da Missão e, diversos lugares tratando de meios de vida costume nelles antigo, que se não tem podido evitar, por mais esforços que se fação. Os índios têm propriedade de terras, que lhes forão concedidas e demarcadas [...] nellas cultivam algodão, mandioca e legumes. Vivem também da caça e do salário que lhe resultar de se alugarem, razão, por que são pobres [...].<sup>15</sup>

## O TRABALHO INDÍGENA NAS MATAS DAS ALAGOAS.

A história de Alagoas não pode ser escrita sem a história dos índios das matas. Embora a historiografia oficial manipule, silencie ou, simplesmente, acabe com os índios das matas, a sua história está ligada ao tipo de sociedade que é formada em Alagoas. Portanto, para compreendermos essa história é preciso refletir sobre a importância das matas na vida das sociedades indígenas e da sociedade branca. Se para os índios a mata era lugar de resistência, necessária como *estratégia* e como *sustento*, conforme nos diz Almeida;<sup>16</sup> para os brancos ela era um paradoxo, que poderia se transformar em fonte de lucro ou em obstáculo político à formação da sociedade alagoana, a depender dos interesses e das circunstâncias do momento, que os colocavam em aliança ou em conflito com as gentes das matas.

Segundo Marcus Carvalho (2007), as matas da Província de Pernambuco e Alagoas eram disputadas pelos poderosos da sociedade senhorial, a exemplo dos proprietários de engenhos, da Coroa e dos comerciantes locais. O problema era de que se tratava de um espaço habitado pelas *gentes das matas*: negros, índios e brancos pobres que viviam na floresta como estratégia de resistência e de sobrevivência. Além das terras

---

<sup>15</sup> Of. do Diretor do Aldeamento de Palmeira dos Índios ao presidente da Província das Alagoas, em 21/03/1840. Arquivo Público de Alagoas, Diretoria Parcial dos Índios, Cód. M. 39. E. 11, 1820-1872. Transcrito in: ANTUNES, 1984, p. 49.

<sup>16</sup> “Sem ela, praticamente, seria impossível manter a resistência e isso demonstra que era necessário um ambiente que prouvesse, pelo menos, duas condições: a) a estratégia e b) o sustento.” (ALMEIDA, 2004, p.16).

férteis, as matas possuíam madeiras em grande quantidade e qualidade, eram madeiras nobres, usadas na indústria naval, nos engenhos e para exportação, sendo, portanto, um negócio altamente lucrativo (CARVALHO, 2007, p. 258-259).

O grande movimento de consolidação da sociedade alagoana se deu com a conquista da terra e o controle dos índios, inclusive do seu trabalho. A conquista das matas era condição fundamental para dar continuidade a esse movimento. Foi justamente o que aconteceu no século XIX, com a destruição dos Cabanos do Jacuípe e com fim dos últimos aldeamentos nas matas alagoanas, consolidando a política de mando local sobre o trabalho e a propriedade indígenas.

No contexto das falas e relatórios oficiais da Província, é importante destacar os relatórios do Diretor Geral dos Índios José Rodrigues Leite Pitanga, na medida em que antecipa a posição oficial de alguns Presidentes da Província das Alagoas. Embora reforce a idéia de atraso econômico e cultural dos índios das Alagoas, ele é um dos poucos representantes do poder a denunciar a violência e o esbulho das terras indígenas, além de defender os índios como potenciais trabalhadores do Estado.

Em 1854, José Rodrigues Leite Pitanga traça um panorama sobre a situação dos índios de Alagoas, especialmente sobre os índios das matas. Segundo as suas informações, os aldeamentos das matas se destacam por possuírem terrenos agrícolas e abundância de madeiras. Apesar desse potencial econômico, Pitanga cita três razões para o atraso civilizatório do índio: 1) a madeira era mais atrativa do que a agricultura; 2) os índios preferiam alugar a sua força de trabalho a desenvolver a agricultura das suas próprias terras; 3) a usurpação das terras indígenas pelos engenhos de açúcar.<sup>17</sup> Nas palavras do próprio Pitanga:

Oito são as Aldeias de meu comando, sua população consta de 4.527 Almas, posto que inesato porem um pouco menos do numero real. Principio a dar informações das Aldeias do Norte da Província. Jacuípe contem 421 Alma, alguns sabem ler por existir uma Escola paga pela Nação; seu terreno é todo agriculo; mas a abundancia de madeira que tem caído ali hoje motiva os índios não planterem se-não mandioca para comerem tudo, ao mesmo tempo são empregados na mesma fartura de madeiras.

---

<sup>17</sup> Relatório do Diretor Geral dos Índios, José Rodrigues Leite Pitanga, ao Presidente da Província, em 22/12/1854. Arquivo Público de Alagoas, Diretoria Geral dos Índios, Cód. M. 37. E. 11, 1844-1863. Transcrito in: ANTUNES, 1984, p. 33-34.

Cocal sua população é de 416, Almas, o terreno é o mesmo que o de Jacuípe, a ocupação dos índios a mesma das madeiras, sendo então estes Índios mais infelizes no estado de civilização, porque até os mesmos officiaes não sabem ler.

Urucu sua população 787, almas, terreno todo agriculo, e feliz, vivem os Índios da lavoura, e facturas de madeira [...]

Limoeiro, sua população 174, Almas, terreno todo agriculo, os Índios mal lavrão para se sustentarem, e trabalham alugados a maior parte.

Atalaia [...] São os mais civilizados dos Índios, o terreno é todo agriculo, e felizes, mas os Índios só têm direito no lugar onde mora [...]

Santo Amaro tem 615 Almas, alguns sabem ler posto não aja escolas, o terreno e modo de vida é o mesmo dos de Atalaia [...].<sup>18</sup>

Há uma preocupação evidente com o estágio de desenvolvimento econômico e cultural dos aldeamentos; no entanto, as exigências para a integração dos índios à sociedade dos brancos continuam as mesmas: propriedade agrícola, trabalho assalariado e educação nas letras. É interessante perceber que embora o mesmo Diretor dos Índios reconheça que a usurpação das terras indígenas pelos proprietários de engenhos seja uma ameaça à subsistência dos índios, ele enfatiza o trabalho indígena como o grande responsável pela pobreza e atraso civilizacional das aldeias.<sup>19</sup> Sejam como agricultores ou assalariados, os índios são incapazes de superar a sua miséria e primitividade, conforme afirma Pitanga:

O trabalho dos Índios, ou seja de agricultura ou industria, apenas lhes dá para sua subsistência e vestirem pela maior parte muito mal [...] Acerca de sua civilização, com quanto ainda esteja bem atrasada em alguma aldeia como Cocal, Urucu, e Limoeiro, não se pode dizer que haja decadência [...] precisão porem de providencias que os tire do estado de miséria que domina nas aldeias e ponha geralmente igual dos outros brasileiros. Outro meio de melhorar as circunstancias dos Índios é demarcar-se as suas terras que se achão usurpadas por intrusos moradores e proprietários de Engenhos sem quererem pagar o respectivo arrendamento [...].<sup>20</sup>

Já demarcamos, em estudos anteriores, o problema econômico como sendo central para definição do modo de vida indígena (SILVA, 2007). Diante da “longa duração” das

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Relatório do Diretor Geral dos Índios, José Rodrigues Leite Pitanga, ao Presidente da Província, em 31/01/1854. Op. cit, p. 51.

<sup>20</sup> Idem.

especificidades da estrutura agrária capitalista em Alagoas, não vejo razão para abandonar esta proposição. Neste sentido, é importante lembrar José Carlos Mariátegui, quando afirma que a questão indígena não pode ser reduzida a um mero problema étnico ou moral independente da organização social e econômica (2002, p. 27). O problema central está na forma como o modo de produção afeta a vida indígena. No caso dos índios das matas, o poder senhorial procura subordinar as etnias determinando um lugar para os índios, para que estes não ameaçassem a estrutura agrária vigente. Ver a realidade indígena nesta perspectiva é ver o problema da propriedade da terra e, portanto, da indissociabilidade entre produção e etnia, já que no processo de construção do modo de vida dos índios, a terra é fundamental como espaço de relações sociais e produtivas.

Sabemos que o problema indígena não pode ser reduzido ao problema da terra, mas no contexto das relações econômicas do século XIX, ela é central. Esta questão é importante, sobretudo para apreendermos o processo de ocupação das terras indígenas nas matas alagoanas. A tomada das terras indígenas era indispensável à “obra civilizadora”; era preciso adequar o índio e o seu espaço à estrutura da produção, o que significava sua eliminação cultural ou alguma forma de encobri-lo à guisa de sua integração à sociedade branca, como, por exemplo, transformando-o em força de trabalho assalariado.

## **TRABALHO INDÍGENA NO SÉCULO XIX**

Para compreendermos o processo de proletarização dos índios alagoanos, consideramos importante fazer uma breve reflexão sobre as *formações econômicas pré-capitalistas*.<sup>21</sup> Edgar Francisco de Carvalho mostra que nas primeiras formações produtivas da história, do tipo comunitário, o acesso à terra é um dos instrumentos que funda a relação de pertencimento do indivíduo à comunidade (2003, p. 54). É nesta relação com a terra que o homem se inscreve como força produtiva e constrói as suas representações. Mas, com a dissolução dessas formas comunitárias de propriedade, surge o trabalhador livre, não-proprietário das condições objetivas da produção.<sup>22</sup> Foi assim

---

<sup>21</sup> Esta perspectiva tem no marxismo a sua base de sustentação; o que demonstra a capacidade do marxismo trabalhar não apenas com as formações capitalistas da sociedade, mas também não-capitalistas (CARVALHO, 2003, p. 54).

<sup>22</sup> Para Darcy Ribeiro, a transição da economia tribal para a nacional significa “a passagem da vida cooperativa da aldeia, toda voltada para a criação de condições de sobrevivência do grupo, para a economia

que se deu a desapropriação das terras indígenas no século XIX; ou seja, *A matéria-prima, o instrumento, os meios de subsistência, a terra, convertem-se em não-propriedades, condicionantes de emergência de forma capitalista* (CARVALHO, 2003, p. 54).

É necessário frisar que nesse processo de desapropriação, a terra sempre foi elemento central da disputa entre índios e brancos. É justamente esse o drama de quando a história branca se encontra com a história indígena; pois se, por um lado, a terra tem um sentido integrador para a vida do índio (integrando indivíduo à comunidade); por outro, ela passa a ser, necessariamente, mercadoria nas mãos do branco. Ao ser desapropriado da terra, o índio perde a base de sustentação material. Para sobreviver nesse contexto, o índio teve que se acoplar ao interesse do capital, transformando-se em reserva de mão-de-obra. Esta é a forma, preferencialmente, a partir da qual dá-se a continuidade da sociedade indígena dentro da sociedade alagoana no século XIX; ou seja, como trabalhador livre e despossuído da terra.

Na lógica do poder senhorial, os índios poderiam ser úteis como força de trabalho, desde que houvesse controle e proteção por parte do Estado. De indolentes primitivos os índios são transformados em soldados fiéis ao Estado e proletários necessários ao desenvolvimento das obras públicas. Para o Diretor Geral dos Índios, José Rodrigues Leite Pitanga, os indígenas têm um grande potencial para o trabalho, principalmente, para o trabalho militar, pois são obedientes e fiéis ao governo<sup>23</sup>. Nas palavras do próprio diretor, só assim o índio se torna “limpo”:

Os Indios tem muita tendência para o trabalho, só lhes falta direção e proteção para as cultivarem com gosto. [...] por que arregimentados como estão tornão-se quase como militares por que todos são aguerridos e acostumados ao trabalho militar [...] por que isto mesmo estimula-os a trabalharem para se tornarem limpos, e sem pejo de acodirem ante os outros cidadãos.<sup>24</sup>

---

do barracão, orientada para produzir lucros em função de necessidades alheias e com o desgaste da força de trabalho que consegue aliciar” (RIBEIRO, 1996, p. 386).

<sup>23</sup> Relatório do Diretor Geral dos Índios, José Rodrigues Leite, ao Presidente da Província, em 22/12/1854. Op. cit, p. 95.

<sup>24</sup> Idem.

Segundo Almeida (2008, p. 157), o controle dos aldeamentos era fundamental para que a sociedade branca garantisse força de trabalho, o que exigia uma estrutura de organização burocrática baseada na *hierarquia, serviços e religião*. Esta perspectiva vai ser adotada pelo presidente da Província Anselmo Francisco Perreti, em 1844, quando ordena que se crie uma lei nomeando curadores para as áreas indígenas, no sentido de que estes possam orientar os índios no trabalho e na instrução pública.<sup>25</sup> Para o presidente, este é o único meio para livrar os índios do estado de *semi-bárbaros* em que se encontravam, além de livrá-los também dos vícios e dos hábitos criminosos.<sup>26</sup>

O *Opúsculo da Descrição Geographica de 1844* é um texto exemplar para situarmos Alagoas no contexto de formação do Estado nacional. Ao inaugurar a escrita da história senhorial da província, ele se preocupa com a configuração econômica das Alagoas, enfatizando papel e função do comércio e dos proprietários rurais, encontrando no conjunto das relações econômicas, condições para citar os capitalistas como *os verdadeiros músculos do corpo social* que nutrem essas relações (POR HUM BRASILEIRO, 2009, p. 28-29). O *Opúsculo de 1844* cita cinco aldeias indígenas existentes na Província das Alagoas, mas destaca apenas o objeto de exploração econômica:

As aldeias de Indios que restão, huma em Porto Real (Collegio) à margem do Rio de S. Francisco, outra na Palmeira, huma na Atalaia e S. Amaro; e outra em Jacuhipe. Além de mui desfalcadas de população, os Indios não se querem sugeitar hoje a jornal [...] vivem quaze como na primitiva, caçando, e pescando. Por conseqüência mui proveitosa seria aqui huma colônia agrícola, não exclusivamente exótica, nem pelo methodo seguido, que não tem dado bom resultado; e sim por outro ou outros mais bem combinados que deixassem aos colonos lugar a se estabelecerem, e trabalharem tão bem por si, sugeitos com tudo, ao jornal de quem lhes fornecessem terras (POR HUM BRASILEIRO, 2009, p. 28).

Esta perspectiva econômica vai se acentuar na obra *A Geografia Alagoana* de Thomaz Espíndola (2001). Índios, negros e cabanos aparecem nesses textos, mas são tratados como parte de uma história anacrônica da Província: são selvagens, rebeldes e

---

<sup>25</sup> Fala do Presidente da Província Anselmo Francisco Perreti à Assembléia Legislativa das Alagoas, em 09/05/1844. Presidência da Província das Alagoas. Transcrito in: ALMEIDA, 1999, p. 32.

<sup>26</sup> Idem.

primitivos – e jamais poderiam ser sujeitos de sua própria história. Thomaz Espíndola reproduz a mesma lógica de mercantilização do espaço alagoano: ocupar, integrar e desenvolver o território para a indústria e o comércio. Sua *Geografia Alagoana* se divide em física, política e histórica – mas tudo integra o sistema da economia política do local. Nesse sistema, o índio só poderia existir como sujeito de um tempo primitivo, pois como sujeito do presente seria obstáculo ao progresso econômico e ao poder de mando senhorial.

Thomaz Espíndola fala de índios que habitavam as terras das Alagoas. São os *caetés* do litoral, os *pitiguarés* de Porto Calvo, *abacatiaries* das ilhas do rio São Francisco, além dos *aconãs*, *coriris*, *caropotós* e *cairiris*, que habitavam as proximidades desse mesmo rio (ESPÍNDOLA, 2001, p. 191). Eram os índios do passado, os primeiros povos das Alagoas, mas eram povos selvagens, ferozes e canibais, que deveriam ser domesticados pelos “nossos” da civilização.

Esta imagem do índio se reproduz ao longo do século XIX através das falas do poder oficial. O presidente da Província das Alagoas, em 1850, José Bento da Cunha e Figueiredo, fala da necessidade de proteção e civilização dos índios através do trabalho e da mercantilização de suas terras.<sup>27</sup> Sozinhos, eles são incapazes de produzir e gerar renda nas suas próprias terras. Isto é que nos diz o próprio presidente:

Aldeados em excelentes terras de agricultura, como são as de Palmeira, Atalaia, Cocal e Jacuípe, os índios de todas estas estâncias vivem entregues a mais condenável ociosidade, e apenas subsistindo do que a terra produz espontaneamente, e que assim mesmo colhem a bastante custo; no entanto que são eles mui próprios para serem empregados em diversos ramos de indústria, cujas vantagens não conhecem. Assim embrutecidos nem sabem ao menos defender e conservar os terrenos que a Nação lhes permite desfrutar, e de grande partes dos quais já estão privados, ou a força ou por meio de contratos leoninos.<sup>28</sup>

Há um discurso estratégico do poder local para dominação da propriedade e do trabalho indígenas: os índios são incapazes pela sua própria ignorância e ociosidade. A saída para esse estado de “embrutecimento” seria a formação de uma mão-de-obra

---

<sup>27</sup> Fala do Presidente da Província, José Bento da Cunha e Figueiredo, à Assembléia Legislativa das Alagoas, em 05/05/1850. Presidência da Província das Alagoas. Transcrito in: ALMEIDA, 1999, p. 35-36.

<sup>28</sup> Idem.



indígena e a mercantilização de suas terras.<sup>29</sup> Para a sociedade senhorial, o índio não conhece os benefícios da economia de mercado; daí o seu estado de natureza, vivendo do que a terra lhes dar e não do que ele produz. A imagem do índio indolente e selvagem permanece, mas, desta vez, com a possibilidade de ser transformada em força de trabalho assalariada.

Neste ponto, é interessante refletir sobre a ideia de propriedade na perspectiva do liberalismo de Jonh Locke. Segundo Thompson, Locke toma o índio como *paradigma de um estado original antes da propriedade ser individuada e protegida*, ele enfatiza as diferenças lógicas entre o índio e o branco, no que diz respeito ao trabalho e a propriedade da terra (1998, p. 134). Para ele, se o índio não desenvolve a terra com o seu trabalho, qualquer outra forma de produção, fora desta lógica, poderia justificar o “direito” a desapropriação das terras indígenas e sua pobreza “natural” (THOMPSON, 1998, p. 134). Thompson esclarece melhor esta visão lockiana de propriedade:

Locke decidiu que o índio americano era pobre “por não desenvolver” a terra com o seu trabalho. Como o trabalho (e o desenvolvimento) constituía o direito à propriedade, tanto mais fácil para os europeus despojarem os índios dos seus campos de caça. A caça, a pesca, e até mesmo a plantação de milho e abóbora em pedaços de terra não cercados estavam certamente muito longe de “sujeitar” a terra. [...] Não podiam ser consideradas “benfeitorias”, sendo, portanto, tênue a sua reivindicação de estabelecer direitos de propriedade (THOMPSON, 1998, p. 134-135).

Nesta perspectiva, o índio era pobre “por não desenvolver” a terra com o seu trabalho. Trabalho e “desenvolvimento” legitimam o direito à propriedade; logo, se o índio não trabalha as potencialidades produtivas da terra, ele não tem direito à propriedade. Daí o consenso entre os proprietários rurais e os representantes do poder senhorial das Alagoas de que os índios eram pobres por serem incapazes de produzir e ter propriedade.

---

<sup>29</sup> É a saída para o que Darcy Ribeiro chama de *engajamento compulsório*: “O processo básico constituiu, portanto, uma violentação da vida econômica tribal e resultou na sua subordinação a uma economia mais ampla de caráter mercantil [...] o destino das tribos passa a ser regido por uma vinculação externa tendente a se consolidar e a se tornar cada vez mais opressiva” (RIBEIRO, 1996, P. 382).

## TRABALHO INDÍGENA COMO RESERVA DE MÃO DE OBRA DO ESTADO

É de 1587 a primeira lei que regulamenta o trabalho assalariado dos índios. Trata-se da lei criada por Felipe II, que segundo Bartira Ferraz Barbosa, “não apenas confirma a lei de D. Sebastião, de 1570, mas acrescenta medidas que possibilitavam o recrutamento de mão-de-obra indígena” (2007, p. 143). O problema era a condição de semi-escravidão vivida pelos índios nas missões, pois apesar de serem considerados livres, os missionários tinham o controle sobre o trabalho e o salário dos indígenas (BARBOSA, 2007, p. 143). Ainda segundo Barbosa, os índios reagiram a essa forma de exploração do seu trabalho, eles *fugiram de missões por não aguentarem seu sistema, uma semi-escravidão com roupagem de comunidade e aldeia livre de exploração, já que se precisassem os sesmeiros de seus serviços, este deveria ser pago não ao nativo e sim ao missionário* (2007, p. 148).

Em Alagoas, o governo da Província oficializa a venda da mão de obra indígena em 1836, regulamentando as condições de trabalho dos índios nos Serviços das Obras Públicas. Esse regulamento estabelecia uma palhoça como abrigo, quatrocentos e oitenta réis por dia como salário e uma garrafa de aguardente para cada dez homens, devendo ser descontado do salário a carne fresca e a farinha dadas como alimentação.<sup>30</sup> Essas eram as condições propostas pela Casa do Governo das Alagoas, conforme determinava o presidente Rodrigo de Souza da Silva Pontes:

Sendo necessário dar princípio quanto antes à obra do canal, que deve rasgar-se na Lagoa do Norte desde a Ponta Grossa até a rua da Cotinguiba nesta vila; [...] sobre a conveniência de mandar vir índios para serem empregados na referida obra, tenho resolvido, que V. M.ce. dê as providências para que sejam ocupados nisso continuamente cinquenta índios. Eles vencerão a quatrocentos e oitenta réis diários, descontando desse valor o preço de uma libra de carne fresca, e de um décimo de farinha, que se lhe dará. Também se distribuirão no fim do dia uma garrafa de aguardente por cada dez homens. Os primeiros índios, que vierem, serão logo aplicados a levantar uma palhoça para seu abrigo, e dos que lhe sucederem pois que de mês em mês devem ser mudados, recebendo nessa ocasião o salário vencido.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Of. do Presidente da Província, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, ao Diretor dos Índios da Atalaia e Santo Amaro, em 05/11/1836. Casa do Governo das Alagoas, por Joaquim José da Costa. Transcrito por ANTUNES, 1983, p. 144-145.

<sup>31</sup> Idem.

A julgar pelos documentos dos diretores dos aldeamentos, parece que esta regulamentação jamais se efetivou, pois já em 1840, o assalariamento do indígena vira sinônimo de trabalho forçado.<sup>32</sup> Isto é o que indica o Diretor do Aldeamento de Palmeira dos Índios, Manoel Pereira Camêlo, quando fala da resistência dos índios para o trabalho nas obras públicas: *Os índios palmeirenses se esquivaram porque nas experiências anteriores quando foram trabalhar na abertura do canal do Rio São Miguel foram maltratados e não lhes pagaram o seu jornal.*<sup>33</sup>

Na verdade, a precariedade das condições de trabalho nas obras públicas já era comentada pelas autoridades desde 1822, quando outro diretor, do mesmo aldeamento de Palmeira, Diogo José Pinto Cabral, justifica a dificuldade em trocar os trabalhadores indígenas devido à doença, pobreza e medo causados por este tipo de trabalho:

[...] a muda dos Índios que se segue fazer os não posso andar por que os que tem decidido a esse trabalho todos se achão doentes de sezonia e o resto que tem saúde por cauza de sua pobreza e algum medo do dito trabalho vivem dispersos por estas matas caçando com algumas legoas de distancia [...].<sup>34</sup>

Refletindo sobre o trabalho indígena nas obras públicas, é possível compreender as razões que levaram os índios a dispersão de suas aldeias e ao abandono do serviço nessas obras. Diferentemente do que afirmavam as autoridades locais, a dispersão dos índios de suas aldeias não era uma busca de “meios de vida”, era uma forma de fuga do trabalho forçado, cujas consequências eram a desorganização da vida nos aldeamentos, na medida em que gerava doença, medo e exploração. Embora tenha sido iniciada no aldeamento de Palmeira dos Índios, a resistência indígena ao trabalho nas obras públicas se espalha para as outras aldeias, indicando que a prática do trabalho forçado era generalizada.

Na medida em que aumentava a resistência indígena à exploração do seu trabalho, aumentava também a repressão e a violência aos índios desertores. José Rodrigues Leite

---

<sup>32</sup> Marcus Carvalho afirma que “recrutamento militar e trabalho forçado andavam juntos no Brasil oitocentista”, indicando que não era uma novidade do século XIX (2002, p. 71).

<sup>33</sup> Of. de Manoel Pereira Camêlo ao Presidente da Província das Alagoas, em 09/01/1840. Op. cit, p. 148.

<sup>34</sup> Of. do Diretor do aldeamento de Palmeira dos Índios aos Governadores da Junta de Governo da Província das Alagoas, em 20/05/1822. Arquivo Público de Alagoas, Diretoria Parcial dos Índios, Cód. M. 39. E. 11, 1820-1872. Transcrito in: ANTUNES, 1984, p. 144.

Pitanga, o mesmo diretor que denunciava os esbulhos das terras e a pobreza nos aldeamentos, em 1854, defende o trabalho forçado e a prisão como castigo aos índios que desertarão das obras públicas:

Os índios fugitivos que foram capturados são enviados imediatamente à Capital como castigo e em serem casados vão prestar um mez de serviço com os outros [...] já dei ordem para recrutar os solteiros, e remeter os casados prezos tanto para darem conta dos cavallos, como serem congregados ao trabalho.<sup>35</sup>

Perseguidos, presos e forçados a trabalhar sem salário, os índios são tratados como escravos fugitivos do Estado. Apesar das prisões serem utilizadas como meio de coerção, os índios se negam a aceitar as condições de trabalho nas obras públicas da capital. Os pedidos de dispensa desse tipo de trabalho são cada vez mais constantes entre os diretores dos aldeamentos, indicando mais uma vez que a regulamentação da proletarização indígena tem afetado significativamente a organização da vida nas aldeias. O ofício enviado ao presidente da Província Cansação do Sinimbu esclarece melhor esta questão:

Os índios pedem ao Governo para os dispensar visto acharem-se oprimidos de ceções todos que dahi terem voltado, e dos quaes já tem falecido quatro... acho-os mais dispostos a abandonarem a aldeia do que a descerem para essa cidade. Quanto porem os Indios que devem substituir aos que voltarão elles representão-me para pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que haja dos dispensar dos trabalhos do canal pelo menos até o fim do inverno [...] Para obrigá-los a descer, já preendi a alguns, e nem com isto, e nem com exortações tenho adiantado couza alguma: outrosim me representão, que estão em tempo de fazer suas novas palntações, de que vivem.<sup>36</sup>

Os pedidos de dispensa das obras públicas demonstram que os índios só podiam garantir a subsistência a partir da sua própria economia, trabalhando na lavoura das suas próprias terras. Desse modo, o inverno era fundamental para a economia dos aldeamentos, pois era o tempo de plantar e suprir as suas necessidades. Isto é o que podemos depreender

---

<sup>35</sup> Of. do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província das Alagoas, em 02/04/1854. Op. cit, p. 151-152.

<sup>36</sup> Of. do Diretor Parcial do Aldeamento de Palmeira, Manoel Pereira Camêllo, ao Presidente da Província das Alagoas, em 26/04/1840. Op. cit, p. 153.

dos pedidos de dispensa das obras públicas feitos pelos índios de Jacuípe e do Cocal ao Diretor Geral dos Índios, em 1854:

Representa-me os índios das Aldeias de Jacuípe e Cocal, para que durante o inverno despense os índios das mencionadas Aldeias de vierem trabalhar nas Hobras Publicas desta cidade; visto os maus caminhos, e passagem de Rio que existem daquelas Aldeias a Capital. Assim sendo se for possível diminuir o numero dos trabalhadores durante as chuvas, bom será para que elles tratem também de platarem suas rossas e legumes, suprindo então as duas aldeias.<sup>37</sup>

Na lógica da sociedade branca, a economia indígena não existia, pois, conforme afirmamos anteriormente, o índio era incapaz de “desenvolver” a terra e o seu trabalho nos moldes da economia de mercado. Sem economia, não existia propriedade indígena; e sem propriedade, o índio só existia enquanto força de trabalho. Daí a necessidade de um discurso oficial que justificasse o fim dos aldeamentos indígenas e o desaparecimento do índio através da sua transformação em mestiços, pobres e reserva de mão de obra. O relatório do bacharel Manoel Lourenço da Silveira – a pedido do presidente da Província Antônio Alves de Souza Carvalho – é significativo para esclarecer o destino das terras indígenas e do próprio índio das Alagoas:

Se mais sérias e bem combinadas providências, como convier adaptar-se, se formarem para aperfeiçoar-lhes o espírito e os regularizar; se não continuar a incúria a que tem sido abandonados, se obterá infalivelmente, segundo creio, o duplo resultado de se poder contar com os bons serviços dos índios aqui, e discriminadas as terras que defendem como sua propriedade, haverá sobras que, ora improdutivas, poderão ser vendidas com aproveitamento para as rendas do estado, visto como geral plantam em pequenas escalas ou, para melhor dizer, apenas os legumes que chegam malmente a sua subsistência.<sup>38</sup>

Há uma unidade nas Falas dos Presidentes da Província das Alagoas: existem aldeias indígenas em Alagoas, mas os índios não são legítimos, estão longe da raiz primitiva. O processo de miscigenação e integração do índio à sociedade nacional era a justificava para a extinção dos aldeamentos e a tomada de suas terras. Isto pode ser

<sup>37</sup> Of. do Diretor Geral dos Índios ao Vice-Presidente da Província, em 24/05/1854. Op. cit, p. 154.

<sup>38</sup>Fala do Presidente da Província Antônio Alves de Souza Carvalho à Assembléia Legislativa das Alagoas, em 15/06/1862. Presidência da Província das Alagoas. Transcrito in: ALMEIDA, 1999, p. 69.

confirmado na fala do Presidente da Província José Antônio Saraiva, quando sentencia o desaparecimento dos índios das matas em consequência do “cruzamento” das raças e do aparecimento do “caboclo”, termo que passa a homogeneizar todos aqueles identificados como índios:

Esta província não tem Índios a catequizar; conta, porém, as aldeias de Jacuípe, Cocal, Urucú, Limoeiro, Atalaia e Colégio com uma população que orça em 3.657 almas, e que já muito pouco se parece com a indígena, em consequência do cruzamento dessa raça com as outras que habitavam o nosso território. Na atualidade as aldeias tem apenas esse nome, e são nessa Província um asilo para todos os que se querem eximir do serviço da Guarda Nacional, e que se intitulam caboclos.<sup>39</sup>

Há um processo de esmagamento da vida indígena nas matas alagoanas, que leva o Estado a oficializar a extinção dos aldeamentos em 1872. O Relatório do Presidente da Província Silvino Elvídio Carneiro da Cunha justifica a extinção das aldeias pela existência de conflitos de terra entre índios (“mestiços”) e proprietários rurais, bem como pela preservação dos cofres públicos.<sup>40</sup> O Relatório toma o contorno de documento oficial, colocando em evidência o problema da terra, questão central para o domínio do poder local e expansão da economia do açúcar:

Em cumprimento do que me foi recomendado em aviso do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 27 de março de 1872, prestei as informações, que me ocorreram sobre as intituladas aldeias desta província, que só serviam de manter conflitos entre os mestiços, que se dizem índios e compunham as mesmas aldeias e os proprietários de terras, obrigando deste modo a fazenda geral a despesas freqüentes de verificações.

Procedendo as razões constantes de meu ofício de 3 de maio, por aviso de 17 de junho autorizou o mesmo ministério a tornar efetiva a extinção das referidas aldeias [...] cuja área terá de ser incorporada as áreas do domínio público.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> Fala do Presidente da Província José Antônio Saraiva à Assembléia Legislativa das Alagoas, em 20/02/1854. Presidência da Província das Alagoas. Transcrito in: ALMEIDA, 1999, p. 38-39.

<sup>40</sup> Relatório com que o Presidente Silvino Elvídio Carneiro da Cunha passou a administração da Província ao Exm. Sr. Dr. Luiz Rômulo Perez de Moreno, em 22/12/1872. Presidência da Província das Alagoas. Transcrito in: ALMEIDA, 1999, p. 78-79.

<sup>41</sup> Idem.

O desaparecimento dos índios era uma necessidade para o fortalecimento da velha sociedade senhorial. Numa sociedade fundada pelos genocídios Caeté e Quilombola, jamais poderia admitir a existência de índios e negros como sujeitos políticos da história das Alagoas. O índio era a imagem de um passado selvagem e primitivo que deveria desaparecer para dar lugar ao presente de uma sociedade branca e civilizada.

### **ALGUMAS INDICAÇÕES FINAIS**

O problema da terra está na base dos problemas indígenas de Alagoas, sobretudo aqueles ligados a organização social e econômica do aldeamento, pois é ele que leva a migração e a busca de alguma forma de renda nas fazendas, usinas ou nos grandes centros urbanos. Por isso, quando fazemos uma analogia entre o processo de proletarização dos índios do sertão e o processo de proletarização dos índios do agreste e da mata norte alagoana<sup>42</sup>, podemos verificar que são muito semelhantes, pois ambos estão ligados ao problema da terra e, conseqüentemente, a expansão do sistema capitalista nas aldeias. Ao ser desapropriado da terra, o índio perde a base de sustentação material. Para sobreviver nesse contexto, o índio teve que se acoplar ao interesse do capital, transformando-se em reserva de mão-de-obra. Esta é a forma, preferencialmente, a partir da qual dá-se a continuidade da sociedade indígena dentro da sociedade alagoana; ou seja, como trabalhador livre e despossuído da terra.

---

<sup>42</sup> Proletarização está sendo usada aqui para indicar qualquer busca de renda ou assalariamento formal.

## **FONTES**

### **DOCUMENTOS IMPRESSOS**

#### **PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS**

FALA do Presidente da Província Anselmo Francisco Perreti à Assembleia Legislativa das Alagoas, em 09/05/1844. Presidência da Província das Alagoas.

FALA do Presidente da Província, José Bento da Cunha e Figueiredo, à Assembleia Legislativa das Alagoas, em 05/05/1850. Presidência da Província das Alagoas.

FALA do presidente da província, Manoel Felizardo da Silva, à Assembleia Legislativa das Alagoas, em 04/02/1842. Presidência da Província das Alagoas.

FALA do Presidente da Província Antônio Alves de Souza Carvalho à Assembleia Legislativa das Alagoas, em 15/06/1862. Presidência da Província das Alagoas.

FALA do Presidente da Província José Antônio Saraiva à Assembleia Legislativa das Alagoas, em 20/02/1854. Presidência da Província das Alagoas.

OFÍCIO do presidente da província, Miguel Velloso da Silveira Nóbrega, ao Governo Central do Estado, em 26/11/1829. Arquivo Público de Alagoas, Presidência da Província das Alagoas. Cód. M. 39. E. 11, 1820-1872.

OFÍCIO do Presidente da Província, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, ao Diretor dos Índios da Atalaia e Santo Amaro, em 05/11/1836. Casa do Governo das Alagoas, por Joaquim José da Costa.

RELATÓRIO com que o Presidente Silvino Elvídio Carneiro da Cunha passou a administração da Província ao Exm. Sr. Dr. Luiz Rômulo Perez de Moreno, em 22/12/1872. Presidência da Província das Alagoas.

#### **DIRETORIA GERAL DO ÍNDIOS**

RELATÓRIO do Diretor Geral dos Índios, José Rodrigues Leite Pitanga, ao Presidente da Província, em 22/12/1854, 31/01/1854, 22/12/1854, 02/04/1854 e 24/05/1854. Arquivo Público de Alagoas, Diretoria Geral dos Índios, Cód. M. 37. E. 11, 1844-1863.

OFÍCIO de Alexandre Gomes da Silva, em 08/11/1825, ao presidente da Província das Alagoas. Arquivo Público de Alagoas, Diretoria Parcial dos Índios, Cód. M. 39. E. 11, 1820-1872. Transcrito in: ANTUNES, 1984, p. 40.

OFÍCIO do Diretor do Aldeamento de Palmeira dos Índios, Manoel Pereira Camêllo, ao presidente da Província das Alagoas, em 21/03/1840, 09/01/1840, 20/05/1822 e



26/04/1840. Arquivo Público de Alagoas, Diretoria Parcial dos Índios, Cód. M. 39. E. 11, 1820-1872.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Sávio (Org.). 2004. **A Mata e Palmares nas Alagoas**. Arapiraca: EDUAL.

ALMEIDA, Luiz Sávio. 2008. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas: Guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana**. Maceió: EDUFAL.

ALMEIDA, Luiz Sávio (Org.). 1999. **Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas**. Maceió: EDUFAL.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. 2010. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ANTUNES, Clóvis. 1984. **Índios de Alagoas: documentário**. Maceió: EDUFAL.

BARBOSA, Bartira Ferraz. 2007. **Paranambuco: herança e poder indígena – Nordeste séculos XVI-XVII**. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

CARVALHO, Edgar. 2003. **Enigmas da Cultura**. São Paulo: Cortez.

CARVALHO, Marcus J. M. 2007. A Mata Atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, Sécs. XVII-XIX. In: **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco**. n. 25-2. Recife, UFPE.

CARVALHO, Marcus J. M. 2002. Os Índios e o Ciclo das Insurreições Liberais em Pernambuco (1817 – 1848): Ideologias e Resistência. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos (orgs.). **Índios do Nordeste: temas e problemas 3**. Maceió: Edufal.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. 2001. **A Geografia Alagoana ou Descrição Física, Política e Histórica da Província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento.

GINZBURG, Carlo. 2002. **Relações de Força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. 2011. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

MARIÁTEGUI, José Carlos. 2002. El Problema del Indio. In: **Índios do Nordeste: temas e problemas 3**; ALMEIDA, Luiz Sávio; e GALINDO, Marcos (Orgs.). Maceió: Edufal.

MATA, Vera Lucia Calheiros. 2014. **A Semente da terra: identidade e conquista territorial por um grupo indígena integrado**. Maceió: Edufal/Cesmac.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. 2010. De Índio a Guarda Nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). **Revista Topoi**, v. 11. N. 21, jul-dez, p. 127-142. Rio de Janeiro.

MOTA, Carlos Guilherme. 1999. Ideias do Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira**. São Paulo: SENAC.

MOURA, Antonio Joaquim. 2009. **Opúsculo da descrição geographica, phizica, política, e histórica, do que unicamente respeita à província das Alagoas no império do Brazil. Por hum Brasileiro**. Maceió: EDUFAL: CESMAC.

RIBEIRO, Darcy. 1996. **Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras.

SHARPE, Jim. 1992. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp.

SILVA, Amaro Hélio Leite da Silva. **Serra dos Perigosos: guerrilha e índio no sertão de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

THOMPSON, E. P. 1998. **Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras.

THOMPSON, E. P. Folclore. 2001. Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos / E. P. Thompson**. Campinas, S. P: Editora da Unicamp.

# APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DE ALAGOAS

## NOTES FOR A HISTORY OF THE HISTORIOGRAPHY OF ALAGOAS

Felipe da Silva Barbosa <sup>43</sup>  
felipebarboza41@gmail.com

### RESUMO

Este trabalho tem como objeto de análise a formação do campo historiográfico da história de Alagoas. Para isso, serão analisadas as suas origens, bem como a formação de sua comunidade de pares, a criação e o funcionamento de seu espaço produtor de conhecimento histórico local, e a formação de um *corpus* documental factualmente positivado.

**Palavras-chave:** Alagoas; História de Alagoas; História da historiografia.

### ABSTRACT

This work has as object of analysis the formation of the historiographic field of the history of Alagoas. For this, its origins will be analyzed, as well as the formation of its community of peers, the creation and functioning of its space producing local historical knowledge, and the formation of a documentary corpus that is factually positive.

**Keywords:** Alagoas; History of Alagoas; history of historiography.

---

<sup>43</sup> Professor efetivo da Rede Pública Estadual de Alagoas & Professor Substituto do Departamento de História/UFAL.

## INTRODUÇÃO

Em 2009, no texto de apresentação para o relançamento da obra de Antônio Joaquim de Moura, o *Opúsculo da descrição geográfica topográfica, física, política e histórica, do que unicamente respeita à Província das Alagoas no Império do Brasil*. Luiz Sávio de Almeida foi categórico: “[...] nunca houve um trabalho de fôlego intentando uma visão da historiografia alagoana e de suas linhas genéticas, o que seria extremamente fértil e talvez uma urgente tarefa coletiva”<sup>44</sup>.

Desde então, apesar do funcionamento de vários cursos de História<sup>45</sup> no Estado<sup>46</sup> e das diversas ações promovidas pelo Governo de Alagoas em torno da história local, inclusive no contexto das comemorações dos *200 Anos de Emancipação Política*, se realizarmos uma breve consulta tanto aos bancos de dissertações e teses desses cursos<sup>47</sup> como ao portal do bicentenário<sup>48</sup>, ou até ao Google Acadêmico<sup>49</sup>, observaremos que a assertiva de Almeida permanece atual em relação à necessidade de estudos sobre a história da historiografia local.

Cabe destacar que esse *estado de coisas* está definidamente na contramão do crescente movimento de ampliação dos estudos sobre Teoria da História e história da historiografia presente no Brasil desde finais dos anos 1970, com os trabalhos de Rodrigues (2008 [1970], 1978) e Lapa (1985), até os anos 1990, com a publicação de obras coletivas e individuais, como as de Fico e Polito (1992), Cardoso e Vainfas (1997), Odalia (1997), Freitas (1998), Reis (1999), Malerba (2006), Guimarães (2011) e Barros (2011). Há também aqueles que se debruçam diretamente sobre a história da historiografia do país por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e suas instituições congêneres, em diversos contextos, entre os séculos XIX e XXI, evidenciando esses

---

<sup>44</sup> Almeida, L. S. 2009 [1843]. Apresentação. In: Moura, A. J. *Opúsculo da Descrição Geográfica Topográfica, Física, Política e Histórica, do Que Unicamente Respeita à Província das Alagoas no Império do Brasil. Por Hum Brasileiro*. Maceió. Edufal/Cesmac, p.12.

<sup>45</sup> Ao longo do texto empregaremos tal palavra em suas três acepções conceituais: em sentido objetivo, história como algo passado, acontecido, vivido (*res gestae*); no sentido subjetivo, história como exposição escrita do acontecido, relato, narração (*rerum gestarum*). In: Rodrigues, J. H. 1978. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, p. 25. E História como campo de saber, área de conhecimento, ciência e/ou disciplina. In: Certeau, M. *A Escrita da História*. 2013. Rio de Janeiro, Forense, p.46.

<sup>46</sup> Disponível In: [emec.mec.gov.br/](http://emec.mec.gov.br/). Acessado em 14/8/18.

<sup>47</sup> Disponível In: [www.repositorio.ufal.br](http://www.repositorio.ufal.br). Acessado em 10/8/19.

<sup>48</sup> Disponível In: [alagoas200.com.br/](http://alagoas200.com.br/). Acessado em 14/8/19.

<sup>49</sup> Disponível In: [scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=hist%C3%B3ria+da+historiografia+de+alagoas&btnG=](http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=hist%C3%B3ria+da+historiografia+de+alagoas&btnG=). Acessado em 12/9/2019.

espaços como produtores de uma *escrita* singular da história nacional, para além dos reconfortantes e empobrecedores rótulos de reduto da um história *tradicional*, *memorialista*, *acrítica* ou *positivista*. Para citar outros nomes, além dos já mencionados, destacamos Schwarcz (1993), Tavares (2000), Sanchez (2003), Cezar (2004), Hruby (2007) e Silveira (2008), que vêm consolidando uma renovação no campo das pesquisas sobre a elaboração e a reflexão do conhecimento histórico no país.

Tal movimento histórico também pode ser percebido no espaço das universidades com a criação de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação, como as linhas de Teoria da História e Historiografia da UFRGS<sup>50</sup> e da PUCRJ<sup>51</sup>, na formação de Grupos de Trabalho – GT<sup>52</sup>, Laboratórios de Estudos<sup>53</sup>, na realização de eventos<sup>54</sup>, na criação de periódicos<sup>55</sup>, na formação de sociedades especializadas<sup>56</sup>, e mais concretamente, a partir da renovação teórico-metodológica na forma como se realizam os estudos historiográficos tanto aqui como fora do país<sup>57</sup>.

A comparação entre esses dois cenários de produção historiográfica expõe, como em um *jogo de sete erros*, um conjunto de ausências e diferenciações que, quando lidas a contrapelo, descortinam e suscitam uma série de questões circunscritas tanto ao trabalho de produção do conhecimento histórico científico em Alagoas<sup>58</sup>, quanto à história de sua historiografia. Exemplo: como se deu o processo de formalização da escrita da história de Alagoas? Quais eram as condições objetivas para a elaboração desse conhecimento? Que relações de poder se mantiveram inerentes ou não a essa produção? Quem foram e quais eram os perfis de formação acadêmico-profissional de seus autores? Quais as suas perspectivas historiográficas e/ou posicionamentos políticos?

Ao enfrentarmos algumas das questões acima, pretendemos, com um método expositivo, sem ataque direto *num mergulho de único fôlego*, circundar e demarcar o campo de origem da pesquisa da história local, expondo como é fundada e quais redes

---

<sup>50</sup> Disponível In: <https://www.ufrgs.br/ppghist/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em 22/11/19.

<sup>51</sup> Disponível In: <http://www.his.puc-rio.br/pos-graduacao/linhas-de-pesquisa/>. Acesso 22/11/19.

<sup>52</sup> Disponível In: <https://anpuh.org.br/index.php/grupos-de-trabalho/atividades/item/5429-gt-teoria-da-historia-e-historia-da-historiografia>. Acessado em 22/11/19.

<sup>53</sup> Disponível In: [lethis.ufes.br/apresenta](http://lethis.ufes.br/apresenta). Acessado em 14/9/19.

<sup>54</sup> Disponível In: [ppgh.ufba.br/encontro-de-teoria-da-historia-e-historia-da-historiografia](http://ppgh.ufba.br/encontro-de-teoria-da-historia-e-historia-da-historiografia). Acessado em 14/9/19.

<sup>55</sup> Disponível In: [www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth](http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth). Acessado em 14/9/19.

<sup>56</sup> Disponível In: [www.sbthh.org.br/pb/](http://www.sbthh.org.br/pb/). Acessado em 4/9/19.

<sup>57</sup> Hartog, F. 2003. *O Século XIX e a História: o Caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; Prost, A. 2008. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.

<sup>58</sup> Rüsen, J. 2015. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba, Editora UFPR, p. 60.

relacionais permitiram o funcionamento do campo historiográfico da história de Alagoas, perfazendo uma história da historiografia local e abrindo espaço para futuros trabalhos nesse sentido. Partiremos da análise do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano – IAGA<sup>59</sup> e tomaremos pontualmente a produção historiográfica contida em seu periódico, a Revista do Instituto Archeologico e Geografico Alagoano – RIAGA, como objeto de análise histórica na transição do século XIX ao XX.

Entre esses dois espaços tanto se afirmaram figuras intelectuais – quase todas homens, cuja vida profissional e engajamento político-social estiveram vinculados, em algum momento, ao Estado, à Igreja ou aos setores privados da sociedade –, como se estabeleceram textos fundadores por suas temáticas, recortes temporais e geográficos, estruturas narrativas e perspectivas político-ideológicas. Ambos, representativos para a composição do quadro geral da intelectualidade alagoana, como também da escrita sobre o local, entre os quais podemos citar: a *Chronica do Penedo* de Carotá (1872), primeiro exemplo do estudo da história local no estado; o *Esboço histórico acerca da fundação e desenvolvimento da Imprensa nas Alagoas*<sup>60</sup>, de Cabral (1874), que inaugura o tema da imprensa como objeto histórico no estado; e *Noticias sobre os povos indigenas que estacionavam no territorio do actual Estado das Alagoas ou costumavam trazer a suas plagas repetidas correrias*<sup>61</sup>, de Jorge (1901), texto que faz uma apresentação geral acerca dos povos indígenas, pautada pelo eurocentrismo e pelas teorias raciais do século XIX.

Por outro lado, contraditoriamente, apesar da relevância historiográfica, percebida por meio da força de transmissão e repetição de suas ideias, já que tais textos e autores aparecem e reaparecem reatualizados na produção jornalística, sociológica, geográfica, arqueológica, antropológica e histórica sobre Alagoas, eles ainda permanecem como “ilustres desconhecidos” no próprio lugar de origem<sup>62</sup>. Algo que de certa forma estamos a combater.

---

<sup>59</sup> Iremos considerar, quando pertinentes, as autodenominações presentes nas revistas, da seguinte forma: a partir de 2 de dezembro de 1869, Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano – IAGA; Instituto Histórico de Alagoas – IHA, após 1932; e Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL, depois de 27 de fevereiro de 1971.

<sup>60</sup> Cabral, J. F D. 1874. *Esboço histórico acerca da fundação e desenvolvimento da Imprensa nas Alagoas*. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. Jornal das Alagoas, dez, nº 5, pp. 99-109.

<sup>61</sup> Jorge, A. A. 1901. *Noticias sobre os povos indigenas que estacionavam no territorio do actual Estado das Alagoas ou costumavam trazer a suas plagas repetidas correrias*. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. T. de Menezes & Filho, vol. 3, nº 1, pp. 67-84.

<sup>62</sup> Disponível: [http://gazetaweb.globo.com/porta1/noticia/2017/05/ilustres-desconhecidos-marcam-a-historia-de-alagoas-nos-ultimos-200-anos\\_33980.php](http://gazetaweb.globo.com/porta1/noticia/2017/05/ilustres-desconhecidos-marcam-a-historia-de-alagoas-nos-ultimos-200-anos_33980.php). Acessado em 14/8/2019.

## CONTORNANDO UM CAMPO DE PESQUISA

Chegou a vez de cumprir o Instituto Archeologico e Geographico Alagoano a promessa constitutiva de seu programma, o voto de sua fervorosa crença. Se tardio foi em mostrar aos exigentes os fructos de seu pesquisar é que, ao matter-se na alterosa empreza, enamorou-se mais da gloria que da fortuna. [PRELIMINAR. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, 1872, nº 1, p. 1].

Após um longo intervallo de mais de tres lustros, reaparece a Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. Seja dito, em resalva da disposição ao trabalho por parte dos socios de tão util Instituição. O motivo unico a trazer como resultado a lamentavei forçada interrupção da Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano foi a insufficiencia dos recursos pecuniarios disponiveis: todo o esforço, toda a somma de bom vontade, toda a dedicação se manifestaram impotentes de encontro a tão difficultador escolho! [O REAPPARECIMENTO DA REVISTA. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, T. de Menezes & Filho, vol. 3, nº 1, 1901, p. 3].

Acima, temos apresentações comemorativas temporalmente distintas, mas elucidativas quanto às condições objetivas para a produção do conhecimento histórico científico em Alagoas. A primeira remete ao contexto de criação e publicação do primeiro exemplar da RIAGA, que viria a ser a mais longeva do Estado a divulgar conhecimentos históricos e geográficos acerca de Alagoas, desde junho de 1872, quando, sob a alegria da inauguração e o pesar por sua demora, estabelecia contato com o público leitor. Especialmente o provincial local. A segunda refere-se à reaparição da RIAGA, em junho de 1901, após 17 anos de interrupção, quando, por falta de recursos, ficou inativa durante importantes eventos, como a Abolição e a Proclamação da República.

Cabe salientar que a mais longeva Instituição científica e cultural do estado de Alagoas enfrentou diversas dificuldades ao longo de sua história. A começar por seus primeiros 32 anos, quando ficou sem um prédio próprio, onde seria possível melhor guardar, organizar e preservar seus documentos, bem como acomodar sua biblioteca, exhibir seus periódicos e expor suas doações, ou organizar reuniões e fixar um local para

visitação e compra de seus exemplares. Isso levou a agremiação a deslocar-se por vezes entre prédios alugados para manter suas atividades<sup>63</sup>.

Outro fato prejudicial à “casa” foi a falta de um prelo ou gráfica próprios durante 127 anos, ou seja, durante todo o período de existência da RIAGA. Essa condição impediu a organização e o barateamento das impressões de seu periódico, reduzindo a autonomia e o controle sobre essa fase do processo de confecção. Tal estado de coisas gerou a alternância entre locais de impressão, algo notado nas referências das revistas e que provavelmente influenciou nos erros da impressão da revista, a exemplo dos de numeração e grafia<sup>64</sup>.

Contudo, nenhum dos problemas citados acima foi tão impactante quanto a instabilidade de recursos financeiros. A origem desse problema advinha das insuficientes doações de seus sócios ou do descontínuo financiamento por parte dos governos do Estado ao longo dos anos<sup>65</sup>. Isso dificultou a “vida” da agremiação, refletindo-se na produção da história e dos demais campos de conhecimentos sobre Alagoas. Diferentemente das instituições públicas, como os Liceus e o gabinete de leitura, além das demais instituições educacionais do XX, a condição de instituição privada do IAGA não lhe garantia insumos mínimos para sua manutenção.

Tais informações nos ajudam a contextualizar e refletir acerca das condições objetivas e das necessidades inerentes à produção do conhecimento histórico-científico em Alagoas nas últimas três décadas do período imperial e nos anos iniciais da República, além de revelar fatores que determinaram a descontinuidade das publicações, como o abrir e fechar de portas da instituição, condicionando o discurso de sócios, secretários e presidentes. Apesar disso, nas ocasiões comemorativas, tanto Francisco Dias Cabral, primeiro secretário-perpétuo, como Adriano Araújo Jorge, primeiro presidente do IAGA durante a República, atribuem as dificuldades a imprevisíveis infortúnios, procurando demonstrar perante os leitores que a vontade e o empenho sempre estiveram presentes entre seus associados.

---

<sup>63</sup> SÍNTESE DA VIDA DA REVISTA DO INSTITUTO. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas S.A. vol. 29, 1972, p. 94.

<sup>64</sup> SÍNTESE DA VIDA DA REVISTA DO INSTITUTO. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas S.A. vol. 29, 1972, p. 93.

<sup>65</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. T. de Menezes & Filho, nº 1, vol. 3, 1901, pp. 2-27.



Portanto, o caráter atenuado dos pronunciamentos, quando refletido à luz da história da própria instituição, parece advir da submissão de seus sócios aos diversos vínculos de dependência e respeito aos quais (in)conscientemente estavam submetidos, dada a importante e prestigiada instituição que os resguardava. Em seus discursos, narrativa factual e linear capaz de conferir-lhes *status* e autoridade ao serem realizados, esses autores participam de discussões em diversos momentos, dialogando com autores nacionais e internacionais. Portanto, as citações acima são representações escritas de *personas*<sup>66</sup> responsáveis por elaborar idealizações acerca do *espaço alagoano*, materializadas nas páginas de seu veículo de representação político-ideológica, inicialmente publicadas semestralmente<sup>67</sup>, realizando o intuito científico ou seu alinhamento com os ditames da ciência da época e revestindo-se em *discurso competente*, não havendo assim lugar para a autocrítica aberta e direta.

Apesar da produção circunscrita aos Liceus em Alagoas, a exemplo do de Maceió, fundando em 5 de maio de 1849, cujos professores produziam obras didáticas para seus estudantes<sup>68</sup>, a História, assim como outras áreas de conhecimento, *em* e acerca de Alagoas, encontra-se assentada sobre o trabalho de criação material, e ligada à produção histórico-narrativa estabelecida e sedimentada pelos autores que ocuparam as cadeiras do IAGA, nos séculos XIX e XX. Seja na tentativa de criticá-la, afastando-se de semelhantes abordagens e matrizes interpretativas, seja visando reafirmá-la.

Tais artífices são responsáveis por reunir, coligar e guardar documentação histórica, bem como por inaugurar e canonizar temas, tradições, paisagens, periodizações, interpretações, imagens, textos, livros, mapas, estereótipos, práticas e personagens até hoje debatidos, acerca de acontecimentos fundamentais para o entendimento e a definição da história da sociedade e do território que, ao longo do tempo, e graças à continuidade de sua atividade, tornou-se, cada vez mais, convencionalmente, alagoano.

---

<sup>66</sup> Em latim, *persona* é a máscara que se usava no teatro para representar a personagem. Daí decorre a noção de pessoa como máscara social, que a ciência social moderna resgata como função ou categoria da representação no espaço da sociedade. O indivíduo é dotado de personalidade, isto é, de uma máscara social, que pode ao longo da vida social constituir uma permanência ou um fator de ruptura e criatividade. Lindoso, D. 2005. *A Interpretação da Província: Estudos da Cultura Alagoana*. Maceió, Edufal, p. 30.

<sup>67</sup> Apesar dessa informação concedida pelo secretário perpétuo João Francisco Dias Cabral, na sala das sessões do IAGA a 2 de dezembro de 1873. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, nº 4, 1874, p. 90. A partir de 1877, a periodicidade da Revista tornou-se irregular.

<sup>68</sup> Marques da Silva, E.; Conceição dos Santos, R. M. 2008. *A Institucionalização do Ensino Secundário no Império em Alagoas – O Percurso do Liceu Provincial (1849-1900)*. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Pedagogia, Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Essas ações engendraram processos histórico-sociais de produção simbólica que aos poucos encobririam virtualmente, como que com um manto de signos e significados, o espaço territorial conhecido e desconhecido, por vezes não definido precisamente<sup>69</sup>, produzindo artificialmente uma naturalização desse espaço e de várias realidades nele existentes, por meio da criação de correspondências, semelhanças e similitudes entre a produção material e cultural simbólica sobre um suposto território definido *a priori*, dotando-o de sentido real e histórico.

Faz-se necessário agora narrar e analisar as origens de tal processo, a fim de compreendê-lo.

### **CONTRIBUIÇÕES PARA HISTÓRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS**

Após o desembarque da corte portuguesa em terras “brasileiras” em 1808, o século XIX assistirá ao estabelecimento e à reestruturação de espaços destinados à pesquisa e à produção de conhecimento, simbolizando um momento *sui generis* para o início da pesquisa histórica e a produção do conhecimento histórico científico, sobretudo após a independência política da antiga colônia. Esse processo pode ser entendido em um duplo movimento: enquanto conjunto de ações incentivadas por elites locais a fim de obter poder e legitimidade sobre tal território, como se verá depois, mas também como inserido no contexto da formalização de outras ciências, como ocorrido em reinos da Europa nos séculos XVIII e XIX<sup>70</sup>, chegando ao Brasil em seu período imperial, embora não se limitando a ele.

No que tange à criação dos espaços para a produção do conhecimento histórico científico no país, tal processo pode ser observado com a criação e o estabelecimento dos Institutos Históricos e Geográficos de maneira diversa e em todo o país<sup>71</sup>. Estabelecimentos cuja função principal será a criação daquilo que se convencionou chamar de *história oficial*, que, aos olhos dos representantes do Estado, seria um dos

---

<sup>69</sup> Por exemplo, observam-se desde a primeira obra sobre a geografia local as indefinições quanto aos limites da Província de Alagoas. In: Espíndola, T. B. 2001 [1871]. *Geografia alagoana, ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas*. Maceió, Edições Catavento, p. 21.

<sup>70</sup> Bourdé, G.; Martin, H. 1983. *As Escolas Históricas*. Lisboa, Europa-América.

<sup>71</sup> Tavares, G. G. 2000. *A Trajetória de Uma “Casa de Saber”*: O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930-1970). Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, pp. 25-26.

critérios importantes para a efetivação da ideia de nação sobre o novo país<sup>72</sup>. Devido a essa necessidade conjuntural, será iniciado em 21 de outubro de 1838<sup>73</sup> o processo que culminará com a fundação do IHGB, na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, e posteriormente, das instituições congêneres em diversas localidades do Império. Estas acabaram destinando o maior volume de sua produção a interpretações dos feitos locais<sup>74</sup>, afirmando uma história comum e moldando a ideia de um *todo* nacional.

É a partir de tais pressupostos que a Província de Alagoas começará a ser pensada mais sistemática e historiograficamente inserida no referido processo, mediante a fundação do IAGA, na capital Maceió, a 2 de dezembro de 1869<sup>75</sup>, tornando-se o quarto Instituto do país, terceiro entre os institutos locais e segundo na ordem regional. Antecedido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS, fundado em 1860, mas extinto em 1863, devido à Guerra do Paraguai<sup>76</sup>, e só reinaugurado em 1920<sup>77</sup>; e pelo Instituto Archeologico Geografico Pernambucano – IAGP, fundado no Recife, a 28 de janeiro de 1862<sup>78</sup>.

Segundo consta na *Ata da Sessão de Instalação*, assinada por Manuel Claudino de A. Jaime, segundo-secretário do IAGA, às cinco horas da tarde, no antigo Palácio do Governo da Província – localizado próximo à atual Praça dos Palmares, no centro de Maceió –, a convite de José Bento da Cunha Figueiredo Junior, o então Presidente da Província, estavam reunidos em sua companhia 25 dos 26 sócios fundadores<sup>79</sup>, os quais eram: treze *doutores*<sup>80</sup>, dois professores, dois negociantes, dois chefes de secção, dois

---

<sup>72</sup> Hobsbawm, E. 1990. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 49.

<sup>73</sup> Callari, C. R. 2001. *Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à Construção do Tiradentes*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n° 40, pp. 59-83.

<sup>74</sup> Schwarcz, L. M. 1993. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, pp. 117-140.

<sup>75</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió: Jornal das Alagoas, n° 1, 1872, p. 7.

<sup>76</sup> Disponível em: [www.ihgrgs.org.br/](http://www.ihgrgs.org.br/). Acessado em 12/8/18.

<sup>77</sup> Silveira, D. O. 2008. *“O Passado Está Prenhe do Futuro”*: A Escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). (Dissertação Mestrado História), Porto Alegre, 2008.

<sup>78</sup> Schwarcz, L. M. 1993. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, p. 117.

<sup>79</sup> O vigésimo sexto sócio, José Antonio de Magalhães Basto, segundo consta na mesma documentação, não pôde comparecer por motivo de saúde. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió: Jornal das Alagoas, n° 1, 1872, p. 7.

<sup>80</sup> Entende-se *doutor* como uma expressão de época. Talvez fossem apenas bacharéis.

majores, um vigário, um padre, um inspetor<sup>81</sup> e um engenheiro, com o objetivo de fundar a referida agremiação, orientados pelo Estatuto do IAGP<sup>82</sup>.

Eleitos os membros da *Mesa Administrativa*, nomeados seus secretários e aclamado seu presidente interino, o conselheiro Silvério Fernandes de Araújo Jorge<sup>83</sup>, a sessão de instalação teve início às oito horas da noite. Todavia, os estatutos terão seus artigos lidos, revisados e aprovados na primeira *Sessão da Assembleia Geral*, a 18 de fevereiro de 1870<sup>84</sup>. A partir do estatuto, percebemos a montagem de uma estrutura hierárquica e a formação de uma comunidade de pares composta por uma elite letrada e privilegiada socialmente. Cabe lembrar que em 1872, de acordo com o primeiro censo demográfico do Brasil, a população de Alagoas era de 348.009 pessoas, distribuídas por 19 municípios; apenas 41.913 sabiam ler e escrever, o equivalente a 12,4% da população<sup>85</sup>.

No sentido organizacional, a “casa alagoana” preservou-se semelhante à instituição carioca<sup>86</sup>. Distribuída por *Sócios efetivos*, esses poderiam vir a ocupar cargos como o de presidente, primeiro ou segundo vice-presidente, secretário perpétuo, segundo-secretário ou secretário adjunto, tesoureiro, vice-tesoureiro, orador ou vice-orador<sup>87</sup>. Exigia-se obrigatoriamente residência na capital. Em caso de mudança para outra região, poderiam tornar-se *Sócios correspondentes*, passando o cargo a um terceiro. A condição de correspondente permitia ao associado estabelecer-se fora da capital, possibilitando informar e assessorar a “casa” em outras regiões, como fez o correspondente Nicodemos Jobim ao saber da descoberta de um sítio arqueológico no município de Anadia, local onde residia<sup>88</sup>.

---

<sup>81</sup> Suspeitamos que fosse Inspetor de Polícia, contundo, tal suposição não consta nas atas de instalação.

<sup>82</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, nº 1, 1872, p. 7.

<sup>83</sup> Ele dará lugar a Roberto Calheiros de Melo, segundo-presidente, em 2 de dezembro de 1872. In: Melo, A. C.; Silva, F. M.; Altavila, J. L. 2008. *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos*. Maceió, Imprensa Oficial, pp. 33-35-36.

<sup>84</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, nº 1, 1872, pp. 9-11.

<sup>85</sup> RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872 – ALAGÔAS. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger e Filhos, vol. 1, 1876, p. 85.

<sup>86</sup> Schwarcz, L. M. 1993. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, p. 104.

<sup>87</sup> Melo, A. C.; Silva, F. M.; Altavila, J. L. 2008. *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos*, Maceió, Imprensa Oficial, pp. 79-90.

<sup>88</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ do Jornal das Alagoas, nº 6, Jun., 1875, pp. 159-163.

Ao longo de sua história, o Instituto somou 1.014 sócios<sup>89</sup>. Desde muito cedo, exibia em sua revista o número de associados espalhados pelo país e pelo estrangeiro<sup>90</sup>; no entanto, a soma não corresponde ao volume de artigos publicados. Tal descompasso permite intuir sobre um perfil de atuação científica desse grêmio e afirmar que para alguns de seus sócios, o mero pertencimento à instituição lhes renderia certo reconhecimento social, enquanto o trabalho árduo da atividade científica seria exercício de poucos.

Entre o total de seus sócios, aproximadamente metade dos *sócios efetivos* foi obtida nas suas três primeiras décadas de existência, majoritariamente durante o Império. Em todo o século XX não conseguirá bater esse feito. Por outro lado, foi durante a República que o número de *sócios correspondentes* aumentou de modo significativo. A modificação desse quadro deve-se no mínimo a dois fatores: primeiro, à diáspora de intelectuais residentes em Maceió para regiões como o Centro-Oeste do país, na busca por melhores condições de vida<sup>91</sup>, tornando-se assim *correspondentes*; e segundo, o aparecimento de outros espaços institucionais onde um novo perfil de pesquisador ou intelectual poderia fazer a vida e seguir carreira, obtendo igual ou superior prestígio.

Entretanto, mesmo com a diminuição de *sócios efetivos* no século XX, as novas gerações de associados, compostas por autores como Moreno Brandão<sup>92</sup>, Craveiro Costa<sup>93</sup>, Theo Brandão<sup>94</sup>, Jayme de Altavila<sup>95</sup>, Abelardo Duarte<sup>96</sup>, Manuel Diégues Júnior<sup>97</sup>, Dirceu Lindoso<sup>98</sup>, Douglas Apratto Tenório<sup>99</sup>, Luiz Sávio de Almeida<sup>100</sup> etc., terão papel decisivo na consolidação da historiografia moderna acerca de Alagoas, produzindo obras de referência nesse segmento, além de atuarem como atores

---

<sup>89</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, nº 1, 1872, pp. 97-127.

<sup>90</sup> *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*. Maceió, vol. 27, 1951/52/53, pp. 155-159.

<sup>91</sup> Costa, A. C. L. *Maceió Medúscica: uma Interpretação Histórica das Imagens da Diáspora de Intelectuais Alagoanos na Literatura – 1930-1940*. Maceió, Edufal, 2015.

<sup>92</sup> Brandão, M. 1909. *História de Alagoas*. Maceió, Typ e Pautação J. Amorim.

<sup>93</sup> Costa, C. 1983 [1929]. *História das Alagoas: Resumo Didático*. Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas S.A.

<sup>94</sup> Brandão, T. 2007 [1953]. *O Reisado Alagoano*. Maceió, Edufal.

<sup>95</sup> Altavila, J. 1976 [1933]. *História da Civilização das Alagoas*. 6. ed. Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas S.A.

<sup>96</sup> Duarte, A. 2010 [1974]. *Folclore Negro das Alagoas. Áreas da Cana-de-Açúcar: Pesquisa e Interpretação*. Maceió, Edufal.

<sup>97</sup> Diégues Júnior, M. 2012 [1949]. *O Banguê nas Alagoas: Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional*. Maceió, Edufal.

<sup>98</sup> Lindoso, D. 1983. *A Utopia Armada: Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

<sup>99</sup> Tenório, D. A. 2009. *Metamorfose das Oligarquias*. Maceió, Edufal.

<sup>100</sup> Almeida, L. S. 1999. *Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas*. Maceió, Edufal.

fundamentais em processos de criação e ampliação de novos espaços institucionais voltados à pesquisa e à produção de conhecimentos ligados às áreas das *letras* e das ciências humanas em Alagoas, como, por exemplo, a Academia Alagoana de Letras, fundada em 1º de novembro de 1919<sup>101</sup>, a Faculdade de Direito de Maceió, em 25 de fevereiro de 1933<sup>102</sup>, a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, em 25 de janeiro de 1961, e o Museu Theo Brandão de Antropologia e Folclore – MTB, em 20 de agosto de 1975<sup>103</sup>. Todos darão continuidade às relações interpessoais concernentes ao Instituto Histórico e Geográfico local.

Todavia, a relação de prestígio entre o Instituto e a figura do associado não se efetivava unilateralmente. Pode-se observar o *outro lado da moeda* com o caso dos *Sócios honorários* e *Sócios Beneméritos*. Tal condição seria concedida a pessoas cujo enorme valor enalteceria a agremiação. Alguém como o ex-presidente da província, o Barão Villa-Bella, que então presidia o Instituto Pernambucano<sup>104</sup>. Fomentando a boa relação entre as instituições congêneres, reforçada em nota de pesar na ocasião do seu falecimento quase dois anos depois<sup>105</sup>. Depreende-se que, a depender da figura do associado à instituição, esta era valorizada e poderia beneficiar-se ao estabelecer boas relações com outras autoridades.

A proximidade com o Estado, com grandes empresas e autoridades será uma das marcas da agremiação, e a relação com o poder sustentará sua existência, praticada de várias maneiras em diversos momentos e esferas. No âmbito das relações com o governo local, representado no vínculo com o corpo administrativo da assembleia provincial, isso pode ser observado na seguinte passagem:

O Snr. Dr. Olympio trouxe ao conhecimento dos membros presentes que a Assembléa Legislativa desta provincia ao encerrar seus trabalhos, no corrente anno, votára uma consignaçon de dous contos de réis para auxiliar as despesas do Instituto. Esta communicaçõ foi recebida com

---

<sup>101</sup> Disponível In: [www.aal.al.org.br/expediente/presidentes.htm](http://www.aal.al.org.br/expediente/presidentes.htm). Acessado em 12/8/2018.

<sup>102</sup> Disponível In: [pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade\\_de\\_Direito\\_de\\_Alagoas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_de_Direito_de_Alagoas). (12/8/18).

<sup>103</sup> Criado originalmente na casa nº 3 do *Campus Tamandaré*, no Pontal da Barra, em 20 de agosto de 1975, para abrigar a coleção de arte popular doada à Universidade Federal de Alagoas pelo professor e folclorista Theo Brandão. Em 1977, por ocasião da 5ª Festa do Folclore Brasileiro, realizada em Maceió, teve sua coleção transferida para atual sede. In: [www.ufal.edu.br/extensao/equipamentos-culturais/museus/museu-theo-brandao](http://www.ufal.edu.br/extensao/equipamentos-culturais/museus/museu-theo-brandao) (14/8/18).

<sup>104</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. de T. de Menezes, nº 10, dez., 1877, p. 301.

<sup>105</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. de T. Menezes, vol. 2, nº 14, dez., 1879, p. 131.

especial agrado, mandando-se inserir na presente acta tal declaração, como um voto de gratidão e reconhecimento á Assembléa Provincial. [*Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, nº 1, 1872, p. 14].

E ainda, na pretendida proximidade com o poder político máximo do Império, representado na pessoa do imperador D. Pedro II, nos momentos de alegria:

O Snr. vigário Duarte indicou que se dirigisse uma felicitação a S. M. o Imperador pela feliz terminação da guerra do Paraguay. Esta indicação foi aprovada por unanimidade de votos, assentando-se em nomear os representantes desta provincia para apresentar a felicitação a S. M. [...]. [*Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, nº 1, 1872, p. 12].

Do mesmo modo, em momentos de tristeza, quando “[...] o Snr. Cônego Duarte indica que o Instituto leve a presença de S. M. o Imperador a manifestação de suas sinceras condolencias pelo prematuro passamento de sua augusta filha – a Princesa D. Leopoldina”<sup>106</sup>.

Essa relação de afinidade será perpetuada para além do período imperial; basta considerar, por exemplo, a inserção de alguns de seus associados no Conselho Estadual de Cultura do Estado, durante o governo Afrânio Lages, na década de 1970<sup>107</sup>, ou, antes disso, na mensagem enviada ao Presidente Getúlio Vargas, em 1951, para que deliberasse em favor do povo alagoano:

Como ontem, ao ver incidir sobre os seus legitimos direitos uma opinião injusta e ocasional, o nosso Estado sente que, agora, da mesma forma, recai sobre si a injustiça mais clamorosa na distribuição do quillowatt de Paulo Afonso. Injustiça que, devemos repetir, começou na escolha do ponto de desembarque do material destinado as obras da Hidrelétrica do São Francisco, desprezando-se as conveniências geográficas e as razões históricas [...]. [*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas S.A., vol. 30, 1973, p. 202].

---

<sup>106</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, nº 2, 1873, p. 13.

<sup>107</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas S.A., vol. 30, 1973, p. 216.

Sobre outro aspecto, ao consultarmos o demonstrativo do movimento financeiro da Instituição no biênio 1987/1988<sup>108</sup>, veremos a renda adquirida pela Instituição mediante doações do Sindicato da Indústria do Açúcar, de particulares, ou de joias no momento das admissões, de vendas de livro, revistas, visitas ao seu Museu e dos principais colaboradores financeiros, os *Sócios Beneméritos Especiais*; estes contabilizam 21 pessoas jurídicas, das quais sete estavam diretamente ligadas a um dos principais setores econômicos de Alagoas, o agroaçucareiro<sup>109</sup>.

Essas ações demonstram quão grande e importante essa entidade se pretendia, deixando evidente que seus associados buscaram afirmá-la interna e externamente através de redes de sociabilidade ligadas a diversos setores da sociedade. Isso viabilizou a sustentação da agremiação durante anos e o estabelecimento de um lugar para Alagoas como objeto de pesquisa na História e Geografia do país.

O próprio *corpus* que constitui esse estabelecimento reforça a especificidade de seu poder e importância; em maioria, são provenientes de setores mais abastados da sociedade. Significa dizer que tal ofício esteve reservado a um seleto grupo cujo caráter formativo e performático passará intrinsecamente por sua relação com o mando. Esse fator será o solo sobre o qual se sustentarão as redes de relações entre os associados, constituindo a condição básica para a escrita da História local em Alagoas. Contudo, esses homens e mulheres de influência social não estarão sozinhos nem “desarmados” no estabelecimento de suas interpretações, porquanto terão um instrumento específico a seu dispor.

## **UM PERIÓDICO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA: A REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS**

Em sua fase inicial, o principal veículo de divulgação do conhecimento histórico científico e de representação político-ideológica do IAGA esteve inserido, provisoriamente, nas colunas do jornal *União Liberal*<sup>110</sup>, jornal dos dissidentes do Partido

---

<sup>108</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 41, 1986-88, p. 332.

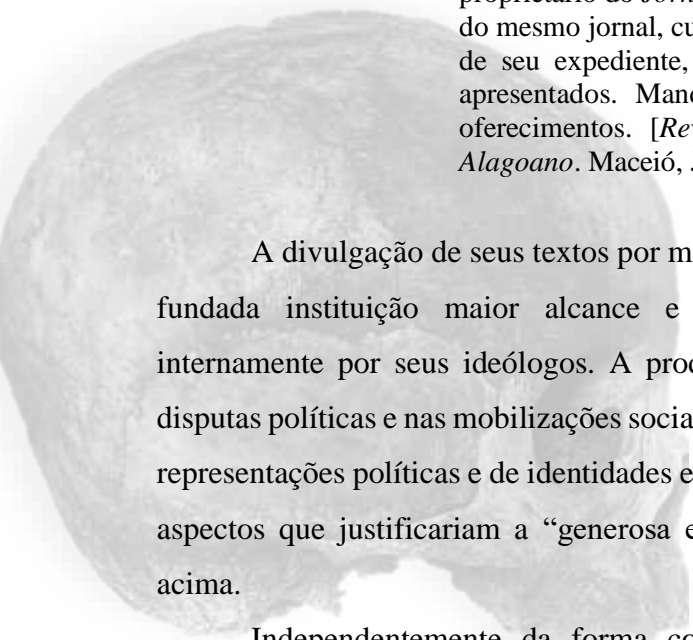
<sup>109</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 41, 1986-88, p. 346.

<sup>110</sup> Este jornal surge em 12 de abril de 1869 com publicações até 1884, tendo à frente o futuro visconde de Sinimbu, fundador do então Partido Liberal em Alagoas. Fato curioso é que as publicações desse período



Liberal em Alagoas, a fim de publicar sua produção até que sua Revista fosse autonomamente confeccionada e oferecida à venda na residência de um dos sócios<sup>111</sup>, passando a se fixar na secretaria, após o estabelecimento de sua sede<sup>112</sup>.

Mesmo depois de publicada sua Revista, não lhe faltou espaço nas páginas de outro jornal local, como se observa abaixo:



Dois officios do snr. Tertuliano Telles de Menezes e Silva, director e proprietario do *Jornal das Alagoas*, offerecendoá casa uma assignatura do mesmo jornal, cujas columnas põe á sua disposição para publicação de seu expediente, e de quaesquer outros trabalhos offerecidos ou apresentados. Manda-se agradecer a generosa espontaneidade dos oferecimentos. [*Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, *Jornal das Alagoas*, nº 2, 1873, p. 60].

A divulgação de seus textos por meio de jornais da capital possibilitaria à recém-fundada instituição maior alcance e popularização das discussões promovidas internamente por seus ideólogos. A produção gráfica comporia lugar importante nas disputas políticas e nas mobilizações sociais na província, servindo como instrumento nas representações políticas e de identidades em Maceió<sup>113</sup>. Possivelmente, seria esse um dos aspectos que justificariam a “generosa espontaneidade” do oferecimento apresentado acima.

Independentemente da forma como as informações da agremiação fossem recebidas, interpretadas e ressignificadas por cada leitor, via jornais ou revistas, elas serão periodicamente disseminadas por diversas camadas sociais, já que seu valor enquanto ideia-força acerca do passado local também estaria sujeito à chancela e à aceitação de um público diferenciado. As idealizações desses letrados não poderiam encerrar-se em si mesmas e inevitavelmente se popularizariam em publicações subsequentes, referências

---

coexistem aos 15 anos de funcionamento do IAGA em sua fase imperial (1869 a 1884). É possível supor que o IAGA mantinha certa simpatia pelo Partido Liberal. In: SANT'ANA (de), Moacir Medeiros. *História da Imprensa em Alagoas*. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, 1987, p. 131.

<sup>111</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, *Jornal das Alagoas*, nº 1, 1872, p. 8.

<sup>112</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. de Menezes & Filho, dez., vol. 2, nº 12, 1880, p. 74.

<sup>113</sup> MACIEL, O. B. A. 2004. *Filhos do Trabalho, Apóstolos do Socialismo: Os Tipógrafos e a Construção de uma Identidade de Classe em Maceió (1895/1905)*. Dissertação de Mestrado, História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, pp. 52-57.

bibliográficas e obras direcionadas à história de Alagoas, ou mesmo em livros didáticos, permitindo a sua continuidade e reatualização.

A confecção da Revista demonstra a autonomia de sua instituição na definição das normas de sua produção, nos critérios de avaliação de seus produtores, na capacidade para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento<sup>114</sup>. O IAGA, na condição de representante da dita história nacional, mas voltado aos feitos locais, precisou desenvolver um modo próprio de enunciar, produzir e operar. Sua forma e aparência refletem as práticas políticas desenvolvidas pelos sócios e/ou sua diretoria, observada no número de trabalhos publicados, nas transcrições de documentos, nos pronunciamentos, na inserção de seções especiais<sup>115</sup> e na exibição de suas atividades internas por meio das atas, permitindo-nos a “reconstrução” de suas atividades.

Contudo, quaisquer variações não impedem que busquemos os aspectos estruturantes dessas fontes, cabendo assinalar que as delimitações contidas na estrutura não estão desconexas e não serão modificados ao longo de toda a sua produção, mesmo ocorrendo eventuais variações ao longo de suas publicações<sup>116</sup>. Ocupando as primeiras páginas estariam os *Artigos*, apesar da comissão específica que lidava com a edição e a revisão da Revista<sup>117</sup>, além, é claro, da exigência temática que o próprio caráter da instituição postulava.

Não registramos grandes exigências numéricas e estilísticas, ou mesmo restrições, para a confecção e publicação dos artigos. Eles poderiam variar entre uma publicação de três laudas divididas em duas colunas<sup>118</sup> e um memorial que chegaria a estender-se por cinco publicações<sup>119</sup>.

---

<sup>114</sup> Bourdieu, P. 2007. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, p. 106.

<sup>115</sup> A seção epistolário é um exemplo, pois esse seria um espaço dedicado a expor as correspondências dos sócios antigos.

<sup>116</sup> Referimo-nos à seção Ordem do Dia e Necrologia, que variara em seu aparecimento. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Oficinas Fonseca, Jun., vol. 4, nº 2, 1907, pp. 99-100.

<sup>117</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, nº 1, 1872, p. 9.

<sup>118</sup> Fonseca, J. S. 1876. “Origem de Alguns Nomes Patronimicos da Provincia das Alagoas”. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, nº 8, pp. 197-199.

<sup>119</sup> Leite e Oiticica. 1915. “Memorial Biographico do Commendador José Rodrigues Leite Pitanga – Primeiro Período (1822-1832)”. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. da Livraria Fonseca, vol. 6, pp. 140-204.

O importante seria o trabalho em si, onde figurariam as idealizações chanceladas por sua comunidade, um dos meios de afirmação social do sujeito que o redigia. Em síntese, estar presente e/ou atuando nesse espaço de discussão e divulgação de ideias seria uma necessidade constitutiva da *performance* desses autores, pois a publicação de trabalhos e/ou a dedicação à agremiação garantia mérito e possível ascensão na hierarquia interna. Um exemplo é o caso de Jayme de Altavila (Anfilóbio Jayme de Altavila Melo) e seu filho, Jayme Lustosa de Altavila, que galgaram posições até chegarem à presidência do Instituto<sup>120</sup>.

Englobando as demais seções, podemos dizer que a “outra parte” da Revista seriam as *Atas de Sessões*. Há nelas o registro dos momentos vivenciados internamente pelos associados. O registro das *Atas* é algo mais que uma atividade corriqueira, daí a pompa, a exaltação e a erudição, colocadas como elementos retóricos em destaque, trazendo em sua composição elementos que remetem a questões contidas em outras fontes e a exigirem um trato atento e cauteloso.

O vocábulo *sessão* deriva do termo latino *sessio*, que significa: sentar-se, cadeira<sup>121</sup>. Refere-se, portanto, ao espaço de tempo em que acontece uma reunião deliberativa, uma assembleia. Momento excepcional, no qual os *homens das letras*, e posteriormente os *homens de ciência*, sentam para ouvir e falar. Consta, ali, o funcionamento interno da agremiação. Atividades ordinárias, tais como: registros de admissões de sócios, votações, comunicados, pronunciamentos, sugestões de temas, leitura de pautas, recebimentos, considerações dos artigos publicados etc. Esse será o melhor lugar para a observação das práticas ritualistas e, nelas, suas idealizações de forma coletiva.

Começamos pelo *Expediente*. Nesse espaço há informações de ordem peculiar: os motivos do não comparecimento dos sócios<sup>122</sup>, os avisos da mudança de sócios para firmar residência em outras localidades<sup>123</sup>, convites a cerimoniais<sup>124</sup>, a comunicação e as

---

<sup>120</sup> Melo, A. C.; Silva, F. M.; Altavila, J. L. 2008. *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos*. Maceió, Imprensa Oficial, pp. 51-53; 59-60.

<sup>121</sup> Disponível In: [www.significados.com.br/secao-e-sessao/](http://www.significados.com.br/secao-e-sessao/) Acessado em 25/9/2019.

<sup>122</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, Jun., nº 8, 1876, p. 214.

<sup>123</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, Jun., nº 8, 1876, p. 218.

<sup>124</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, Jun., nº 8, 1876, p. 208.

relações de troca com outras instituições e/ou autoridades, e também a prestação de contas<sup>125</sup>.

Nos *Oferecimentos*, após a análise das doações recebidas, pode-se perceber como poderia ser agradável aos representantes as articulações estabelecidas com os demais estabelecimentos nacionais e internacionais:

[...] Pelo Corpo de Engenheiros de Minas do Peru os seus boletins de n.º 20, 22 e 23 de 1903. Pela Sociedade Geographica de Lima o Boletim do 2º trimestre de 1904. Pela Secretaria de Agricultura da Bahia o respectivo Boletim de janeiro e março deste anno. Pela Directoria do Museu Paulista a sua *Revista* (vol. VI, anno 1904). Pelo Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte a sua *Revista* (vol. 3.º n.º 1 Janeiro de 1905). Pela respectiva Directoria – O Archivo – *revista* destinada à vulgarisação de documentos geographicos e historicos do Estado de Matto-Grosso (vol. 3º de maio de 1905). Pelo Estado Maior do Exército a Revista Militar (nº 5, de maio de 1905). Pela Secretaria do Interior deste Estado um exemplar da mensagem do presidente da Republica, apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa deste anno. [*Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, vol. 5, nº 1, 1913, pp. 80-81].

Essas articulações eram importantes, pois se referem à aquisição e à formação de um patrimônio científico-cultural materializado em espaço num patrimônio físico, composto por biblioteca, hemeroteca, mapoteca, pinacoteca, museu histórico, etnográfico e arqueológico. Adquiridos, em grande parte, por meio dos *oferecimentos*<sup>126</sup> e mantidos por meio das articulações de seus associados, angariam recursos e financiamentos para proveito da instituição. Um painel contido na Revista nº 56, no ano de 1928, registra o número de 5.540 obras nacionais e internacionais pertencentes à biblioteca da Instituição<sup>127</sup>; nele, não é possível identificar os títulos das obras, mas apenas o idioma em que foram redigidas.

As publicações de língua portuguesa contabilizam 4.639 trabalhos. A língua francesa é a que predomina entre as demais, com 476 livros, seguida pela língua espanhola, terceiro idioma, com 187 obras. O aparecimento da língua inglesa na quarta

---

<sup>125</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, Jun., nº 8, 1876, p. 210.

<sup>126</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, Jun., nº 8, 1876, p. 212.

<sup>127</sup> *Revista Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Officinas Graphicas da Livraria Machado – Jaraguá, vol. 13, nº 56, 1928, p. 327.

posição, com apenas 105 textos, corresponde à afirmação, no tocante à transição dos séculos XIX e XX, de que “[...] enquanto a Inglaterra conseguia garantir predominância econômica no Brasil, a França fornecia, com sua cultura e civilização, os critérios de gosto”<sup>128</sup>.

Outro elemento relevante refere-se à separação e à catalogação das obras. História e a Geografia não aparecem como campos de saber autônomos separadamente, dificultando o conhecimento quantitativo sobre cada uma delas e sugerindo uma indefinição no entendimento das singularidades desses campos de saber, entendidos ainda como ciências irmãs. Supõe-se que o segundo item, Administração, seria composto por documentação eclesiástica e estatal<sup>129</sup>, deixando os associados à frente no conhecimento de questões relativas aos projetos políticos e sociais sobre o estado da sociedade local, por exemplo, como a escravidão negra, presente em “um officio do exm. primeiro vice-presidente da provincia – remetendo um exemplar do parecer da camara dos deputados acerca do projecto do governo – sobre a abolição do elemento servil”<sup>130</sup>. Ou a situação dos aldeamentos indígenas, como se observa em outro officio, “[...] sobre as aldeias de índios, informações do snr. Jose Lopes Rosa”<sup>131</sup>.

Apensar da diversidade temática, não constarão nesse levantamento áreas como Antropologia, Etnografia ou Arqueologia. A inexistência de descrição pode significar o desinteresse acerca desses campos de saber, prejudicando o conhecimento sobre questões pertinentes ao cotidiano de seu Museu, ou a dissolução dessas áreas na seção História e Geografia, ou na seção de título *Diversos*, a quarta em ordem numérica decrescente. Seja qual for a hipótese correta, tal imprecisão nos fornece indícios sobre a concepção de História para esses pesquisadores no limiar da década de 1930.

Outro aspecto dos *oferecimentos* refere-se a um fenômeno esperado. No decorrer dos anos, é possível visualizar a formação de um acervo privilegiado referente e/ou correlacionado a esse território dito alagoano. Poderiam ser folhetos, jornais, volumes de

---

<sup>128</sup> Guimarães, M. L. S. 2011. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838 – 1857*. Rio de Janeiro, EdUERJ, p. 101.

<sup>129</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, nº 1, 1872, p. 24.

<sup>130</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, nº 2, 1873, p. 18.

<sup>131</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, nº 2, 1873, p. 12.

livros, biografias de personalidades ilustres<sup>132</sup>, documentos relativos à administração da província, e/ou mapas que tratassem da descrição desse território, que servirá, inclusive, de argumento político discursivo, alimentando as vontades de verdade, na defesa dos contornos e singularidades de um espaço projetado no plano teórico, a ser acoplado em um dito correspondente real. Analogamente, observou Marilena Chauí, esse *corpus* documental se converte num semióforo, destinado a explicar as origens, como também atribui sentido e significado aos momentos fundadores de uma dada coletividade, no caso, a alagoana.

Um último aspecto dos *oferecimentos* decorre da autoridade sobre esse *corpus* documental, o qual define, julga e concede poder e prestígio a quem os detém e/ou a quem será autorizado a manejá-los no fazer historiográfico. Questão importante quando pensamos ou projetamos novas pesquisas e novas abordagens teóricas, o que em certo sentido possibilita (ou não) renovações no campo historiográfico.

Na *Ordem do Dia* será registrada a presença desses associados nos momentos das reuniões. A ocasião era dividida em três momentos, e ao fim, ocasionalmente, marcava-se a data para futuros encontros<sup>133</sup>. Tornará pauta quaisquer questões necessárias ou relativas ao crivo da opinião de todos, aprovadas por decisão da maioria. São exemplos disso as propostas de admissão de sócios<sup>134</sup>, as eleições e aprovações de orçamento<sup>135</sup>. Constituem a parte final de um grande ritual a ser seguido durante a reunião.

A última seção da revista, *Necrologia* ou *páginas de saudade*<sup>136</sup>, refere-se a um ritual, característico dos Institutos Histórico e Geográfico, que será refletido sobre o espaço físico tanto da capital quanto dos municípios de Alagoas. Trata-se da exaltação a antigas personalidades ou a seus falecidos sócios. A primeira forma de exortação poderia ocorrer por meio da realização de trabalhos de caráter biográfico ou de discursos, ocasião em que se iniciava um processo de duplo reconhecimento, pois quem reconhecia o valor do *outro*, implicitamente reconhecia-se capaz de identificar e ressaltar tal importância.

---

<sup>132</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Jornal das Alagoas, vol. 1, nº 1, 1873, pp. 9-25.

<sup>133</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, Jun., nº 8, 1876, p. 214.

<sup>134</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, Jun., nº 8, 1876, p. 221.

<sup>135</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, Dez., nº 9, 1876, p. 251.

<sup>136</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano* capa. Maceió, vol. 16, 1932, pp. 81-85.

Essa prática se transformará em tradição, já que muitas vezes o exaltador posteriormente seria transformado em figura exaltada.

Um exemplo desse fato é o caso de João Francisco Dias Cabral, o primeiro a estabelecer um trabalho de caráter biográfico no IAGA, autor de *Notícia acerca da vida do fundador da mesma capella, de Coqueiro-Secco padre Bernardo José Cabral*<sup>137</sup>, que anos depois de sua morte, será homenageado com a realização de sua biografia, pelo então presidente da IHGAL, Abelardo Duarte<sup>138</sup>. A coroação desse processo de culto aos antepassados será observada na nomeação de espaços públicos<sup>139</sup> e instituições<sup>140</sup> da cidade marcadas com o nome desses ditos *homens ilustres*, inserindo-se na memória coletiva ou compartilhada da população local.

Esse fenômeno, ao que parece, pressupõe uma identificação *a priori*, pois a força dessa *ressurreição*, em que um autor vivo falará em nome do morto, reside justamente no valor e na força social dos que fazem uso de seus feitos em nome das implicações do presente ou do reconhecimento e do compartilhamento de ideias. Por fim, cabe considerar que todos esses elementos colaboram para a criação de uma moldura onde se concentram diversas questões, e em que a construção de uma memória institucional se relaciona intrinsecamente com a produção da História de Alagoas.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao fim deste trabalho é possível afirmar que, por meio de seus representantes, o IHGAL tornou-se, em dois séculos, um dos principais responsáveis por transformar o espaço convencionalmente alagoano em espaço histórico nacional e regional, sobretudo a partir de seu patrimônio documental e historiográfico, inerente a sua condição de *Instituição Oficial de Estado*.

Esse *corpus*, sob a forma escrita, configura-se não só como fonte de conhecimento histórico e científico, mas também como composição de idealizações, demonstrações de

---

<sup>137</sup> Cabral, J. F. D. 1874. *Notícia Acerca da Vida do Fundador da Capella do Coqueiro Secco*. Padre Bernardo José Cabral. In: *Revista Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, dez, nº 5, pp. 112-117.

<sup>138</sup> Sant'Ana (de), M. M. 1984. "Dois Historiadores: Craveiro Costa e Dias Cabral". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Maceió, vol. 39, pp. 98-101.

<sup>139</sup> Disponível In: [www.google.com.br/maps/place/Rua+Dias+Cabral+](http://www.google.com.br/maps/place/Rua+Dias+Cabral+). Acessado em 13/8/19.

<sup>140</sup> Disponível In: [google.com.br/maps/placa](http://google.com.br/maps/placa). Acessado em 13/8/19.

erudição, exaltações a personagens ilustres civis ou religiosas, a cidades históricas ou a eventos considerados decisivos para constituição de um espaço geográfico que se chamou de Alagoas, e que graças a seu trabalho se tornariam pertencentes à memória individual e coletiva da população ligada a esse espaço e/ou cultura, sendo lembradas, esquecidas e rememoradas por meio de datas comemorativas no Estado e nos municípios.

Ainda que difusos e desconexos cronologicamente, esses elementos, quando articulados, rumam em direção à criação e à afirmação do Estado-Nação, e dentro dele, de um lócus regional específico – Alagoas –, integrando parte do projeto político iniciado com a criação do IHGB em 1838. Tanto as publicações da Revista quanto as obras de seus associados auxiliaram na tessitura desse processo de construção historiográfica da história do Brasil e de Alagoas.

Em linhas gerais, para além do que já foi dito ao longo deste ensaio, fica evidente em todo o texto que a História enquanto construção científico-narrativa resulta de um inescapável posicionar político, e isso direciona os resultados de qualquer trabalho de pesquisa histórica. Com relação à produção do conhecimento histórico científico acerca de Alagoas, não foi diferente.

Nesse sentido, esta conclusão se materializa numa demonstração de que a historiografia de Alagoas, desde o seu nascedouro até a sua formalização e consolidação, esteve permeada por relações políticas. Formata-se e instaura-se assim uma visão da historiografia alagoana por meio de sua história, possibilitando a abertura para um conjunto de possibilidades em pesquisas historiográficas.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. 2009 [1843]. “Apresentação”. In: Moura, A. J. **Opúsculo da Descrição Geográfica Topográfica, Phizica, Política e Histórica, do Que Unicamente Respeita à Província das Alagoas no Império do Brazil**. Por Hum Brasileiro. Maceió. Edufal/Cesmac.

ALMEIDA, L. S. 1999. **Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas**. Maceió, EDUFAL.

ALTAVILA, J. 1976 [1933]. **História da Civilização das Alagoas**. 6. ed. Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas S.A.

BARROS, J. D. 2011. **Teoria da História**. Petrópolis, Vozes.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. 1983. **As Escolas Históricas**. Lisboa, Europa-América.

BOURDIEU, P. 2007. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva.

BRANDÃO, M. 1909. **História de Alagoas**, Maceió. Typ e Pautação J. Amorim.

BRANDÃO, T. 2007 [1953]. **O Reisado Alagoano**. Maceió, Edufal.

CABRAL, J. F. D. 1874. “Esboço histórico ácerca da fundação e desenvolvimento da Imprensa nas Alagoas”. In: **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Typ. Jornal das Alagoas, dez, nº 5, pp. 99-109.

CABRAL, J. F. D. 1874. “Noticia Ácerca da Vida do Fundador da Capella do Coqueiro Secco”. Padre Bernardo José Cabral. In: **Revista Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, dez, nº 5, pp. 112-117.

CALLARI, C. R. 2001. “Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à Construção do Tiradentes”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40, pp. 59-83.

CARDOSO, C. F.; Vainfas, R. 1997. **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro, Campus.

CAROATÁ, J. P. J. S. “Chronica do Penedo”. 1872. In: **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Jornal das Alagoas, nº 1, p. 2-7.

CERTEAU, M. 2013. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense.

CEZAR, T. A. C. 2004. **Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos: revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá**. PR. vol. 8, n. 1, p. 11-29.

COSTA, A. C. L. 2015. **Maceió Medúscica: uma Interpretação Histórica das Imagens da Diáspora de Intelectuais Alagoanos na Literatura – 1930-1940**. Maceió, Edufal.

COSTA, C. 1983 [1929]. **História das Alagoas: Resumo Didático**. Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas S.A.

DIÉGUES JÚNIOR, M. 2012 [1949]. **O Banguê nas Alagoas: Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional**. Maceió, Edufal.

DUARTE, A. 2010 [1974]. **Folclore Negro das Alagoas. Áreas da Cana-de-Açúcar: Pesquisa e Interpretação**. Maceió, Edufal.

FICO, C.; Polito, R. 1992. **A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma Avaliação Historiográfica**. Ouro Preto, UFOP.

FONSECA, J. S. 1876. “Origem de Alguns Nomes Patronimicos da Provincia das Alagoas”. In: **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, nº 8, pp. 197-199.

ESPÍNDOLA, T. B. 2001 [1871]. **Geografia alagoana, ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. Maceió, Edições Catavento.

FREITAS, M. C. 1998. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo, Contexto.

GUIMARÃES, M. L. S. 2011. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro, EdUERJ.

HARTOG, F. 2003. **O Século XIX e a História: O Caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

PROST, A. 2008. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte, Autêntica Editora.  
Hobsbawm, E. 1990. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HRUBY, H. 2007. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: A História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Porto Alegre.

JORGE, A. A. 1901. “Noticias sobre os povos indigenas que estacionavam no territorio do actual Estado das Alagoas ou costumavam trazer a suas plagas repetidas correrias.” In: **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. Maceió, Typ. T. de Menezes & Filho, vol. 3, nº 1, pp. 67-84.

LAPA, J. R. A. 1985. **HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: BRASIL PÓS 64**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LEITE E OITICICA. 1915. “Memorial Biographico do Commendador José Rodrigues Leite Pitanga – Primeiro Período (1822 – 1832)”. In: **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**, Maceió, Typ. da Livraria Fonseca, vol. 6, pp. 140-204.

LINDOSO, D. 1983. **A Utopia Armada: Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LINDOSO, D. 2005. **A Interpretação da Província: Estudos da Cultura Alagoana**. Maceió, EDUFAL.

MACIEL, O. B. A. 2004. **Filhos do Trabalho, Apóstolos do Socialismo: Os Tipógrafos e a Construção de uma Identidade de Classe em Maceió (1895/1905)**. Dissertação de Mestrado, História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

MALERBA, J. 2006. **História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo, Contexto.

MARQUES DA SILVA, E.; CONCEIÇÃO DOS SANTOS, R. M. 2008. **A Institucionalização do Ensino Secundário no Império em Alagoas – O Percurso do Liceu Provincial (1849-1900)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Pedagogia, Centro de Educação da Universidade federal de alagoas.

MELO, A. C.; Silva, F. M.; Altavila, J. L. 2008. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos**. Maceió, Imprensa Oficial.

ODALIA, N. 1997. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiografia de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872 – ALAGÔAS. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger e Filhos, vol. 1, 1876.

REIS, J. C. 1999. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro. FGV.

RODRIGUES, J. H. 2008 [1978]. **História e historiografia**. Petrópolis, Vozes.

RODRIGUES, J. H. 1978. **A Pesquisa Histórica no Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional.

RÜSEN, J. 2015. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Curitiba, Editora UFPR.

SANCHEZ, E. C. T. 2003. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Um Periódico na Cidade Letrada Brasileira do Século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo.

SANT’ANA (de), M. M. 1984. “Dois Historiadores: Craveiro Costa e Dias Cabral”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió, vol. 39, pp. 98-101.

SANT'ANA (de), M. M. 1987. **História da Imprensa em Alagoas**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas.

SCHWARCZ, L. M. 1993. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo, Cia das Letras.

SILVEIRA, D. O. 2008. **“O Passado Está Prenhe do Futuro”**: A Escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). (Dissertação Mestrado História), Porto Alegre.

TAVARES, G. G. 2000. A Trajetória de Uma **“Casa de Saber”**: O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930-1970). Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

TENÓRIO, D. A. 2009. **Metamorfose das Oligarquias**. Maceió, Edufal.



# **PATRIMÔNIO TAPAJOWARA NO SÍTIO PORTO: HERANÇA CULTURAL E RESISTÊNCIA ÉTNICA NA REGIÃO DE SANTARÉM, RIO TAPAJÓS.**

## **TAPAJOWARA PROPERTY AT THE SÍTIO PORTO: CULTURAL HERITAGE AND ETHNIC RESISTANCE IN THE SANTARÉM TERRITORY, RIO TAPAJÓS**

**Hudson Romário Melo de Jesus<sup>141</sup>**

melohudson@rocketmail.com

### **RESUMO**

Este artigo trata da importância de uma interpretação contextual para objetos cerâmicos provenientes do Sítio Porto (PA-ST-42) e avalia processos de restauração realizados com a cerâmica encontrada em Santarém. Para a construção desta análise, os artefatos foram pensados como intercessores da construção dos processos atuais de resistência identitária do povo Tapajó. Em uma mediação que ocorre através da memória, ancestralidade e de saberes êmicos sobre as cerâmicas arqueológicas e contemporâneas. Visto que a manufatura de objetos em cerâmica na região de Santarém apresenta-se como uma história indígena de longa duração.

**Palavras-Chave:** Cultura Tapajó; Patrimônio e resistência; Arqueologia indígena.

### **ABSTRACT**

This article deals with the importance of a contextual interpretation for ceramic objects from Sítio Porto (PA-ST-42) and evaluates restoration processes performed with ceramics found in Santarém. For the construction of this analysis, the artifacts were thought as intercessors of the construction of the current processes of identity resistance of the Tapajó people. This mediation occurs through memory, ancestry and emic knowledge about archaeological and contemporary ceramics. Viewed the ceramic manufacture in the region of Santarém presents itself as a long lasting indigenous history.

**Key-words:** Tapajó Culture; Heritage and resistance; Indigenous archeology.

---

<sup>141</sup> Mestrando em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

## INTRODUÇÃO

Cerâmicas antigas da cultura Tapajó, podem ser encontradas em sítios arqueológicos nas margens do Rio Tapajós, em cenários sociais e contextos ambientais diversos (Alves, 2012; Gomes, 2008; Quinn, 2004; Roosevelt, 1990; Schaan, 2014). Por isto, seus atributos materiais e tecnológicos, apresentam causas e efeitos de degradação variados. Tanto em relação a ação dos efeitos tafonômicos da natureza, quanto em relação a ação antrópica de destruição dos sítios arqueológicos na região, devido ao ‘desenvolvimento’ urbano-capitalista.

Datados desde o século X (Alves, 2012), estes artefatos são transmissores de um passado multicultural e sua valorização no presente contribui para a auto-afirmação identitária desta sociedade. Principalmente, por este patrimônio ser compreendido como imprescindível para sua narrativa cultural de existência e cosmovisão (Gomes, 2010; 2012; Schaan, 2015).

São objetos que fazem parte da memória e história dos povos originários de Santarém. E que afloram, socialmente, sua dimensão política, perante o crescente reconhecimento do direito das sociedades Tapajó à diferença cultural.

Os Tapajó na atualidade, compreendem a técnica e o produzir de objetos variados em argila, como uma herança de seus antepassados, que viveram por toda a área do Baixo Amazonas. Além disto, a manufatura de objetos cerâmicos, para eles e suas famílias, funciona também como uma poderosa reação social de defesa de sua cultura. Entre outros, um recurso de luta por direitos que utilizam para enfrentar os conflitos contra o branco, realizados desde o século XVI. Nesta direção, ainda existem poucos estudos que deram enfoque nas interpretações dos Tapajó contemporâneos sobre os significados das decorações em suas cerâmicas (Jesus, 2016, 2018).

No presente, em suas articulações pela manutenção de seus direitos, os Tapajó reclamam sobre repatriamento, proteção e gestão de seus bens culturais, aos quais são atribuídas, por estes, categorias como: tradicionais, sagrados, arqueológicos e detentores de biografias. Para eles, sua etnicidade está presente nos objetos arqueológicos, tornando-os agentes existentes para combater, fortemente, preconceitos e discriminações.

Na arqueologia indígena, a identidade é pressuposta pelo direito a diferença que os povos nativos possuem em relação à formação social do estado nacional brasileiro. Por isso, apresentar as vozes do auto reconhecimento dos Tapajó, é algo que perpassa pelo

processo de asseveração de sua identidade cultural, tradições e de seus territórios. Situação que envolve a interação de diferentes saberes nos debates sobre cerâmica arqueológica.

Isto nos permite ampliar as interpretações arqueológicas dos sentidos antigos e atuais das cerâmicas, tendo em vista seus valores científicos excepcionais (Silva, F. 2011). Interpretando as dinâmicas culturais como atributos de resistência às frentes absolutistas do capitalismo e da sociedade do consumo.

Para entendermos as possíveis morfologias originais de artefatos, produzidos no passado, e sua reutilização no mundo atual, faz-se necessário conservá-los. Essa atividade é valiosa para a manutenção dos testemunhos referenciais da representatividade técnica e do poder social dos Tapajó.

A revalorização destes patrimônios produz diferentes leituras da existência social dos Tapajó em Santarém, favorecendo uma polissemia arqueológica, que questiona a versão antes hegemônica de que esta sociedade e sua produção cerâmica autêntica havia sido extinta no século XVII.

### **A ATIVIDADE DE RESTAURO NO CENTRO CULTURAL JOÃO FONIA**

O campo da restauração estilística de cerâmicas arqueológicas em Santarém (mapa 1), foi executado amplamente nos acervos municipais do Museu João Fonia. Apesar de sua edificação ter sido inaugurada em 1868, o museu foi criado somente em 27 de agosto de 1991, tendo sediado, anteriormente, o fórum de justiça, a câmara municipal, a prefeitura e a cadeia pública da cidade.



**Mapa 1:** localização espacial da área arqueológica estudada, na região urbana do município de Santarém, atual estado do Pará. Região estuarina inicial da Amazônia, situada na confluência entre o Baixo Rio Amazonas e Baixo Rio Tapajós.

No local, estão expostas centenas de peças arqueológicas, provenientes de diferentes culturas indígenas da região. Destacam-se entre elas, os objetos que estão principalmente, caracterizados como pertencentes a cultura Tapajó, tais como; vasilhas de variados tipos e tamanhos, confeccionadas em argila e muitos instrumentos manufaturados em rochas líticas.

Intervenções de restauração estilística em vasos tapajônicos foram lideradas e executadas pelo artista plástico, restaurador e pintor Laurimar Leal (1939–), que durante muitos anos foi administrador do museu e diretor do Centro Cultural João Fona. Ele, em suas aplicações restaurativas, atribuiu os objetos e seus referentes significados aos Tapajó. Entretanto, a escolha e utilização de seus procedimentos tecnológicos vêm sendo fortemente debatidas como acréscimos incongruentes aos objetos arqueológicos, mas que a época em que foram executados, incluíram reflexões sobre o conceito de estilo como tendo um uso estético de linguagem, como diferentes aplicações e contextos.

Baseado em seu saber local, adquirido com o conhecimento sobre as morfologias dos vasos da coleção tapajônica do Museu João Fona, Laurimar Leal também produziu monumentos de representação arquitetônica do estilo Tapajó (figura 1). Obras que foram



produzidas para terem sua apreciação em formato de uma galeria aberta, na Praça Barão de Santarém (Praça São Sebastião), local onde o museu fica localizado.



**Figura 1:** Vaso de Gargalo, monumento produzido por Laurimar Leal (Fonte: Diário do FB, 2017).

É fácil perceber, que as intervenções realizadas por ele, durante a restauração de objetos arqueológicos da cultura Tapajó, resultaram em sérias interferências sobre a materialidade deste patrimônio (figura 2). Isto foi devido, a constatação de que a utilização de massas de gesso para uma reconfiguração ou recombinação visual dos artefatos, em verdade veio a suprimir algumas das lógicas de preservação destes materiais cerâmicos.

Certamente, muitos dos requisitos necessários para uma apropriada restauração destes objetos não foram atendidos. Como por exemplo, a questão de informações documentais e históricas da origem dos artefatos. Mas sem dúvidas, se esta coleção

passar a receber um trabalho técnico de curadoria mais aprimorado, é certo que estas podem vir a serem expostas de maneira mais colorida, seguindo a fruição do ambiente do sítio arqueológico tapajônico.

A restauração crítica de um objeto é uma atividade que deve diferir, metodologicamente, de reparos, reformas e/ou consertos (Brandi, 1977, 2004). Nesse sentido, para a elaboração de um projeto de restauração é indispensável refletir sobre a legitimidade da aplicação da intervenção em um objeto. Essa fundamentação gera uma busca por métodos que devam dar prioridade a conservação do patrimônio (Pérez-Juez, 2002).



**Figura 2:** Restaurações de objetos arqueológicos da Cultura Tapajó, realizadas por Laurimar Leal e expostas no Museu João Fona. Fonte: Diário do FB, 2017.

Nesta perspectiva de restauração, avalia-se que o patrimônio pode ser documentado e acessado por meio de temas como passado, identidade, cultura e nostalgia (Norrild, 2005). E que, propaga valores de tradição através das temporalidades de uma sociedade. Refletindo o pertencimento destes objetos cerâmicos por parte da comunidade local.

Destas considerações, percebemos que as cerâmicas dos Tapajó, podem ser classificadas como manifestações de histórias orais detentoras de força, autenticidade e qualidade estética. Inclusive, ressaltando o status de obra de arte, que este patrimônio adquiriu durante sua caminhada pelo tempo, sendo transmitido e herdado pelas gerações dos Tapajó.

Este reconhecimento singular torna os contextos arqueológicos extremamente complexos. Por exemplo, é comum cada vez mais pesquisas que valorizam as sabedorias das populações indígenas, principalmente, utilizadas na definição de terminologias. Este tipo de construção científica desperta conhecimentos étnicos que determinam e nutrem a práxis arqueológica do restauro.

### **LACUNAS OU CONTINUIDADES? A COLEÇÃO TAPAJÔNICA DO SÍTIO PORTO, ÁREAS 4A E 4B**

O mais importante em um processo restaurativo é a conservação do objeto. Como vimos, a proposta de restauro estilístico para os vasos tapajônicos, serviu em um momento histórico para estabelecer valores culturais na cidade de Santarém. Mas a aplicação estilística de gesso nas partes “faltantes” das vasilhas, mostrou-se contraditória com a preservação destes objetos.

Em nossos dias, em que o Povo Tapajó luta cada vez mais por seus direitos (Marques, 2019), pode ser mais pertinente não realizar uma tentativa de reconfiguração completa da morfologia física de um vaso. Isso significa dizer que espaços considerados vazios ou não preenchidos na restauração de vasilhas, podem ser percebidos como parte da construção histórica e social destas pessoas. E estas aparentes lacunas podem somente serem preenchidas pelos herdeiros deste patrimônio, através de sua tradição oral e sua vivência em aldeia.

No caso do Sítio Porto de Santarém (mapa 2), existem localizadas na sub-superfície da terra preta do lugar, vasilhas depositadas intencionalmente inteiras e outras em estado fragmentário (Jesus, 2018). Este cenário arqueológico nos faz refletir sobre qual a realidade da necessidade ou não de uma proposta recombinação das peças arqueológicas de uma mesma vasilha.



**Mapa 2:** A área de localização do Sítio Porto se desenvolve paralelamente ao Sítio Aldeia, formando na margem direita do Rio Tapajós uma faixa portuária longa e contínua de terras pretas indígenas, em frente a cidade.

As restaurações executadas no Sítio Porto levaram em consideração a ideia restaurativa do princípio da reversibilidade da aplicação de materiais. Com isso, foram utilizados materiais que, além de solúveis em sua retirada da superfície dos objetos, ofereceram-se como não danosos aos substratos do patrimônio. A aplicação não se deu pela busca de adesividade que perdurasse por maior período de tempo, mas que servisse de adesivo que objetivasse manter a integridade do objeto sem danificá-lo. Essa metodologia optou por precipitar a difícil retirada de resinas após a conclusão da coleta de dados. Vale, ressaltar que todos os dados e fotos da pesquisa foram coletadas entre 2015 e 2016, no âmbito de pesquisa de iniciação científica. Durante as etapas de trabalho, ocorridas no Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú, foram utilizados equipamentos de proteção como máscaras e luvas descartáveis.

Nesta acepção, muitas resinas foram descartadas para utilização dos procedimentos de pesquisa. A principal destas, sendo o polaroid-B, que causa conflitos entre a atividade de restauração e preservação, justamente por não se formalizar como um material reversível, causando grandes controvérsias quanto à sua utilização em artefatos arqueológicos. Com isso os materiais e métodos de intervenção empregados infligiram mínimo dano aos artefatos, não permitindo assim, a criação de falsos históricos (figura 3).



**Figura 3:** Face externa de vasilha restaurada, escala de 10 centímetros, coletada entre os níveis 20 e 30 centímetros na área 4B, foto: arquivos de pesquisa. Foto: Jesus, 2016.

Anteriormente, concluiu-se que, o vitrificar e os aspectos de lustre intenso (engobos, polimentos, resinas, pinturas, esmaltes, etc.) destes objetos, são reflexos da adequação concisa da manufatura de queima de tipo núcleo redutor, como metodologia de produção desde o século X (Jesus e Rebellato, 2019) (figura 4). Baseado, por estas informações contextuais, foram identificados durante os tratamentos restaurativos dados

como: forma, volume, coloração, espessura, fraturas, possíveis diâmetros e a tensão mecânica na estrutura fragmentada do vaso.



**Figura 4:** Vaso de cerâmica restaurado em laboratório. A escala de 10 centímetros pode nos dar uma pequena dimensão do tamanho do artefato, que foi coletado entre os níveis de 50 e 60 centímetros da área 4A. Foto: Jesus, 2016

Inicialmente, foi feito o registro visual e consolidação de fraturas friáveis presentes nas vasilhas. Isso foi feito, para impedir que rachaduras nos fragmentos provocassem novas quebras nas vasilhas durante as intervenções.

Foi produzido um composto consolidante de uso rápido, à base de água e cola com nível de acidez neutro (PH), que manipulado com precisão, foi útil sendo adicionado em uma camada minimamente espessa. Este composto produziu um pequeno laque consolidante flexível, com bom revestimento e transparência. Suas propriedades químicas são estáveis em condições ambientais normais, com baixa reatividade à pigmentos sensíveis e pouca probabilidade de ataques de micro-organismos.

Após a aplicação deste composto adesivo, as peças foram colocadas em caixas de areia, permitindo um melhor ajuste da plasticidade da substância adesiva aos objetos, por meio de desidratação. Com este consolidante, ao contrário de outras massas de

preenchimento, que geralmente geram acréscimos e aditamentos nas restaurações (falsos artísticos), propõe-se a permanência do patrimônio e de suas propriedades inalteradas.

Sem sofrer alterações nocivas, estes compostos não provocaram deteriorações químicas nos objetos. Suas utilizações mostraram ser mais adequadas que antigas práticas de restauração de cerâmicas na arqueologia brasileira, tais como: a utilização de adesivos instantâneos de cianoacrilato 401 e o uso de acetato de polivinila (polivinila-Mowilith), um adesivo de aderência frágil. Ambas, resinas acrílicas de difícil manuseio e aplicação, que absorvem as propriedades físicas do patrimônio, causando impactos de degradação profundos, como preenchimentos excessivos. Geralmente, os usos destes adesivos para restaurar objetos arqueológicos acabam por criar necessidades futuras de remoção destes tipos de encaixes.

A finalidade efetiva desta restauração foi aplicar técnicas que se adequassem aos métodos que reconheçam características do objeto em questão visando sua preservação (Carandini, 1979). Nesse sentido, a restauração destes objetos escavados em contexto, pode nos dar importantes informações sobre o estilo de produção artística dos Tapajó no passado. Uma história indígena que possui tradições milenares e que não se sobrepõe às memórias particulares e regionais.

### **A ARTE OLEIRA DOS TAPAJÓ: SÉCULOS DE RESISTÊNCIA ÉTNICA**

Atualmente, os conhecimentos sobre como confeccionar vasos em cerâmica perpetuam-se em distintos ateliês e oficinas na cidade de Santarém – e mesmo em várias outras localidades da região. Estas sabedorias persistem e perpassam pela seleção de matérias primas, através do conhecimento sobre qual fontes de argila explorar, buscando atender as melhores condições de teor de matéria orgânica e pelo domínio de procedimentos de manufatura e fases de queima da pasta cerâmica.

Cada nova vasilha é alvo da cosmologia cultural e do conhecimento ecológico de homens e mulheres, membros de uma mesma família, que trabalham em equipe, dividindo as assinaturas de produção (Coudart e Lemonier, 1984). Existem, neste meio social, complexas relações de cuidado com as louças, pois seu processo de queima (perda da plasticidade da argila) é definido como uma atividade sagrada, que deve total respeito aos espíritos ancestrais. Entidades que trouxeram estes conhecimentos do fazer cerâmica aos Tapajó.

Estes complexos objetos produzidos pela arte contemporânea dos Tapajó trazem em aspecto a sensibilidade estética, que substitui a simplificação do sentido utilitário. Essa razão de produção, alimenta o artista Tapajó por meio de suas vivências e saberes (Soares e Oliveira, 2015), paralelo que atribui potencialidades aos objetos, reconhecendo-os como obras de arte, reflexo das noções de valores artísticos e de antiguidade das vasilhas.

A conquista deste status artístico no século XXI e os estilos de representação dos objetos atuais, pelos ceramistas Tapajó, são uma resposta de resistência as distorções do tempo e as relações sociais no capitalismo (figura 5). Pois, distintamente, do que a história ocidental afirmou, as etnias dos Tapajó não deixaram de existir no fim do século XVII, e, portanto, não tiveram suas produções artísticas (vasos de cerâmica, aqui em especial) interrompidas pelos conflitos interétnicos entre as sociedades ameríndias da área do Baixo Rio Tapajós e os europeus.



**Figura 5:** Exposição da arte cerâmica Tapajó contemporânea, Universidade de São Paulo, 2019. Criações do mestre ceramista Jefferson Paiva e Família. Foto: arquivos de pesquisa.

O termo herança (heritage na língua inglesa) tem como sentido epistêmico a conformação da noção de patrimônio cultural. Este conceito pode ser aferido em Santarém, na forte relação entre a existência material dos vasos arqueológicos coletados e a continuidade da confecção destes objetos cerâmicos, através de armazenamento, compartilhamento e propagação das diretrizes de produção entre os Tapajó.

Com isto, questionamos as distorções criadas pelo senso comum em torno da ideia de “artesanato”, institucionalizada por lojas, que na maioria das vezes praticam meios



nada éticos de aquisição dos objetos das culturas indígenas. Nestas distorções, o rótulo de “exotismo” associado aos povos originários e sua cultura material e imaterial é apenas mais uma tentativa de paralisá-los em um passado supostamente absoluto.

O artesanato indígena em Santarém é um produto ativo e contrário as teorias da “colonização” e “aculturação”. Sendo uma atividade, notadamente, marcada pelo cuidado com qualidade e acabamento das peças produzidas, devido a estas representarem sua identidade étnica, valores comunicados através de gerações. Sobre este ofício, propagou-se uma visão errônea das artes indígenas contemporâneas, como sendo anônimas ou desprovidas de autoria (Nahoun-Grappe, 2005).

Entender os detalhes da expressão artística dos Tapajó, requer uma revalorização do poder simbólico das narrativas indígenas sobre as cerâmicas arqueológicas. Pois, conceitos utilizados na arqueologia, como as noções de técnica e gesto, podem ser percebidos, constantemente, na maneira como os artesões e mestres da Cultura Tapajó concebem os conhecimentos das histórias de gênese do mundo e de práticas rituais.

Expressado em sua vida indígena, este tipo de simbolismo agregado as técnicas de confecção possuem objetivos e eficácias, que refletem um longo aprendizado (Hodder, 1978). Para tal, torna-se fundamental reconhecer que este patrimônio representa parte importante das exigências atuais de retomada de territórios milenarmente ocupados (Stottman, 2010).

Nesse contexto, no registro arqueológico do Sítio Porto, encontra-se um importante patrimônio cultural, que precisa ser considerado como materialidade representativa da identidade dos Tapajó. Mesmo porque, o estudo da história de vida e cotidiano dos antigos moradores do referido sítio arqueológico se apresenta como um elemento sólido para o ensinamento da história local. Devemos apontar a importância do patrimônio Tapajó, como sendo objetos que valorizam a construção de processos de resistência identitária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na região de Santarém, os povos originários têm enfrentado lutas e desafios pela retomada de suas terras, tradicionalmente ocupadas por este há milhares de anos. Avanços, neste sentido, estão sendo possíveis através de práticas culturais e políticas que reescrevem a história dos grupos indígenas.

Um bom exemplo disso, são as *subidas do povo Tupinambá*. Que pela experiência da demarcação espacial de suas terras, encontram-se com sua cultura – em cada novo levantamento geográfico e topográfico – contida nas tecnologias da natureza, na aldeia São Francisco, no Rio Tapajós.

Neste aspecto, conclui-se que as etnicidades das populações estudadas arqueologicamente, não podem ser comprovadas somente por modelos historiográficos, etnohistóricos e/ou linguísticos. Mas, que, deve ser observada, prioritariamente, as narrativas orais de longa duração, que se constituem território de resistência dos povos originários (Jecupé, 1998; Silva, 2014; Wanderley, 2016; Mendes Da Silva, 2018; Ribeiro, 2018; WaiWai, 2017).

A história oral da Cultura Tapajó é entrecruzada por trajetórias ainda desconhecidas pela ciência arqueológica ocidental. Contudo, considerada sob a perspectiva da arqueologia indígena, a capacidade desses povos mostra que eles seguem estruturando e redefinindo sua identidade. Isso enquanto agentes de sua própria história e memória, que apresentam em uma sucessão de confrontos com o branco, durante os últimos séculos e que permanecem sem término previsível.

Com a produção ceramista dos Tapajó assumindo novas qualidades e grandes valores na atualidade, tem-se um campo fértil para a preservação e valorização dos sentidos e eficácias de comunicação e compartilhamento dos saberes e práticas atrelados a estes bens culturais. Questões que corroboram para uma sociedade mais humanística perante a relação de vasta diversidade cultural na região de Santarém.

## REFERÊNCIAS

ALVES, D. A. 2012. **Ocupação Indígena na Foz do Rio Tapajós (3.260 – 960 AP): estudo do sítio Porto de Santarém, baixo Amazonas**. Dissertação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará.

BRADI, C. 1998. **Teoria generale della critica**. Ed. [de M. Carboni](#). Roma, Editori Riuniti.

\_\_\_\_\_. 2004. **Teoria da Restauração**. Trad. de Beatriz Kühl. Cotia, São Paulo, Ateliê Editorial.

CARANDINI, A. 1979. **Archeologia e Cultura Materiale. Dai ‘lavori senza gloria’ nell’antichità a una politica dei beni culturali**. Bari, De Donato.

COUDART, A.; LEMONNIER, P. 1984. Ethnoarchéologie et ethnologie des techniques. Techniques et culture, Paris, 3:12pp.

GOMES, D. M. 2008. Cotidiano e poder na Amazônia pré-colonial. EDUSP/FAPESP, São Paulo.

\_\_\_\_\_. 2010. **Os contextos e os significados da arte cerâmica dos Tapajó**. In: Pereira, E.; Guapindaia, V. (Orgs.), Arqueologia Amazônica. Museu Paraense Emílio Goeldi, SECULT, IPHAN, Belém, 213-234.

\_\_\_\_\_. 2012. **O perspectivismo ameríndio e a ideia de uma estética americana**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 7:133-159.

HODDER, I. 1978. **Simple Correlation Between Material Culture and Society: a Review**. In: Hodder, I. (Ed.) The Espatial Organization of Culture. London, Duckworth (New Approaches in Archaeology): 3-24.

JECUPÉ, K.W. **A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio**. São Paulo, Editora Peirópolis.

JESUS, H. R. 2016. **O controle artístico dos ceramistas tapajônicos: um estudo sobre fabricação cerâmica no Município de Santarém e região através da Geoquímica, Pará**. (Relatório Técnico-Científico). UFOPA – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Santarém.

\_\_\_\_\_. 2018. **Traços dos Tapajó: análises de cerâmicas arqueológicas do Sítio Porto de Santarém (PA-ST-42)**. (Monografia em Arqueologia) Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará.

\_\_\_\_\_; REBELLATO, L. 2019. **Avaliação arqueológica em artefatos cerâmicos encontrados em Santarém: áreas 4A e 4B do Sítio Porto.** In: As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano, volume 1. Atena Editora, Ponta Grossa, Mato Grosso do Sul. p. 190-192.

MARQUES, D. B. 2019. **O direito ao Autorreconhecimento na reafirmação étnica na região do Tapajós, Santarém-PA.** Revista Ciências da Sociedade (RCS), 3 (5): 169-186.

MENDES DA SILVA, C. 2018. **A Vitoriosa Sobrevivência dos Indígenas da Amazônia.** Curitiba, Appris Editora e Livraria Eireli - ME.

NAHOUN-GRAPPE, V. 2005. **Introduction. Le jugement de qualité.** In: Nahoun-Grappe, V.; Vincent, O. (Orgs.), **Le gout des belles choses: ethnologie de la relation esthétique.** Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, pp.1-8.

NORRILD, J. 2005. **Patrimônio: características y usos.** In: Schlüter, R.; Norrild, J. (Orgs.), **Turismo y patrimonio em el siglo XXI.** Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos: 11-26.

PÉREZ-JUEZ GIL, A. 2002. **La proyección social del patrimonio arqueológico: el yacimiento como recurso turístico.** (Thesis doctoral). Madrid, Universidad Autónoma de Madrid.

QUINN, E. R. 2004. **Excavating "Tapajó" Ceramics at Santarém: Their Age and Archaeological Context.** (Doctoral Thesis). University of Illinois, Chicago.

RIBEIRO, M. 2018. **Territorialidade e práticas educativas: vozes que (re)significam a identidade cultural do território de uma Terra Indígena urbana.** Tese de Doutorado. Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa.

ROOSEVELT, A. C. 1990. **The developmental sequence at Santarem on the Lower Amazon, Brazil.** Report to the National Endowment for the Humanities, Washington, DC.

SCHAAN, D. P. 2014. **Salvamento Arqueológico do Sítio PA-ST-42: Porto de Santarém - Anos III e IV. (Relatório Final).** Universidade Federal do Pará/Companhia Docas do Pará (CDP), Belém, Pará.

\_\_\_\_\_. 2015. **A Indústria Cerâmica dos Tapajó.** In: Schaan, D.P.; Alves, D.T. (Orgs.), **Um porto, muitas histórias: arqueologia em Santarém.** Gráfica Supercores, Belém, Pará, 101-114.

SOARES, A.; OLIVEIRA, F. 2015. **Turismo e direito como estratégias de preservação do patrimônio cultural arqueológico: o caso tapajônico.** Revista Confluências Culturais – Memórias e paisagens: percepções patrimoniais, Joinville, 4(2):47-58.

SILVA, F. 2011. **Patrimônio arqueológico em terras indígenas: algumas considerações sobre o tema no Brasil.** In: Ferreira, L.; Ferreira, M. & Rotman, M. (Orgs.), *Patrimônio cultural no Brasil e na Argentina: estudos de caso.* São Paulo, Annablume, 193-218.

SILVA, L. 2014. **Arqueologia Indígena: protagonismo ameríndio, interlocução cultural e ciência contemporânea.** Cuiabá, Carlini & Caniato Editorial.

STOTTMAN, J. M. 2010. **Archaeologists as activists.** In: Stottman, J. M. (Ed.), *Can archaeologists change the world?* University of Alabama Press, Tuscaloosa.

WAIWAI, J. 2017. **Levantamento Etnoarqueológico sobre a cerâmica Konduri e ocupação dos WaiWai na região da Terra Indígena Trombetas-Mapuera (Pará, Brasil).** Monografia. Santarém, Universidade Federal do Oeste do Pará.

WANDERLEY, E. 2016. **É Pote de Parente Antigo.** Jundiaí, SP, Paco Editorial.



# ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA REGIONAL NO SERTÃO ALAGOANO: O CASO DO SÍTIO TELHA, BELO MONTE, BRASIL

## REGIONAL ARCHAEOLOGY OF STUDIES IN THE SERTÃO ALAGOAN: THE CASE OF TELHA SITE, BELO MONTE, BRAZIL

**Sebastião Lacerda de Lima Filho**<sup>142</sup>  
arqueologiasebast@yahoo.com.br

**Karina Lima de Miranda e Pinto**<sup>143</sup>  
kflordelotus@hotmail.com

### RESUMO

O presente texto tem a intenção de divulgar os resultados dos trabalhos de arqueologia regional realizados em áreas do sertão alagoano, como parte de atividades de caráter preventivo na região de Belo Monte – AL, no ano de 2015. Trata-se da identificação e documentação de um sítio multicomponencial do tipo abrigo sob rocha, encontrado na zona rural do município supracitado. No mesmo, identificaram-se vestígios arqueológicos em superfície do tipo: pinturas rupestres, bases fixas de polimento/dormentes e material cerâmico, em associação. Consideramos oportuna sua divulgação pela possibilidade de identificação de outras áreas promissoras na região. Rastreamento outros nichos de ocupação, pretende-se construir um perfil interpretativo baseado nas reflexões decorrentes da Arqueologia Ambiental e Arqueologia Regional.

**Palavras-Chave:** Arqueologia Regional e Ambiental; Sítio Multicomponencial.; Belo Monte – AL.

### ABSTRACT

This paper intends to disseminate the results of regional archaeology carried out in areas of the Alagoan sertão, as part of preventive activities conducted in the region of Belo Monte – AL, in 2015. The work included the identification and documentation of multicomponential site found in a rock shelter, located in the rural area of the city. In the same are archaeological vestiges of the type: rock art, fixed bases of polishing and ceramic material in association. This material is on the surface. We consider it timely its disclosure, for the possibility of identifying other promising areas nearby. By tracing other niches of occupation, it is intended to construct an interpretive profile based on the reflections derived from Environmental Archaeology and Regional Archaeology.

**Keywords:** Regional and Environmental Archaeology; Multicomponential; Belo Monte Site – AL.

---

<sup>142</sup> Postdoctorando em Antropología/Arqueología en Instituto de Investigaciones Historico-sociales – IIHS / Universidad Veracruzana – UV, México.

<sup>143</sup> Doutora em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – PROARQ/UFS, Universidade Federal de Sergipe – UFS, Brasil.

## INTRODUÇÃO

Durante atividades de caráter preventivo realizadas no ano de 2015 no sertão alagoano, pudemos identificar diferentes tipos de sítios arqueológicos nessa unidade de pesquisa. Dentre eles, destacamos os sítios com registros gráficos encontrados na área de interface entre os municípios de Jaramataia e Batalha, ambos no estado de Alagoas. A ampliação dos estudos para outras zonas específicas permitiu a identificação do sítio chamado pela população local de Sítio Telha.

Em um primeiro momento, realizamos uma série de buscas no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN (CNSA-IPHAN), na tentativa de rastrear outros sítios arqueológicos. Entretanto, não encontramos dados sobre essa área em particular. Posteriormente, soubemos que o referido sítio já havia sido observado e registrado com o nome de Sítio Telha, pelo arqueólogo Henrique Pozzi durante o período que trabalhou no IPHAN/AL. Buscamos na bibliografia especializada e não encontramos material de divulgação científica sobre o mesmo, o que nos levou a realizar esse novo trabalho de documentação, tendo em conta a expressividade do sítio em termos arqueológicos, bem como os diferentes tipos de evidências encontradas durante as atividades de prospecção e documentação local/regional

O Sítio Telha corresponde a um abrigo sob rocha do tipo arenítico, localizado próximo a um riacho que corta toda a área estudada, inserindo-se em um nicho ecológico típico de áreas de caatinga, com recursos variados, a citar áreas de captação de recursos. Apresenta diferentes tipos de vestígios arqueológicos, desde pinturas rupestres de coloração avermelhada associadas a bases fixas de pilão (bases de polimento/dormentes) e cerâmicas em superfície. Este sítio está implantado numa feição geomorfológica do tipo Boqueirão (*canyon*)<sup>144</sup>, e observa-se o afloramento de outros suportes rochosos em áreas próximas, onde acreditamos que sejam necessárias futuras pesquisas intensivas.

Portanto, esse estudo objetivou ampliar o quadro de dados sobre a arqueologia regional, permitindo análises parciais dessas evidências e do entorno do Sítio Telha,

---

<sup>144</sup>O termo *Canyon* ou *Boqueirão* – utilizado para a área direta dos sítios – como varia na literatura especializada, trata-se de um termo regional usado no Nordeste do Brasil para as aberturas ou gargantas estreitas cortadas, por vezes, em serras por onde passa um rio. O termo boqueirão é usado na geomorfologia descritiva seguido, porém, da explicação genética do acidente e grau de elevação e declives (GUERRA, 2003; KESTERING, 2007; LIMA FILHO, 2013).

alinhando com novos dados proporcionados pelas pesquisas de caráter ambiental e regional. Feito esses procedimentos de registro, percebeu-se o rico patrimônio local, bem como seu atual estado de degradação. Boa parte das pinturas rupestres encontra-se exposta uma série de fatores que vêm contribuindo de maneira intensa para a perda de informação. Enfatizamos a necessidade de mais pesquisas para uma melhor compreensão dessas e de outras ocupações do sertão alagoano.

### **CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ESTUDOS DOS REGISTROS GRÁFICOS NO NE BRASILEIRO**

Os estudos de registros gráficos ganharam importância no Brasil em meados da década de 60 do século XX, e no NE brasileiro, apenas na década de 1970, com as missões franco-brasileiras no Estado de Minas Gerais e na região Sudeste do Piauí. Não há grandes referências desse tipo de estudo no sertão alagoano, a não ser por trabalhos isolados de caracterização de alguns sítios, esses por si só, também isolados, necessitando de projetos, portanto, que visem o estudo técnico-científico e prospecções intensivas em todo o estado. A partir da pesquisa e da geração de bancos de dados, outros pesquisadores poderão sintetizar os resultados de suas áreas de pesquisa e ampliar o quadro de informação tanto em escala regional quanto nacional. Trabalhos dessa natureza, tendo esse tipo de cultura material como foco, permitirão ainda que se crie quadros relativamente completos de referências, com as diferentes manifestações, bem como suas distribuições no território alagoano.

A identificação de registros rupestres é um forte indício da presença, ou da passagem, de grupos pré-coloniais em uma determinada região. Os mesmos podem ser encontrados em grutas, boqueirões, paredes de abrigos ou em outros tipos de suporte. São produzidos sobre a superfície de rochas que, em muitos casos, não podem ser transportadas. SCHMITZ *et al.* (1987) compreendem arte rupestre como “as mais variadas expressões gráficas produzidas em suportes rochosos, do tipo grutas, paredes de abrigos, rochas isoladas ou agrupadas em campo aberto, ou em outro tipo qualquer de suporte”.

As primeiras pesquisas sobre pinturas rupestres na região Nordeste do Brasil não tinham contexto arqueológico desvendado. Estavam ligadas, exclusivamente, a descrições. Levavam-se em consideração as características gerais desses grafismos e sua dispersão espacial nos suportes (MARTIN, 2008).



Na tentativa de ordenar esses vestígios, Guidon (1989) sugeriu uma classificação preliminar. Os grafismos da região Nordeste do Brasil foram divididos, então, em quatro grupos de registros gráficos. As pinturas foram segregadas em três tradições: Nordeste, Agreste e Geométrica. As gravuras, na tradição Itacoatiara.

Com essa classificação inicial começaram os estudos sistemáticos dos registros rupestres. Pesquisas arqueológicas realizadas nas últimas décadas permitiram desvendar, no Parque Nacional Serra da Capivara, um contexto arqueológico que tem sido importante para os estudos desses vestígios em todo o NE brasileiro. Este contexto, segundo Pessis (1992), “determinou a necessidade do estabelecimento de parâmetros mais afinados que aqueles utilizados na classificação preliminar” (KESTERING, 2007).

A classificação preliminar e o contexto arqueológico desvendado fomentaram o estabelecimento de critérios para o reconhecimento dos registros rupestres e de sua autoria social. Alguns deles apresentam características que permitem relacioná-los com objetos, com animais, com humanos, com plantas e com braços, mãos ou pés. Nesse trabalho, esses grafismos são considerados conhecíveis. Há outros que somente são identificados nas recorrências, por comparação ou por exclusão de temas representados. A esses, no presente trabalho, considera-se como reconhecíveis (zoomorfos, antropomorfos, fitomorfos, detalhes anatômicos). Outros há, ainda, que, por perda de partes ou distribuição informe da tinta, não são reconhecíveis. Chama-se a eles de irreconhecíveis.

Ao serem identificados, desde as primeiras décadas deste século, os registros gráficos pré-coloniais estiveram sob análise de diferentes abordagens e de pesquisadores com diferentes vieses de reflexão. Assim, duas vertentes principais surgiram no estudo e caracterização desses universos gráficos. Essas abordagens proporcionaram procedimentos analíticos diversificados e foram chamadas, segundo Pessis (1992), de abordagem clássica e abordagem arqueológica.

Segundo a autora, a primeira abordagem entende os grafismos rupestres “como um objeto de estudo em si” e a segunda considera-os “como uma fonte de dados da pesquisa em pré-história e, portanto, sua análise está estreitamente ligada ao conjunto da pesquisa arqueológica”. Ambas consideram os registros rupestres sob quatro aspectos: cronologias, significados, descrições e interpretações (SANTOS, 2012).

A abordagem clássica dominou o cenário durante muito tempo. Pela diversidade e quantidade de pinturas rupestres descobertas nas mais variadas regiões do Brasil, ela permitiu uma série de considerações sobre o significado dessa categoria de vestígios. Essa abordagem avaliava o valor estético das manifestações rupestres e buscava analogias com outros conjuntos espalhados pelas mais variadas regiões do planeta. Pela dificuldade em se estabelecer cronologias para esses vestígios, os pesquisadores desenvolveram categorias comparativas e trabalharam com um universo atemporal. O que levavam em consideração nessas análises era a produção gráfica final observada sem proporem uma escala temporal para essas manifestações. Contudo, observa-se que nessa abordagem clássica havia uma ausência de explicação quanto ao processo de produção gráfica. Levava-se em consideração apenas análises sincrônicas dos grafismos (PESSIS, 1992; KESTERING, 2007; LIMA FILHO, 2013).

No que se refere à abordagem de caráter arqueológico, as pinturas e as gravuras rupestres são compreendidas e analisadas como registros gráficos e atuam como fonte de dados para a pesquisa pré-colonial em todo o seu universo. Para tal, elas devem ser pesquisadas com o objetivo de fornecer reais contribuições à pesquisa arqueológica. Devem atuar na construção de novos modelos explicativos, na formulação de novas hipóteses e também devem estar associadas a outros vestígios materiais de populações pretéritas para uma melhor contextualização nesse referido universo vestigial.

Ainda que se tenha em mente que todos os discursos sobre os eventos do passado são construções do presente, há certo limite para esse tipo de reflexão. Nos estudos dos registros gráficos isso parece ser muito mais difícil de realizar. As pesquisas até o presente momento permitem que se chegue próximo aos autores dos grafismos, mas não dão elementos para se deduzir o que pensavam. Isso de fato só será possível com a junção de outros elementos da cultura material, deixados pelos mesmos (LIMA FILHO, 2013).

Os grafismos rupestres possibilitam delinear características culturais dos grupos que ocuparam um determinado espaço. Ao serem entendidos e estudados como parte de um sistema de comunicação social, eles fornecem informações sobre parte do comportamento dos grupos porque são representados a partir de quadros simbólicos de seus autores. As temáticas das pinturas são o resultado de pensamentos e da compreensão do mundo dos autores. Para reconhecê-los classificam-se os seus registros.

## PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Na pesquisa relacionada à Área de Influência Indireta (AII) do projeto preventivo intitulado “Projeto de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica, Avaliação de Impactos e Educação Patrimonial nas áreas de influência da exploração minerária Belo Monte – AL”/Processo n.º 01403.000051/2015-56, que compreende o município de Belo Monte, procuramos identificar sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos. Encontramos um sítio com registro rupestre no povoado Telha, em Belo Monte.

Para complementar a pesquisa, apresentamos também alguns sítios que não estão dentro da AII, mas que servem de parâmetro para entendermos a ocupação da região que compreende o sertão de Alagoas. Mapeamos dois sítios com registros rupestres: uma margem do rio Traipú (entre Batalha e Jaramataia), e outro em um município próximo, Pão de Açúcar (complexo rupestre).

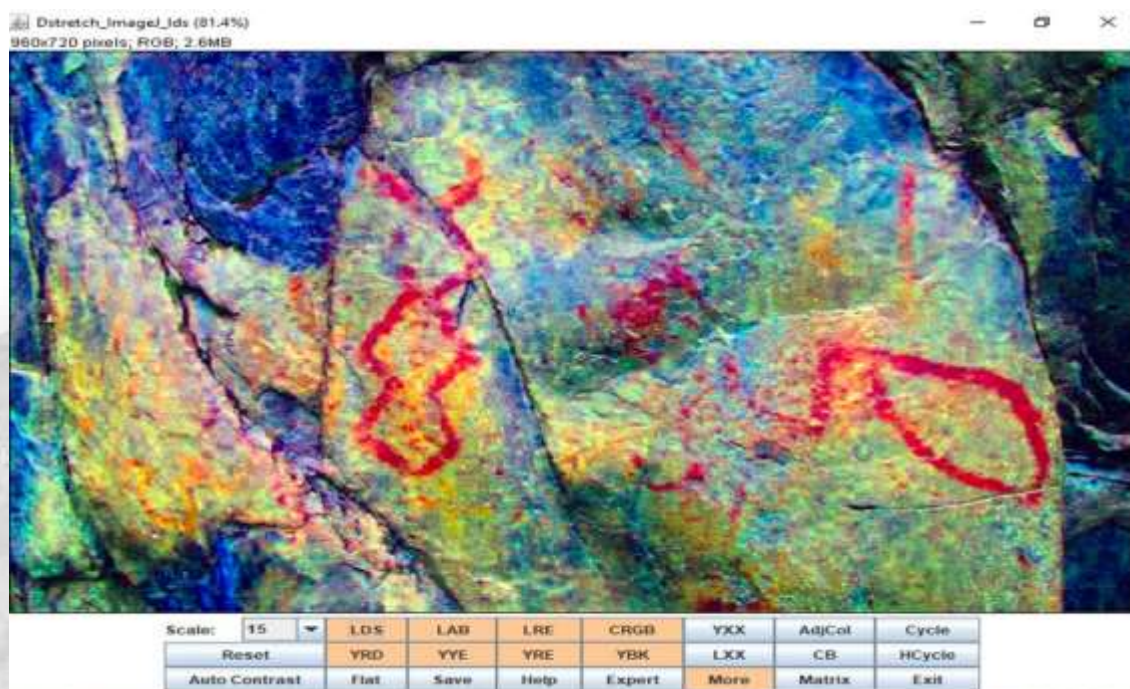
Realizamos alguns procedimentos operacionais que são fundamentais no estudo e caracterização de sítios com registros gráficos. Esses procedimentos permitem que seja levantada a maior quantidade de informação sobre os sítios estudados. A metodologia utilizada começa desde o levantamento sobre a presença de sítios até à documentação e registro direto do(s) mesmo(s) *in situ*.

O cadastro dos sítios arqueológicos foi realizado em fichas de campo, seguindo o modelo proposto por Lima Filho (2013/2016) e Kesting (2007). Algumas adaptações foram feitas na Ficha de Cadastro de Sítios do IPHAN para suprir algumas brechas de dados e para atender as particularidades da pesquisa.

Os sítios foram georreferenciados e os dados encaminhados para o CNSA/IPHAN. Foram registradas informações como comprimento, estado de conservação dos sítios e dos painéis rupestres caracterizados.

Fez-se o levantamento imagético com câmeras fotográficas digitais, de diferentes modelos. O registro fotográfico a cores foi o instrumento/meio adotado como recurso analítico para identificação dos grafismos, uma vez que se considerou a necessidade de preservar esse patrimônio. A técnica principal de documentação dos registros gráficos é de fato a fotografia colorida. É importante frisar que o registro e preservação digital de um conjunto de manifestações gráficas é, em si, uma forma de as preservar.

Para o melhoramento das imagens digitais utilizou-se o software *Dstretch* pela capacidade de resgate de tonalidades (pigmentos), já bastantes degradados nos painéis rupestres. Este software permite ainda que elementos de coloração diferenciados sejam resgatados de suportes que receberam o aplique de cores em diferentes momentos e que se conservaram direta ou indiretamente ao longo do tempo (Fig. 01).



**Figura 1** – Imagem de painel rupestre da região melhorado com software DStretch/Imagem. (Fonte: Aplicação do software por parte dos autores, 2019)

## **SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO SERTÃO ALAGOANO: CONTEXTO REGIONAL**

**Sítio Pedra das Mãos I e II** – Trata-se de dois pequenos sítios de caráter pré-colonial situados, respectivamente, na média e na alta vertente de uma formação geomorfológica do tipo serrote, em uma altura que varia entre 8 e 12 metros a partir da cota do terreno atual. Estes sítios localizam-se próximo à Fazenda São Romão, na Serra das Mãos, zona rural de Jaramataia – AL (“Pedra das Mãos I”: SAD69 24L – 8921749, 719602, altitude 128m; Pedra das Mãos II”: SAD69 24L8921758, 719545, altitude de 133m ) (Fig. 02). Ambos os sítios estão implantados em uma espécie de Boqueirão (*canyon*) cortado por escarpas e tallús sinuosos, e rodeados por uma vegetação de caatinga arbustiva densa, pelo menos nas áreas de média e alta vertente. O regime de chuva local

é transitório, embora o rio Traipu seja temporariamente abastecido por outros riachos e lagunas que podem ser mapeados em toda a região, o que configura toda a área com ampla e diversificada presença de brejos, onde a fauna e a flora puderam habitar e se reproduzir. Não é incomum encontrarmos preás, mocós, e uma ampla diversidade de pássaros e lagartos, bem como serpentes e insetos (abelhas, vespas e tantos outros). Por se tratar de uma região propícia a fixação de grupos no ambiente, a mesma configura-se como um verdadeiro “oásis” em meio a uma paisagem que normalmente passa por constantes estresses hídricos pelas secas prolongadas e com uma vegetação espinhosa de xerófitas (Fig. 02 e 03).



**Figura 2** – Vista geral do Sítio Pedra das Mãos I e sua inserção na paisagem. (Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015)



**Figura 3** – Equipe de pesquisa vistoriando o Sítio Rupestre Pedra das mãos II. (Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015).

**Complexo Rupestre de Pão de Açúcar** - Os sítios com registros gráficos da região de Pão de Açúcar apresentam uma ampla variedade de grafismos. Estes sítios implantam-se em zonas escarpadas, tendo como suporte blocos rochosos, formando o que chamamos de complexo rupestre. Quanto à localização, a região situa-se a  $09^{\circ}44'31''$  de latitude Sul e  $037^{\circ}26'23''$  de longitude Oeste, no sertão do estado de Alagoas, distando 220 quilômetros da capital Maceió, às margens do rio São Francisco. O município apresenta vários sítios arqueológicos com pinturas rupestres, com pigmentos predominantemente vermelhos (GONTIJO, 2006).

Dentre os sítios caracterizados e estudados de maneira preliminar, em monografia de graduação de Daniel Gontijo (2006), destacamos:

**Bom Nome** – Localizado a  $09^{\circ}32'42,7''S$  e  $037^{\circ}36'00,9''W$ , em lugar de difícil acesso. Apresenta figuras pintadas no granito, com a superfície preparada (polida) para receber as pinturas de cor predominantemente vermelha, onde aparecem pirogas, tridáctilos, triângulos e ‘zoomorfos.

**Cuidado** – Localizado a  $09^{\circ}35'08,7''S$  e  $037^{\circ}35'04,6''W$ , apresenta pinturas, também em superfície de granito polida, de figuras de tridáctilos, linhas paralelas e uma figura curvilínea com dois traços paralelos (serpentiforme), todos na cor vermelha.

**Ilha dos Cavalos I** – Localizado a  $09^{\circ}42'35,4''S$  e  $037^{\circ}31'06,4''W$  Oeste, este sítio, de baixa conservação, apresenta uma figura cupuliforme com círculos sobrepostos com alguns ornamentos em volta e uma figura não identificada, todos na cor vermelha e também pintados em superfície de granito previamente polida.

**Ilha dos Cavalos II** – Distante 1,1 quilômetros do Ilha dos Cavalos I e localizado a  $09^{\circ}42'01,5''S$  e  $037^{\circ}31'13,2''W$ , este sítio, também de má conservação, apresenta figuras não identificadas de cor vermelha, pintadas em superfície de granito polida.

**Morro de Lampião** – Localizado a  $09^{\circ}32'11,7''S$  e  $037^{\circ}37'04,1''W$ , este sítio de alto grau de conservação apresenta vinte e sete figuras pintadas em superfície de granito previamente polido, com predominância da cor vermelha, mas também apresentando a cor branca.

**Cosmezinho** – Este sítio está localizado no leito de um riacho, a  $09^{\circ}34'14,6''S$  e  $037^{\circ}36'14,2''W$ , e apresenta sessenta e quatro figuras pintadas em superfície de granito previamente polida, com predominância da cor vermelha, mas também apresentando as cores preta, amarela e branca.

Por suas características e diversidade de motivos, técnicas e cores, bem como pela relação de suas imagens, três tradições são identificáveis nos sítios de Pão de Açúcar: a Tradição Geométrica Setentrional (Itacoatiaras), a Tradição São Francisco, e sub tradição Sobradinho, pertencente à Tradição Agreste (GONTIJO, 2006) (Fig. 04 e 05).



**Figura 4** – Sítio Bom Nome, Pão de Açúcar – AL. (Fonte: GONTIJO, 2006).



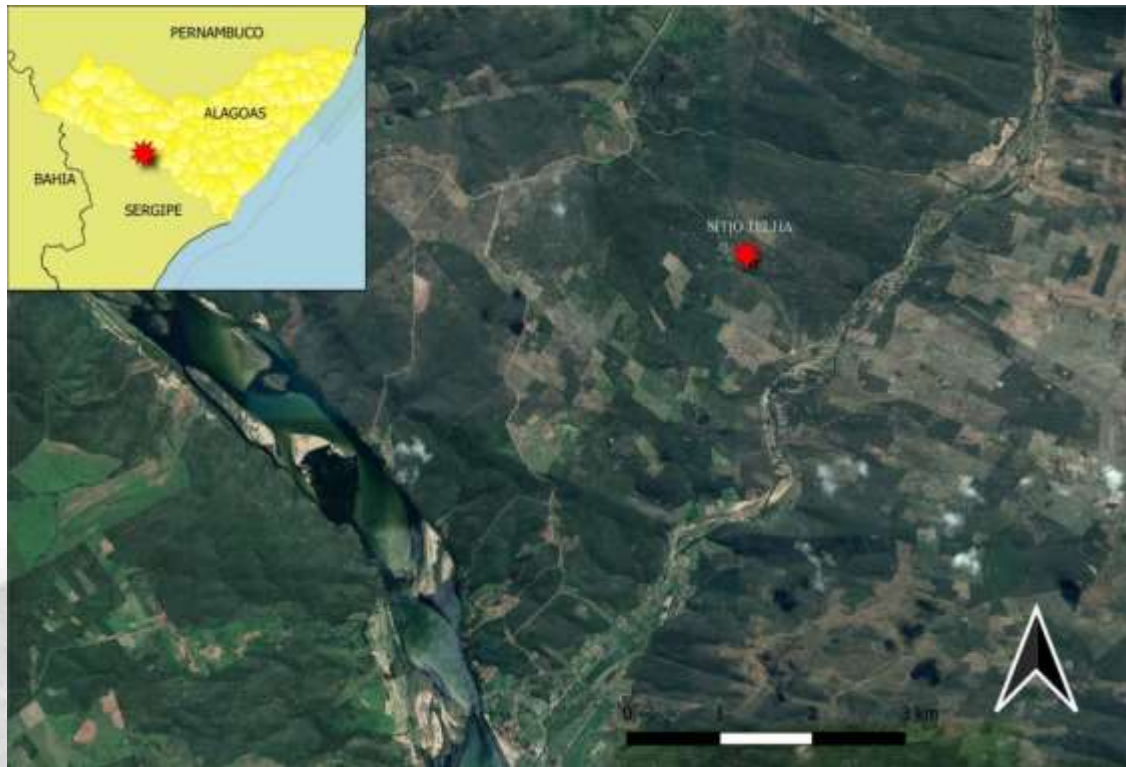
**Figura 5** – Sítio Morro de Lampião, Pão de Açúcar – AL. (Fonte: GONTIJO, 2006).



## SÍTIO ARQUEOLÓGICO TELHA

Trata-se de um sítio multicomponencial pré-colonial, localizado na fazenda Bom Sucesso, povoado Telha, no Município de Belo Monte – AL. O Sítio Telha encontra-se a aproximadamente 1km da sede da fazenda. Os acessos ao local são relativamente bons, havendo picadas e trilhas que permitem ao visitante, explorador ou pesquisador alcançá-lo. Ele nos foi dado a conhecer apresentado pelo Sr. Geraldo Bezerra da Silva durante os trabalhos de pesquisa para contextualização da região no âmbito do levantamento da AII. O sítio se apresenta numa formação do tipo abrigo sob rocha, onde são visíveis painéis rupestres, muitos em estado avançado de degradação devido a processos físico-químicos e também por agentes bióticos e abióticos. Outros tipos de artefatos arqueológicos, como bases fixas de pilões e material cerâmico ocorrem também na superfície do abrigo. Destacamos que pela significância e diversidade de material, o referido sítio apresenta potencial arqueológico para trabalhos futuros de prospecção e escavação, e também para a sua integração no contexto arqueológico regional (Fig. 06).

O Sítio Telha possui destaque na paisagem, não apenas pela sua localização na média vertente do vale, a aproximadamente 800m da margem do rio Ipanema – que corta toda a região – mas também pela quantidade e variedade de material arqueológico evidenciado durante os trabalhos de contextualização arqueológica da região de Belo Monte (Fig. 06 a 10).



**Figura 6** – Imagem de satélite da localização do Sítio arqueológico Telha. (Fonte: Google Earth – 2015).



**Figura 7** – Vista parcial do Sítio arqueológico Telha apresentando uma formação do tipo abrigo sob rocha. (Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015)



**Figura 8** – Painéis de pintura rupestre encontrados no Sítio Telha, muitos em estado avançado de degradação por uma variante de fatores. (Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015)



**Figura 9** – Painéis de pintura rupestre encontrados no Sítio Telha, muitos em estado avançado de degradação por uma variante de fatores. (Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015)



**Figura 10** – Painéis de pintura rupestre encontrados no Sítio Telha, muitos em estado avançado de degradação por uma variante de fatores. (Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015)

As coordenadas do Sítio Telha são as seguintes: 9°49'52.67"S/37°13'19.60"O; Sua altura relativa em relação ao nível do mar é de 120m; as medidas do abrigo são: largura: 50m, altura do painel rupestre: 9m; altura da área abrigada (linha de chuva): 4,10m (Fig. 11). Trata-se de um típico abrigo sob rocha<sup>145</sup> que permitiria, pela vistoria prévia, constituir um acampamento ou até mesmo moradia de grupos humanos, tanto pré-coloniais, que habitaram e interagiram na região, como do período de contato ou pós-contato. Enfatizamos essas observações por perceber a diversidade de elementos na paisagem que facilitariam essa fixação ou permanência. Destacamos ainda a necessidade

---

<sup>145</sup> Consideramos Abrigo Sob rocha uma cavidade natural, geralmente pouco profunda, afetando um estrato ou camada rochosa mais porosa e mais friável que aquelas situadas acima e abaixo. Também encontramos esse tipo de formação em rochas cristalinas, por exemplo, não tem estratos nem camadas; se for um abrigo sob rocha granítico, os mecanismos de formação poderão ser outros diferentes dos que são os aqui mencionados. Pode ser um abrigo resultante de erosão fluvial, num sistema de tipo canyon, estando a formação do abrigo unicamente ligada à erosão provocada pela água e não às características da rocha... Deste modo, não creio que esta definição seja aqui necessária. In. **Dicionário de Termos Arqueológicos**. Recôncavo Arqueológico/Grupo de Pesquisa – UFRB, 2006.

de trabalhos de prospecção no entorno do abrigo e nas encostas e sopés dos serrotes e do *canyon* das imediações para ampliação do quadro de informação extra sítio (quadro de dados de tipo macro e micro local).



**Figura 11** – Processo de documentação e registro do Sítio Telha, destacando na foto o procedimento de medição e registros dos painéis rupestres evidenciado. (Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015)

Pelo caminhar na área direta do sítio, enfatizamos a necessidade e urgência de trabalhos de escavação e análises, tanto na zona direta, área protegida quanto nas zonas de interface. Nesse aspecto, linhas de estudo como as abordadas pela arqueologia ambiental e arqueologia da paisagem ganham significância para compreensão do(s) grupo(s) que habitaram toda a região em apreço.

Vertentes teóricas como Arqueologia Ambiental e Arqueologia da Paisagem podem dar suporte para o entendimento da estadia desses grupos nesses lugares. Em linhas gerais, a Arqueologia Ambiental busca estabelecer a relação entre homem e meio ambiente considerando além da cultura material, o espaço geográfico e seus elementos bióticos e físicos (HIROOKA, 2003). Enquanto, a Arqueologia da Paisagem observa a

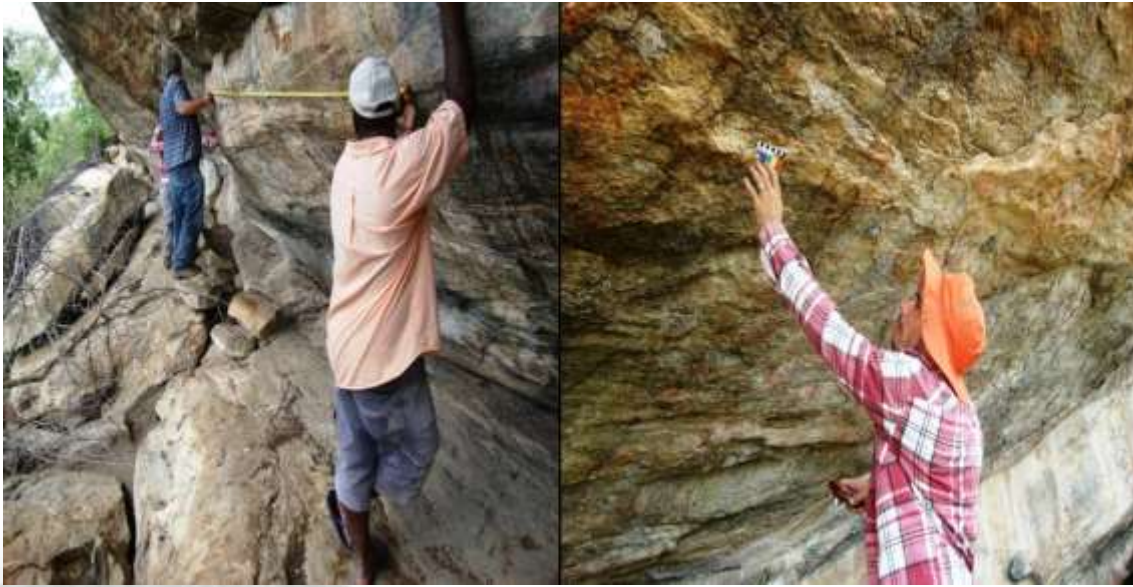
relação dos grupos pretéritos com o ambiente, sendo por influências naturais/ambientais; sociais; culturais; espirituais/simbólicas. O ambiente, sobretudo nesta abordagem, é uma construção humana resultado da interação dos diversos elementos (MACHADO & VASCONCELLOS, 2007).

Os trabalhos de caminhamento, vistoria e documentação da parcela superficial do sítio demonstram a necessidade de pesquisas intensivas em toda a região, ampliando com isso o quadro de informações necessárias para compreensão das dinâmicas e interações sociais que possam ter ocorrido em toda a área. Intensificando esse tipo de atividade na área direta e também no entorno, rastreando áreas de captação de recursos, bem como, outros nichos ecológicos próximos, informações sobre escolhas, particularidades, continuidade ou permanência podem ser tornar questões chaves para compreensão do sítio e dos prováveis indivíduos que o utilizaram. Isso gerará informações e poderá enriquecer um banco de dados sobre o potencial e o contexto arqueológico do sertão alagoano. Destacamos que outros dois sítios com pintura rupestre já foram identificados na região limítrofe de Jaramataia e Batalha. O contexto ambiental e paisagístico parece ser semelhante, embora o tipo de suporte escolhido para a prática gráfica seja diferente, nesse caso a dominância rochosa era do tipo arenito-granito. Embora, saibamos que a escolha ou o tipo de suporte é apenas um elemento que compõe o contexto e as particularidades de cada grupo.

No que se refere aos tipos de materiais arqueológicos identificados no Sítio Telha destacamos que há uma predominância de painéis rupestres ou arte parietal<sup>146</sup> como já apresentado nas imagens anteriores, seguidos por bases fixas de pilão ou bases de polimento (Fotos 12, 13 e 14), também identificadas na área direta do Sítio Pedra das Mãos na região de Jaramataia e Batalha. A grande particularidade e diferenciação dos sítios Pedras das Mãos I e II para o Sítio Telha estão justamente no segundo caso, pela proximidade desses vestígios com os painéis rupestres. Vistoriando o local, pode-se perceber e pensar na facilidade com que o pintor ou pintores puderam ter preparado e também realizados todos os procedimentos de confecção da arte rupestre local desde a preparação da tinta até sua inserção no suporte rochoso.

---

<sup>146</sup>Por definição, ela encontra-se nas paredes das grutas, dos abrigos, nas falésias ou nos blocos rochosos muito grandes, não móveis. Por extensão, incluem-se neste termo as obras gravadas na argila do solo nas grutas ou as modelagens presas ao solo. In. **Dicionário de Termos Arqueológicos**. Recôncavo Arqueológico/Grupo de Pesquisa – UFRB, 2006.



**Figura 12**—Vista geral das bases fixas de pilão ou bases de polimento próximas aos painéis rupestres. (Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015)



**Figura 13 e 14**—Vista das bases fixas de pilão ou bases de polimento próximas aos painéis rupestres. (Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015)

Infelizmente, por fatores físico-químicos como vento, sol, chuva, sais filtrados da rocha (salitre), e também os fatores bióticos e abióticos como urina e fezes de animais, casas de térmitas, casas de abelhas (Maria Pobre, maribondo e outros), e os fatores antrópicos como a supressão da vegetação da área direta do sítio, por caçadores locais que utilizam a área central do sítio como acampamento, realizando fogueiras, gerando fumaça e combustão, assim como o descarte de resíduos e também a retirada de blocos para a construção civil no povoado Telha, vem atuando como fatores dominantes no que tange ao desaparecimento de uma parcela significativa desse tipo de evidência.

É importante frisar que pela exposição direta no ambiente, as pinturas entram em processos de desaparecimento acelerado. Somado ao tempo e à ação de demais fatores, esses vestígios, diferentemente das bases fixas de pilão na rocha, ou os fragmentos cerâmicos identificados, tendem a esvanecer com uma maior facilidade. É justamente a exposição, a fragilidade dos suportes e também da pigmentação, ora protegida ora exposta, que esse desaparecimento acelerado se torna corriqueiro e efetivo (Fig. 15, 16 e 17).



**Figuras 15, 16 e 17** – Principais fatores de degradação dos painéis rupestres do abrigo. (Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015)

A respeito dos fragmentos de cerâmica evidenciados, trata-se de material do tipo pré-colonial, consideramos essa caracterização prévia pela vistoria de alguns



pedaços, onde observamos o tipo de queima, matéria-prima, espessura e também tamanho. Há fragmentos dispersos em várias partes do abrigo (Fig. 18 e 19). É bastante provável que o local tenha sido abrigado por expressivos períodos de tempo, configurando como um espaço de permanência, vivência ou apenas como área de passagem prévia pelas mais diferentes populações. Levantamos essa indagação, pelo tipo de local e sua área de destaque na paisagem, os variados tipos de materiais evidenciados durante a vistoria, e pela presença de todos os elementos básicos a sobrevivência de grupos no lugar, como água, fauna e flora abundante, e áreas para captação de recursos, para elaboração de ferramentas, produção da cerâmica e também pinturas nas paredes do abrigo. É relevante citar que o sítio em questão apresenta os mesmos elementos característicos de áreas de ocupação contínua (MARTIN, 2008) encontrados na região do Parque Nacional Serra da Capivara, região Sudeste do Piauí, levantando a possibilidade de escavações para tentar posicioná-lo no espaço e tempo e permitir a construção, entendimento e fixação do mesmo no quadro regional de pesquisa (Fig. 20, 21, 22).



**Figura 18 e 19** – Vista do material cerâmico evidenciado na área direta do Sítio Telha.  
(Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015)



**Figuras 20, 21, 22 e 23** – Vista do material cerâmico evidenciado na área direta do Sítio Telha. (Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015)

A região tem grande potencial para trabalhos em diversas vertentes teóricas na Arqueologia, além dos registros rupestres, há grande diversidade de cultura material que podem servir para traçar quadros mais completos sobre a vida desses grupos na região. É importante enfatizar que estudos mais aprofundados que explorem a cultura material associada aos paredões de Pintura Rupestre são inexistentes em Alagoas, sendo essa área de extrema importância para os estudos locais e regionais.

Para além dos estudos arqueológicos dos grupos pretéritos expresso nesses sítios, existe uma grande demanda da população local, quanto à valorização do sítio arqueológico Telha. Diversos grupos escolares, e moradores da região, fazem visitas ao espaço para conhecer e aprender um pouco sobre a pré-história alagoana.

Não existem trabalhos direcionados para atender o público local, onde haja um direcionamento para a prática de Educação Patrimonial, nem tampouco estudos que explorem a Arqueologia Pública, sendo essa de extrema importância para o entendimento por parte de arqueólogos a importância desses espaços para a população local (Fig. 24).



**Figura 24** – Equipe de pesquisa vistoriando a área do Sítio Telha nos trabalhos de documentação e registro. (Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2015)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As pesquisas na região de Belo Monte demonstraram-se produtivas pela identificação de sítios arqueológicos, que somados a um contexto maior, buscam ampliar o quadro de compreensão da dinâmica humana em escala espacial e temporal. A documentação e análise prévia do material encontrado no Sítio Telha chamam a atenção para aspectos culturais e utilização de espaços. Faz-nos pensar sobre as diferentes atividades realizadas por indivíduos em um espaço particular, mas também, nos permite pensar a vivência em todo o nicho ecológico foco desse trabalho. Este por si mesmo, completo de recursos naturais para fixação, interação ou passagem de grupo(s) pela região em especial.

Somado a esses recursos naturais/ecológicos encontramos ainda, a variedade das evidências que asseguram a utilização dessa feição geomorfológica em particular. Sejam atestadas pela presença do material cerâmico, pelas bases fixas de pilão e ao mesmo pelos grafismos rupestres que dominam boa parte do abrigo sob rocha. Constatamos o alto grau

de degradação dos painéis rupestres e necessitamos de medidas de conservação direta e indiretamente nas evidências. Somado a esses procedimentos, necessita-se de escavações e aberturas de sondagens na área direta e em zonas de interface para associar esses vestígios arqueológicos encontrados em superfície com outros prováveis pisos de ocupação em subsuperfície.

Destacam-se nesses tipos de formação, abrigos sob rocha, *canyons* com declives abruptos (boqueirões e grotas), onde as condições geoambientais permitiram a fixação, interação e vivência por parte de grupos pré-coloniais. Observações dessa natureza são realizadas não apenas pelas condições propícias ao desenvolvimento de nichos ecológicos e ecossistemas favoráveis a permanência humana (BUTZER, 2007). Na unidade de pesquisa em especial, observa-se que esses mesmos elementos foram favoráveis a escolha como zona de interação grupal, permitindo uma dinâmica e produção cultural não apenas no que tange aos registros gráficos, mas também a confecção e utilização de ferramentas líticas como atestam os conjuntos documentados. Esse tipo de realidade arqueológica, em que se pode rastrear uma diversidade de vestígios materiais, pode ser estudado do ponto de vista de lugares persistentes, como atestam os trabalhos de BUTZER (2007), FAGUNDES & PIUZANA (2010), LIMA FILHO (2014); LIMA FILHO, SANTOS & RIBEIRO (2016).

A respeito das características onde os sítios rupestres estão localizados, destacamos que se trata de uma formação do tipo boqueirão composta por escarpas de arenito que cortam todo vale e que se levantam nos dois lados, estando ambas, separadas por riacho na parte central. Apresentam apenas 1 único sítio arqueológico multicomponencial com vestígios arqueológicos que variam de pinturas, bases de pilão e cerâmica. Encontra-se, inserido numa formação que domina o arenito com expressivas intrusões de conglomerados e outros afloramentos locais como o quartzo e o quartzito.

Como exemplo de Boqueirão na região em especial destacamos a área dos sítios arqueológicos no Boqueirão da Serra das Mãos I e II, localizado nas imediações do riacho Trairú. É oportuno chamar atenção para esse tipo de formação geomorfológica, pela variedade e quantidade, encontradas na região do agreste e em boa parte do sertão alagoano. Também, pelas mesmas apresentarem elementos ecológicos propícios a presença ou fixação humana por diferentes períodos de tempo. São áreas com clima agradável, água em abundância durante bons períodos do ano, vegetação que permite

abrigo e suportes rochosos que atuam como meios de proteção e permanência. Sem falar, é claro, na rica fauna local, composta de mocós (*Kerodon rupestris*), tatu peba (*Euphractus sexcinctus*), cutias (*Dasyprocta*), veados (*Ozotoceros bezoarticus*) e também uma expressiva variedade de aves e répteis como já apresentado anteriormente. Dessa forma, a região configura-se como um rico ecossistema para interação grupal e manutenção da vida e da cultura, como atestam não apenas os vestígios encontrados, mas a experiência vivenciada durante as atividades de prospecção e caracterização local/regional.

Alinhando o quadro de evidências *in loco*, podemos ampliar as reflexões e estudos para outras áreas do sertão alagoano. É fundamental termos um sítio guia para que análises contextuais intra e extra sítios possam ser efetivadas. Trata-se de alavancar pesquisas que contemplem outras zonas do estado e que possibilitem resgatar elementos do cotidiano dos indivíduos que habitaram essa região em especial. Quer-se construir conhecimento baseado na junção dos dados mapeados e na possível vinculação a uma autoria social.

Assim, consideramos oportuna a ampliação de estudos nessa região, pelo potencial de pesquisa e pela a mesma possibilitar dados para pensarmos uma arqueologia regional voltada para o público típico de zona de caatingas e climas semiáridos. Esse tipo de realidade permite que boa parte dos vestígios se conserve pelas condições excepcionais do lugar.

Dessa forma, conclamamos a superintendência do IPHAN de Alagoas, que intensifique trabalhos e projetos na região, com o objetivo de preservar e salvaguardar esses testemunhos, pela fragilidade e exposição dos mesmos. Os sítios pré-coloniais devem ser pesquisados e estudados pela expressiva quantidade de informação sobre os mais diferentes grupos que interagiram ou passaram no sertão alagoano. A junção de pesquisas e a diversidade de contextos, temas e reflexões oriundas desses estudos, permitirão traçar uma linha (ou linhas) sobre as ocupações humanas em Alagoas e sua continuidade ao longo do período colonial de ocupação, atuando como fio condutor para relacionar passado e presente. Feito isto, a história passada pode-se fazer presente, ampliando a noção de pertencimento e de importância do patrimônio arqueológico regional.

## REFERÊNCIAS

**BUTZER, K. W. 2007. Arqueología una ecología del hombre.** Barcelona: Bellaterra.

**CADASTRO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS – CNSA-IPHAN, 2015.** Acesso em: 20 de setembro de 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>

FAGUNDES, M. & PIUZANA, D. 2010. **Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas.** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, vol. 8, núm. 1, enero-junio, pp. 205-220. Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud Manizales, Colombia.

GONTIJO, D. M. 2006. **Um Primeiro Olhar Sobre a Arte Rupestre em Pão de Açúcar – Alagoas.** Monografia de Graduação (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Alagoas.

GUERRA, A. T. 2003. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

GUIDON, N. 1989. **Tradições Rupestres da Área Arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil.** CLIO Arqueológica, Recife, n. 5, p. 5-10.

\_\_\_\_\_. 1975. **Les Peintures Rupestres de Várzea Grande, Piauí.** Universidade de Sorbone, Paris, França, vol. 1.(Tese de Doutorado)

HIROOKA, S. S. 2003. **Arqueologia Ambiental: Uma interpretação ecológica das sociedades pré-históricas.** Caderno de Publicações Univag - Centro Universitário, nº 1, Várzea Grande.

KESTERING, C. 2007. **Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho.** Recife. UFPE. (Tese de Doutorado).

LIMA FILHO, S. L. de. 2013. **Pintura Rupestre: definição das fronteiras da subtradição Sobradinho – BA.** UFS. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Cristóvão, SE. (Dissertação de mestrado).

LIMA FILHO, S. L. SANTOS, D. B., RIBEIRO, M. C. 2016. **Nota Sobre a Presença de Sítios de Registros Gráficos no Grotão, Povoado São Pedro, Região de Santo Sé,**

PESSIS, A. M. 1992. **Identidade e Classificação dos Registros Gráficos Pré-Históricos do Nordeste do Brasil.** CLIO – Série Arqueológica, Recife, v.1 n.8.

SANTOS, P. A. 2012. **Sítios de registros Gráficos na Região de Jaguarari na Bahia.**

# MATERIALIDADE, MEMÓRIAS, TRADIÇÕES E ABANDONOS: PRODUÇÃO ATUAL DE OBJETOS TRANÇADOS NA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ENTORNO

MATERIALITY, MEMORIES, TRADITIONS AND ABANDONMENTS: CURRENT PRODUCTION OF WOVEN OBJECTS IN SÃO RAIMUNDO NONATO-PI AND TRADITIONAL COMMUNITIES AROUND

**Luara Ferreira Lima**<sup>147</sup>

luaraflima97@gmail.com

**Rodrigo Lessa Costa**<sup>148</sup>

rodrigo.lessa@univasf.edu.br

## RESUMO

O presente trabalho buscou resgatar em comunidades tradicionais do Sudeste do Piauí a prática da manufatura de objetos trançados em fibras vegetais, também conhecidos como cestarias. Observou-se ao longo de visitas e entrevistas com artesãos de três localidades rurais, uma delas no interior de um território quilombola, o Quilombo Lagoas, que a produção desse tipo de objeto permanece residualmente, utilizando-se de uma mesma técnica produtiva, o cruzado, bem como de uma mesma matéria prima, o cipó. A sobrevivência deste conhecimento depende exclusivamente da realização de ações de educação patrimonial e conscientização ambiental dentro das comunidades, de modo a restaurar a autoestima dos artesãos idosos e, sensibilizar as pessoas mais jovens, garantindo assim a transmissão desse conhecimento milenar.

**Palavras chave:** arqueologia do presente; fibras vegetais; cestaria; cultura-material; cadeia operatória.

## ABSTRACT

This paper intended to rescue inside Southeast Piauí traditional communities the practice of fiber plant woven objects manufacturing, also called basketry. During visits and interviews with artisans in three countryside communities, one of them a Maroon, named Lagoa das Emas, it was observed the production of this kind of technology continues just residually, the same technique is used, plated, as well the same raw material, a specific kind of vine. Survival of that knowledge depends exclusively of heritage education activities achievement, as well of an environmental awareness into the communities themselves in order to restore elderly artisans self-esteem and call attention to young people. That's the only way to guarantee that milenar knowledge preservation.

**Keywords:** archaeology of the present; fiber plant, basketry; material culture; chain of activities.

---

<sup>147</sup> Graduada em Arqueologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF.

<sup>148</sup> Doutor em Arqueologia pelo Museu Nacional (MN/UFRJ). Professor do Programa de Pós-graduação em Arqueologia e do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco- UNIVASF.

## **INTRODUÇÃO**

A velocidade descomunal com a qual novas tecnologias e produtos chegam as prateleiras dos shoppings e supermercados tem resultado no abandono de práticas tradicionais seculares ou até mesmo milenares. Alguns desses produtos e tecnologias ofertados pela modernidade, extremamente banais aos nossos olhos, como panelas de metal, facas, sacos e vasilhas plásticas, praticamente substituíram a cerâmica, todo o instrumental de pedra e o trabalho com fibras vegetais, que no âmbito arqueológico, através do estudo dos seus resíduos, possibilitam compreender a variabilidade cultural das sociedades pretéritas. Num contexto global, vivencia-se aquilo que, ao opor história e memória, Pierre Nora (1993) chama do fim das sociedades-memória, aquelas que asseguram a conservação e transmissão de valores, na medida que se valoriza a efemeridade da atualidade. Felizmente, algumas comunidades residentes em localidades rurais, afastadas dos grandes centros de consumo, preservam fragmentos desse conhecimento tradicional, por vezes incentivados pela possibilidade de obtenção de alguma renda complementar, garantindo que, por exemplo em períodos de seca, consigam acesso ao mínimo para sua subsistência.

Sendo assim, esta pesquisa teve por objetivos registrar e documentar a produção de objetos trançados em fibras vegetais (também conhecidos por cestaria), bem como as técnicas e matérias-primas utilizadas para este fim por artesãos da cidade de São Raimundo Nonato e zona rural do município de São Lourenço do Piauí. Pretendeu-se ainda, classificar de acordo com a técnica empregada (torcido, costurado, cruzado) os objetos analisados (Cf. ADOVASIO, 1977; COSTA, 2016). E por fim, propor soluções para evitar a perda da memória da produção de objetos de fibras vegetais, assim como de outros conhecimentos tradicionais.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Pouca atenção tem sido dada a cultura material sertaneja. Ao passo que os arqueólogos se interessam por temas mais “nobres” e cronologicamente recuados, os antropólogos, que estudam as sociedades contemporâneas, tradicionalmente constroem suas etnografias a partir de outros meios, alheios a cultura material. As sociedades ditas



sertanejas, fundadas na mistura de elementos culturais de procedências diversas, na maioria das vezes impossíveis de serem mapeados, tampouco estão no *mainstream* acadêmico, abordadas apenas nas pesquisas sociológicas que buscam discutir fenômenos como a pobreza, analfabetismo e outras mazelas sociais. Sendo assim, temas como o aqui posto não gozam de prestígio intelectual, ficando resignados a uma espécie de limbo científico. Com exceção da área do Quilombo Lagoas, que concentra atualmente pesquisas nos domínios antropológico e etnoarqueológico, nas demais áreas estudadas, pouca importância tem sido atribuída aos seus conhecimentos tradicionais. Sendo assim, concomitantemente ao valor acadêmico obtido pelos resultados dessa pesquisa, ao resgatar e valorizar tais práticas buscou-se contribuir para com uma melhoria na autoestima das pessoas e comunidades envolvidas.

Por se tratar de pesquisa de caráter exploratório, buscou-se investigar a existência de artesãos que produzissem cestos e outros objetos manufaturados em fibras vegetais, tais quais esteiras, sandálias, chapéus, entre outros itens.

Os caminhos utilizados para alcançar-se os objetivos enumerados perpassaram num primeiro momento pela construção de uma fundamentação teórica e metodológica adequada. Esta foi constituída a partir de levantamento bibliográfico, realização de leituras e discussões acerca do tema. Num segundo momento se fez a identificação de artesãos dispostos a contribuir com a pesquisa nos municípios circunvizinhos de São Raimundo Nonato e São Lourenço do Piauí. Essa etapa aconteceu através de visitas em feiras, mercados públicos e comunidades tradicionais, como por exemplo no território quilombola Lagoas, localizado na área rural de São Raimundo Nonato. Durante as visitas realizadas aos artesãos foi possível registrar por meio de conversas, entrevistas, reconhecimento de materiais em fase de produção e também peças acabadas, muitas das quais em uso, ou praticamente descartadas, os conhecimentos e produções de peças de cestaria.

Foram observadas as técnicas utilizadas na produção das peças a partir da metodologia descrita por Adovasio (1977) e aplicada em materiais de procedência arqueológica no Brasil por Costa (2016) e Costa e Lima (2016). Nessa abordagem os objetos são classificados a partir da técnica predominante de junção ou sobreposição das fibras na sua construção, podendo ser: torcido, costurado (em rolos), ou cruzado. Na primeira técnica elencada, o torcido, as fibras ativas, também denominadas de trama, são

inseridas em pares de tiras torcidas de maneira intercalada sobre outras. Estas não têm qualquer ação na construção, e são denominadas urdidura. Em geral a trama se desenvolve horizontalmente, enquanto a urdidura está disposta na vertical. Na técnica costurada, pouco comum na produção cesteira do nordeste do Brasil, os objetos são construídos de forma inversa. O elemento ativo desenvolve-se verticalmente, intercalando-se sobre uma estrutura horizontal. As fibras podem ser de fato costuradas, o que faz com que essa seja a única técnica que não dependa apenas do trabalho manual, necessitando de agulhas e outros implementos simples. Na técnica cruzada não há qualquer hierarquia entre as fibras envolvidas. As tiras são sobrepostas desde a forma mais simples que é o padrão 1/1, que compõe o efeito conhecido como xadrezado, ou com intercalações mais complexas, de modo a formar distintos padrões decorativos, podendo estar presente ou não o tingimento.

Uma série de variações dessas técnicas está descrita por Adovasio (1977). Diferentes formas dos objetos trançados produzidos por grupos indígenas brasileiros e sul-americanos são respectivamente elencadas e descritas por Ribeiro (1988) e O'Neale (1987).

O registro das entrevistas com os artesãos foi feito através de gravações autorizadas por eles. Estas foram realizadas apenas após algumas visitas e conversas informais com os artesãos que objetivaram, inicialmente, estabelecer com eles uma relação de confiança. Só a partir de então procedeu-se as entrevistas e demonstração dos objetos que gerariam os dados para nossa pesquisa. Contudo, durante essas visitas iniciais foi possível realizar observações preliminares tanto sobre a técnica de trançar cestos, quanto sobre aspectos da vida cotidiana e economia das comunidades.

Obviamente, todas essas etapas tiveram registro fotográfico que na medida do possível visou documentar as peças, gestos, processos e materiais componentes.

## **RESULTADOS**

Durante o segundo semestre do ano de 2017 visitou-se o mercado produtor de São Raimundo Nonato com intuito de identificar artesãos que pudessem contribuir com esta pesquisa. Visitamos no mesmo período o artesão Sr. Jonas, residente na comunidade Fechadão (também conhecida como Fachadão), município de São Raimundo Nonato. Nos meses de abril e maio realizou-se uma visita a comunidade Lagoa do Barro no município de São Lourenço do Piauí a fim de conhecer o artesão Paulo Sousa dos Santos, de 70 anos

de idade, e seu trabalho de cestaria. No mês de junho entrevistou-se o artesão Raimundo Pereira Marques, de 76 anos, que reside no território Quilombo Lagoas, São Raimundo Nonato Piauí. As visitas e entrevistas buscaram registrar e documentar as diferentes formas de confecção e aplicações que a arte de trançar recebe na região. A necessidade da produção desse registro reside no fato de que assim como outros trabalhos manuais de origens imemoriais, essa prática é desempenhada por poucos hoje em dia, e a existência de evidente desinteresse das novas gerações em aprendê-la, o que tem ocasionado na perda dessa expressão cultural e social.

O Senhor Jonas de 76 anos, o principal artesão vivo atualmente, vinculado a essa prática, que reside na comunidade Fechadão, relata que produz cestaria desde a juventude. Durante uma conversa livre o colaborador relata que aprendeu a prática observando o tio avô de nome José Grande, já falecido. Embora indique que nessa comunidade essas foram as únicas pessoas que se dedicaram a esse tipo de produção, afirma que outras pessoas trabalhavam com o cipó e outros tipos de produção. O Sr. Jonas afirma que antigamente “a cestaria era mais utilizada pois as pessoas não possuíam muitos recipientes de plástico.” Dentre as funções atribuídas aos seus cestos ele destaca que “eram utilizados pra trabalho de roça, pra pegar cascalho, resíduo da mandioca. E que as vezes juntavam as mulheres na casa de farinha e cada uma enchia aquele cesto de cascalho e levava”. O artesão explica o modo de preparo do bogó (fig.1) um dos tipos de cesto que produzia. O mesmo era utilizado “no animal para transportar alimentos como feijão, mandioca, entre outros alimentos da roça para casa, porém deixou de ser utilizado, pois as pessoas passaram a optar pelo transporte em carros”. Ele também fala da matéria-prima utilizada: o cipó, disponível por toda a região.

De acordo com o relato do artesão, quando a matéria prima é retirada durante o inverno só pode ser utilizada para confecção dos cestos dois dias depois da retirada, isso devido a umidade do cipó durante esse período. Durante as estações do ano mais secas, a confecção pode ser feita um dia depois da retirada. Segundo o artesão, quanto mais seco mais flexível fica o cipó.

Embora o trançado tenha chegado a ser uma forma de obtenção de renda, o artesão informa ter abandonado a prática há oito anos devido à falta de procura. Atualmente só produz esporadicamente, por encomenda para algum pesquisador ou outra pessoa que tenha interesse.



**Figura 1** – Artesão Sr. Jonas mostra cesto bogó que produziu alguns anos atrás.

Além do bogó, que pode variar de nome dependendo da região, Sr. Jonas apresenta dois outros cestos feitos com a mesma técnica. Ambos de tamanho pequeno e um deles com alças, usados atualmente para guardar miudezas em sua residência.

Os objetos vendidos no mercado do produtor de São Raimundo Nonato, principalmente chapéus e esteiras, são, segundo vendedores, fornecidos e confeccionados por terceiros vindos de cidades distantes como Picos, de modo que por sair do escopo aqui assumido, não se deu qualquer aprofundamento nestes objetos. Sobre os trançados produzidos em outras localidades do Estado, em especial na Zona Norte piauiense, pode-se consultar o trabalho de Gomes (2015).

O Sr. Paulo Sousa dos Santos, artesão da localidade Lagoa do Barro, relata que aprendeu a fazer cestaria por volta dos 10 anos de idade com seu pai que aprendeu com o pai dele. E que a produção ainda continua, porém dificilmente para comercialização, de forma que os poucos objetos produzidos são apenas para uso doméstico, não proporcionando, assim, nenhum incremento na economia da localidade. O artesão afirma que havia outras pessoas que se dedicavam a essa prática, porém, igualmente a ele, sem fins comerciais, já que a procura é muito baixa. A matéria prima utilizada para fabricação das peças é o cipó, planta têxtil que está disponível na região. Sr. Paulo informa que

produziu três tipos distintos de cestos: o ‘boca pio’ que segundo ele seria “um tipo de roupeiro”, o aió ou cajá que é utilizado na agricultura para transportar o milho, feijão e mandioca da roça para casa assim como o cesto (fig. 2). Alguns destes cestos em tamanho reduzido serviam para uso doméstico. Por fim, informa acerca do desinteresse das novas gerações, citando, inclusive, seus próprios filhos, que nunca quiseram aprender a trançar cestos.



**Figura 2** – cestos produzidos por Sr. Paulo há vários anos. Foto: Marcia Castro e Luara Ferreira.

Sr. Raimundo é morador da Comunidade Lagoa das Emas, onde eventualmente produz algum objeto trançado. Essa comunidade localiza-se a cerca de 26 km de São Raimundo Nonato, integrando um dos maiores complexos quilombolas do país, conhecido como Quilombo Lagoas. É formado por cerca de dez comunidades menores, ao longo de um território de 62.365,8 hectares, que abrange seis municípios da bacia do Rio Piauí: São Raimundo Nonato, Fartura do Piauí, Várzea Branca, São Lourenço do Piauí, Dirceu Arcoverde e Bonfim do Piauí (FARIA, 2016).

Sr. Raimundo relata que aprendeu a produzir cestos com sua avó, tios e a irmã Raimunda, a quem ele costumava acompanhar na caatinga para apanhar cipó, fibra utilizada para fabricação dos objetos. Ele complementa informando que aprendeu sozinho ‘não precisei que ninguém me ensinasse aprendi por mim mesmo desde de menino’, em nossa compreensão explicando que não houve qualquer momento direcionado

unicamente para a aprendizagem, e sim, que a aptidão se desenvolveu a partir da observação e da convivência com pessoas que dominavam a prática de trançar. Igualmente aos artesãos das outras localidades visitadas, também relata o desinteresse dos mais jovens pela produção de objetos trançados. E que, há alguns anos os cestos eram muito procurados, pois as mulheres os usavam na agricultura, levavam para roça para apanhar milho, mandioca, melancia. Traziam-nos para casa na cabeça. Atualmente, observa que as pessoas procuram maneiras mais fáceis de realizar essas tarefas. Também associa os objetos trançados ao transporte de alimentos da roça sobre lombo de animais. Segundo o artesão “para retirar mandioca em período de desmancha o meio de transportar era em um aió com um animal, atualmente os meios de transporte utilizados são carro ou carroça... da roça para a casa de farinha. Os animais, portanto, assim como os objetos trançados não são mais utilizados para tal fim. Sr Raimundo complementa: “olha de primeiro a gente arrancava mandioca e trazia nas costas do animal, depois inventaram a carroça, depois o carro, e a gente puxava a mandioca em uma roda de madeira (para ralar), hoje é um motor”. Ele nos mostrou uma peça que era usada juntamente com essa roda de madeira (Fig.3) e disse que a guarda como lembrança para os netos e bisnetos. Ele mostra também sua antiga casa de farinha, que foi a última a funcionar na comunidade, e alguns objetos relacionados ao beneficiamento da mandioca que ainda restam no local, como o forno (já bastante degradado). Devido à ausência de chuvas o cultivo da mandioca diminuiu substancialmente. Sr. Raimundo afirma ter sido um dos maiores produtores de mandioca da região, juntamente com seu irmão.



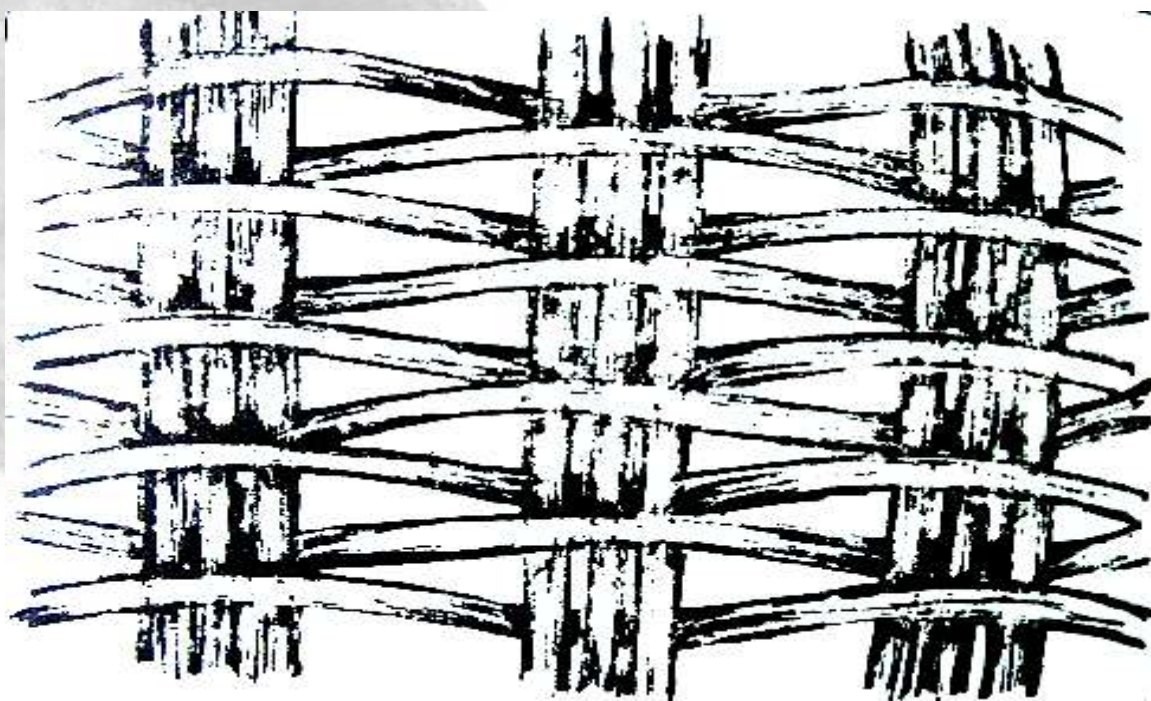
**Figura 3** – Sr. Raimundo mostra peça de ferro utilizada na produção de farinha. Foto: Marcia Castro e Luara Ferreira.

Sobre a comercialização dos cestos Sr. Raimundo aponta para uma desvalorização dos objetos, haja vista que “quando alguém encomenda algum, quer mais é de graça. Ninguém se interessa nada.” Acreditamos que o desinteresse pela produção de novos utensílios trançados não se deve apenas a mudanças no sistema de transporte da mandioca, mas de modo geral, está associado ao declínio do cultivo.

Para além da mandioca, Sr. Raimundo descreve outras utilidades para os objetos trançados na região: “apanhar feijão na roça, milho... faço umas cestinhas pequenas pra se quiser sair com ela no braço para ir à feira... as meninas mandam fazer para colocar agulha, tubo de linha, para uso doméstico”. O artesão menciona a existência, há vários anos, de uma feira na praça do relógio em São Raimundo Nonato-PI, em que ele vendia farinha. Os objetos trançados, segundo Sr. Raimundo, não eram levados comercialização, apenas para transportar a farinha que seria vendida, mas, segundo ele, se levasse para tal fim, facilmente conseguiria vendê-los. Ainda que a produção cesteira não atribuisse renda para o artesão da área do Quilombo Lagoas, eventualmente pessoas da própria comunidade adquiriam os objetos.

A análise técnica da produção cesteira de três áreas rurais dos municípios de São Raimundo Nonato e São Lourenço do Piauí, revelam a escassez de uma variabilidade, na

medida em que todas as peças apresentadas pelos artesãos foram confeccionadas com a técnica cruzada 1/1, na forma que Ribeiro (1985) descreve como arqueado. Os excessos das fibras foram reinseridos no interior da peça como uma espécie de reforço estrutural. A matéria prima utilizada é a mesma também, o cipó. Contudo, diferentes espécies de cipó podem ter sido utilizadas, fator que somente um estudo anatômico das fibras poderia determinar. Tampouco as tiras de cipó passaram por processos transformativo, além da secagem. Ao que nos parece os artesãos não estavam preocupados com a obtenção de um produto com elevado valor estético, e sim com a sua funcionalidade, na medida em que não investiram grande energia na sua produção. O trabalho com a fibra do caroá, de acordo com Martin (2006) presente na maioria das comunidades do interior do nordeste, parece estar atualmente ausente na região investigada. É possível que tenha se perdido devido o falecimento dos artesãos que se dedicavam a explorar tal matéria prima.



**Figura 4** - Variação da técnica cruzada comum na região, também denominada por Berta Ribeiro trançado arqueado. Fonte: Ribeiro, 1988.



Localidade	Artesão	Técnica de trançar	Função por objeto
Lagoa do Barro	Sr. Paulo Sousa Santos	Cruzado	Boca pio – tipo de roupeiro. Aió, cajá – transporte de milho, feijão e mandioca.
Quilombo Lagoas	Sr. Raimundo Pereira Marques	Cruzado	Aiό. Cestinhas pequenas para levar a feira e guardar utensílios de costura.
Fachadão	Sr. Jonas	Cruzado	Bogό - transporte de mandioca.

**Quadro 1** – Identificação das técnicas e usos de cada artesão e respectiva localidade.

### **CADEIA OPERATÓRIA DA PRODUÇÃO DE TRANÇADOS NA LOCALIDADE LAGOA DAS EMAS**

A inexistência de recursos financeiros dificultou uma análise ampla da cadeia operatória dos artefatos produzidos em todas as comunidades, na medida em que grande parte dos artesãos se motivam a confeccionar exemplares mediante a sua aquisição pelo pesquisador. A cadeia operatória de um artefato é composta pela sequência das etapas de produção, desde a coleta das fibras até o uso/descarte/venda. (LEMONNIER, 1992). Segundo Silva (2009:132):

Durante a pesquisa de campo, o etnoarqueólogo tem uma preocupação com o detalhamento das cadeias operatórias de produção dos itens materiais, descrevendo os processos tecnológicos desde a obtenção das matérias-primas até a confecção do produto final, seu uso, armazenagem e descarte, sempre atento aos vestígios materiais resultantes de todos esses processos.

Assim, nosso trabalho se constituiu em observar em sua maioria, exemplares antigos, não acompanhando o processo de produção destes artefatos, já que este tem sido praticamente abandonado pelos artesãos das comunidades visitadas, que elegeram outras prioridades no seu cotidiano. Contudo, na comunidade Lagoa das Emas, o Sr. Raimundo

oportunizou a um de nós (LFL) observar, documentar e até mesmo participar das principais etapas de confecção de um cesto/balaio de cipó.

A técnica extremamente simples, mostra que a produção desses objetos deveria ter, enquanto foi praticada, principalmente motivações de ordem funcional, como exposto anteriormente. Aparentemente não houve intuito de produzir motivos decorativos e tampouco existe narrativas vinculadas ao processo, como diversas pesquisas etnoarqueológicas destacaram para o caso de populações ameríndias (GUSS, 1992; VELTHEM, 2007). Abaixo é possível observar o passo a passo da produção do cesto pelo Sr. Raimundo (fig.5). O processo se inicia pela coleta das fibras na mata ao redor da comunidade, após um descanso de em média dois dias, se dá o corte das tiras, logo após as tiras que vão formar o olho do cesto são sobrepostas em “x”, para em seguida dar-se continuidade através da inserção intercalada das fibras na estrutura que começa a formar a armação do cesto, em seguida as sobras das tiras são reinseridas na armação, de modo a formar um acabamento na parte superior do cesto em formato de arco ou semicírculo. Por último corta-se quaisquer imperfeições que tenham ficado ao término do processo. Como relatado o cesto documentado foi produzido por cortesia do artesão especificamente para o nosso trabalho. Logo, ao final da confecção o cesto foi doado ao Laboratório de Arqueologia Pré-histórica da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), onde está atualmente exposto.



**Figura 5-** Sequência de produção de cesto com Sr. Raimundo (Lagos das Emas). A) coleta do cipó; b) corte das tiras; c, d) montagem da armação do cesto desde o olho; e, f) passagem das fiadas; g) reinserção da sobra das tiras na própria estrutura e formação de acabamento semi-circular; h) arremate da peça; i) objeto finalizado. Fotos: Marcia Castro. Edição: Rodrigo Lessa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da sua relevância para as comunidades tradicionais, e de seu domínio advir da pré-história, sobrevivendo a devastação promovida pela colonização, o estudo da arte de trançar fibras vegetais tem ocupado um lugar apenas marginal na literatura brasileira. É possível contar-se nos dedos os trabalhos que se dedicam a este tema. Essa pesquisa buscou, portanto, identificar artesãos que se dedicassem a tal prática na região Sudeste do Piauí e, conseqüentemente, compreender minimamente suas técnicas de produção, bem como a relevância de tais objetos dentro das comunidades. Infelizmente, constatou-se algo que já se suspeitava: assim como em outras regiões com influência indígena ou africana, a prática de trançar fibras vegetais, outrora tão valorizada, vem se perdendo. Na medida que as comunidades adotam materiais ordinários como o plástico e as ligas metálicas industrializadas em seu lugar. Essa substituição reflete em alguns casos a

adoção da praticidade em detrimento da interação com o meio ambiente e de valores tradicionais, defendidos e mantidos apenas pelos moradores e artesãos idosos de tais comunidades. Na região estudada observou-se que praticamente não se produz mais objetos trançados, uma vez que, com exceção daquele produzido na Lagoa das Emas, os poucos demonstrados pelos artesãos e colaboradores foram feitos e estão em uso já há vários anos. A expectativa é que trabalhos futuros de educação patrimonial e conscientização das populações possibilitem uma revalorização dos conhecimentos tradicionais, principalmente pelos mais jovens, e que conhecimentos milenares como a produção de cestos e outros objetos a partir da manufatura de fibras vegetais não se percam efetivamente.



## REFERÊNCIAS

ADOVASIO, J. 1977. **Basketry Technology: a guide to identification and analysis**. Chicago: Aldine.

COSTA, R. L. 2016. **Palha e tala: estudo da tecnologia do trançado entre grupos pré-históricos brasileiros**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ.

COSTA, R. L. & LIMA, T. A. 2016. **A arte e a técnica de trançar na pré-história de Pernambuco: a cestaria dos Sítios Alcobaça e Furna do Estrago**. *Clio arqueológica*. V.31, N.2. p. 102-152.

FARIA, A. T. D. P. de. 2016. **Comunidade Quilombola Lagoas**. Coleção Terras de Quilombos. Belo Horizonte: FAFICH.

GOMES, G. C. 1990. **Sobre o saber, o fazer e o trançar: arte, técnica e recorrência do trançado de fibras do Estado do Piauí**. Dissertação de Mestrado. Teresina: UFPI. 2015.

GUSS, D. M. **To weave and sing: art, symbol and narrative in the South American Rain Forest**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 274 p.

LEMONIER, P. 1992. **Elements for an anthropology of technology**. *Anthropological Papers*, n. 88.

MARTIN, G. 2006. **Pré-história do Nordeste**. Recife: Editora Universitária UFPE.

NORA, P. 1993. **Entre Memória e história: a problemática dos lugares**. *Proj. história* v. 10.

O'NEALE, L. 1987. **Cestaria**. In: D. Ribeiro (ed.) *Suma etnológica Brasileira*. Petrópolis: Vozes.

RIBEIRO, B. 1988. **Dicionário do artesanato indígena**. Coleção Reconquista do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia.

SILVA, F. A. 2009. **Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material**. *Métis: história & Cultura*. V. 8, n. 16, p. 121-139.

VELTHEM, L. V. 2007. **Trançados indígenas norte amazônicos: fazer, adornar, usar**. *Revista de Estudos e Pesquisas (Fundação Nacional do Índio)*, v. 4, p. 117-146.

**POTENCIALIDADES ARQUEOLÓGICAS NO ALTO SERTÃO ALAGOANO:  
IDENTIFICAÇÃO DE SÍTIOS DE PINTURAS RUPESTRES NO MUNICÍPIO  
DE INHAPI – AL.**

**ARCHAEOLOGICAL POTENTIALITIES IN THE ALTO SERTÃO  
ALAGOANO: IDENTIFICATION OF SITES OF ROCKS PAINTING IN THE  
MUNICIPALITY OF INHAPI - AL.**

**Flávio Augusto de Aguiar Moraes<sup>149</sup>**  
flavioaguiarac@gmail.com

**José Aparecido Moura de Brito<sup>150</sup>**  
jos.aparecido2019@gmail.com

**Mauro Alexandre Farias Fontes<sup>151</sup>**  
maffontes@gmail.com

**RESUMO**

Apresentamos aqui os resultados das pesquisas arqueológicas no município de Inhapi-AL, cujo objetivo foi a identificação, caracterização, e documentação de sítios de pintura rupestre através da criação de um banco e dados que possa ficar disponível para pesquisas futuras e auxílio no planejamento para estratégias de conservação desse patrimônio. Os processos naturais e antrópicos de deterioração desses sítios de grafismos rupestres, tendo em vista sua exposição, demonstram a necessidade imperiosa de se desenvolver mecanismos de preservação, e estes são subsidiados por um diagnóstico prévio. Por seu turno, fez-se o georreferenciamento da área, medição dos suportes rochosos, a altimetria, bem como registros fotográficos. Foram diagnosticados três sítios de pintura rupestre, sendo eles: o Saruê, Bindal e Bero, localizados no município de Inhapi-AL.

**Palavras-chave:** Inhapi - AL; Médio São Francisco; Sítios Arqueológicos; Pinturas Rupestres; Preservação.

**ABSTRACT**

We present here the results of the archaeological researches in the municipality of Inhapi-AL, whose objective was the identification, characterization, and documentation of rock painting sites through the creation of a database and data that may be available for future research and aid in planning for conservation strategies of this patrimony. The natural and anthropic processes of deterioration of these rock art sites, in view of their exposure, demonstrate the imperative need to develop preservation mechanisms, and these are subsidized by a previous diagnosis. In turn, the georeferencing of the area, measurement of the rock supports, the altimetry, as well as photographic records were made. Three sites of cave painting were diagnosed, being: the Saruê, Bindal and Bero, located in the municipality of Inhapi-AL.

---

<sup>149</sup> Professor do curso de História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus dos Sertão.

<sup>150</sup> Mestrando em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

<sup>151</sup> Professor do curso de Arqueologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

**Keywords:** Inhapi - AL; Middle San Francisco; Archaeological Sites; Rock paintings; Preservation.

## INTRODUÇÃO

Os sítios arqueológicos de pintura rupestre são, talvez, os mais conhecidos do grande público, tendo em vista encontrarem-se expostos e suscitar curiosidade a respeito de sua origem (ETCHEVARNE, 1999-2000). A identificação e estudo de sítios de pinturas rupestres, especialmente na região Nordeste do Brasil, tem buscado estabelecer parâmetros analíticos através de unidades estilísticas, denominadas Tradições<sup>152</sup>, para os conjuntos gráficos (GUIDON e MARTIN, 2010; MARTIN, 2003; MARTIN e MEDEIROS, 2008; MARTIN e VIDAL, 2014; PROUS, 1992). Tais parâmetros tomaram como base os estudos sistemáticos realizados nos conjuntos pictóricos existentes na área de São Raimundo Nonato – PI e do Seridó Potiguar (MARTIN, 2013).

Anne Marie-Pessis (1988) deduz que o sudoeste do Piauí (RN), por ter número considerável de pinturas rupestres, seria o epicentro da manifestação humana pretérita. De lá, os grupos humanos pretéritos disseminariam a arte rupestre em outras regiões Brasil. Esses grupos buscavam abrigos-sob-rocha/cavernas (locais onde deixavam os registros de sua presença) próximos aos afluentes e com isso acabavam residindo neste local. Poderiam ficar por muito tempo, dependendo, no caso, de sua necessidade e disponibilidade de alimentos. (MARTIN, 2010, p.17) Era nesses lugares que ficava registrado o universo simbólico dos grupos humanos do passado pré-colonial.

Para um melhor entendimento e operacionalização analítica desse grande universo simbólico, as arqueólogas Guidon (1985) e Marie-Pessis (1988) construíram alguns termos de classificação, a saber, tradição Nordeste e Agreste.

A tradição Nordeste compreende os desenhos que são

[...] facilmente identificados pela variedade dos temas representados, e a riqueza de enfeites e atributos que acompanham a figura humana, [...] As figuras humanas são de pequeno tamanho, entre cinco e quinze centímetros, sempre em movimento, [...] são habitualmente representados com grande riqueza de interpretações, utilizando-se uma técnica de traço leve e seguro. [...] (MARTIN, 2013, p.246)

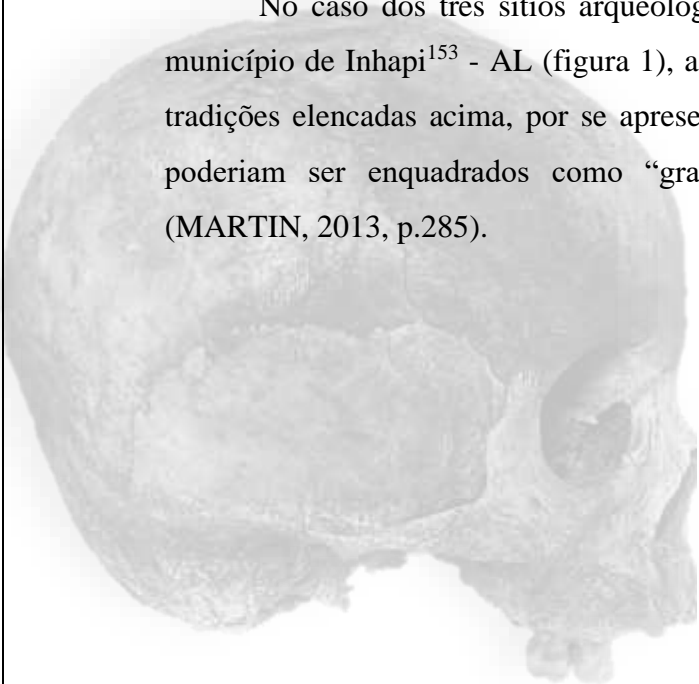
---

<sup>152</sup> O conceito de tradição compreende a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes. (MARTIN, 2013, p.234)

Contudo, é pertinente ressaltar que o primeiro a dar nome a esse mesmo conjunto de desenhos que pareciam retratar enredos do cotidiano com alto grau de interpretação, foi Valentin Calderón de La vara, quando estava pesquisando no recôncavo baiano (MARTIN, 2013; CALDERÓN, 1993).

Além disso, tem-se a tradição Agreste que surge enquanto definição de conceito a posteriori, e se caracteriza por dispor de registros gráficos maiores, sem uma preocupação nos traços, e com possibilidades interpretativas inferiores ao da Nordeste, são “os grafismos de grande tamanho, geralmente isolados, sem formar cenas e, quando estas existem, apresentam-se compostas por poucos indivíduos ou animais.” (MARTIN, 2013, p.271)

No caso dos três sítios arqueológicos (Saruê, Bindal e Bero) identificados no município de Inhapi<sup>153</sup> - AL (figura 1), as pinturas não se enquadram-nos das referidas tradições elencadas acima, por se apresentarem desenhos geométricos. Nesse sentido, poderiam ser enquadrados como “grafismos geométricos puros” ou “abstratos”. (MARTIN, 2013, p.285).

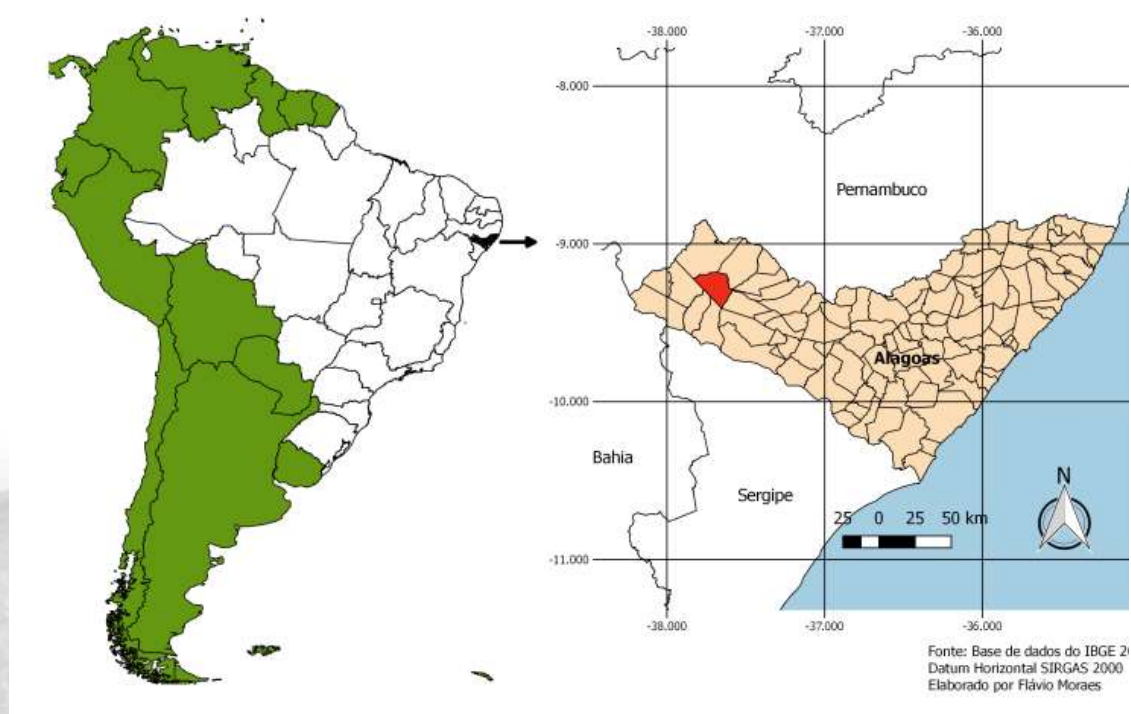


---

<sup>153</sup> Os sítios analisados se encontram no município de Inhapi - AL, cidade que tem quase 56 anos de emancipação; desvinculando-se, da cidade de Mata Grande em 1962. Atendia pelo nome de Sítio Roçado; o seu povoamento começou por volta de 1902, estando ligado a **nomes de grandes famílias**, tais como: os Moreira, Margarida Vieira, Villar, Pereira entre outras. O nome da cidade significa “água sobre pedra”, sendo assim temos a junção de duas palavras em Tupi: *Inha* = água, *Pi* = Pedra. Ver: <http://www.inhapi.al.gov.br/a-cidade/historia> ; <https://www.achetudoeregiao.com.br/al/inhapi/historia.htm> ; [http://www.inhapiemfoco.com/historia\\_inhapi.php](http://www.inhapiemfoco.com/historia_inhapi.php) .

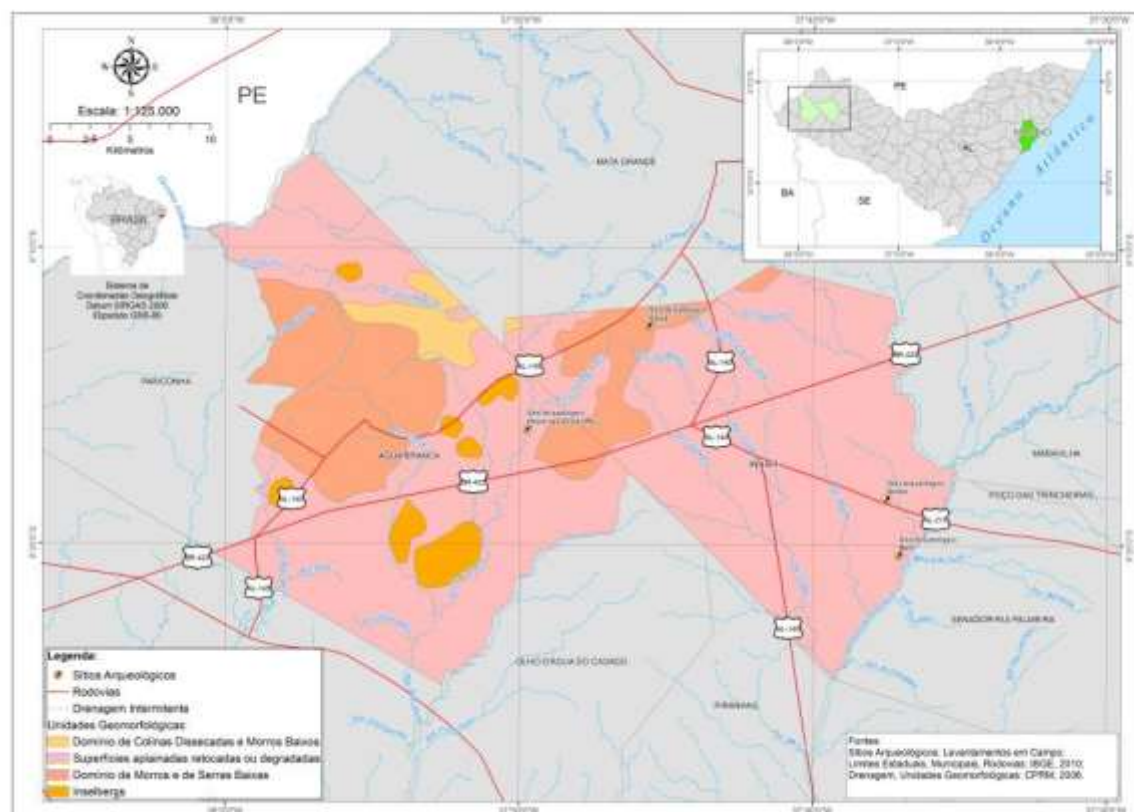


### Mapa de localização da cidade de Inhapi - AL



**Figura 1.** Localização do município de Inhapi-AL.

*“O município de Inhapi está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, [...] com altitude variando entre 650 a 1.000 metros. [...] O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados. [...]”* (MASCARENHAS; BELTRÃO; JÚNIOR, 2005, p.4); *“A área é recortada por rios perenes de pequena vazão e o potencial de água subterrânea é baixo.”* (MASCARENHAS; BELTRÃO; JÚNIOR, 2005, p.4); *“A vegetação desta unidade é formada por florestas subcaducifólicas e caducifólicas, próprias de áreas agrestes.”* (MASCARENHAS; BELTRÃO; JÚNIOR, 2005, p.4); *“O clima é tropical chuvoso, com verão seco. [...]”* (MASCARENHAS; BELTRÃO; JÚNIOR, 2005, p.4) (figura.2)



**Figura 2.** Mapa geomorfológico do município de Inhapi-AL. Elaborado por Daniel Kim, 2015)

O município de Inhapi está em uma área com geologia que favorece o surgimento de afloramentos rochosos, e, portanto, propício à realização de pinturas rupestres pelos povos do passado. A motivação das incursões se deu após o contato feito, em meados de 2014, por um morador local informando acerca da existência de “pinturas vermelhas” em afloramentos rochosos do município. Após visita feita pela equipe do NUPEAH aos locais indicados, ficou evidente, devido aos riscos de degradação tanto natural como antrópicas, a necessidade emergencial do desenvolvimento de estudos que possibilitassem aos gestores municipais bem como a população local tomar conhecimento da existência desse patrimônio e assim contribuir para sua preservação. A pesquisa foi desenvolvida pela equipe do Núcleo de Pesquisa e Estudos Arqueológicos e Históricos (NUPEAH) da Universidade Federal de Alagoas / Campus do Sertão, e teve como objetivo principal a identificação e caracterização dos sítios de pinturas rupestres da cidade de Inhapi - AL.

Por se tratar de um patrimônio cultural não renovável e encontrando-se em elevado grau de degradação se fez necessário um registro documental para que futuros

pesquisadores possam fazer suas análises e também contribuir com a circularização do conhecimento. Informações disponíveis em relatos etno-históricos (MARTIUS, 1979; SPIX, 1979; CASAL, 1943) e provenientes de estudos arqueológicos (MARTIN, 2013; FÉLIX, 2015; GASPAR, 2006; PROUS, 1992;) informam sobre a presença de povos indígenas na região do alto sertão alagoano. Assim, o projeto foi desenvolvido no sentido de ampliar o conhecimento acerca da existência e diversidade dos sítios arqueológicos do município de Inhapi - AL.

## PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

A busca pela identificação dos sítios arqueológicos de pintura rupestre foi norteada pelo planejamento prospectivo que define áreas propícias em termos geomorfológicos como locais com potencial para a presença de sítios com grafismos. Para tanto, Luz (2011) elucida que a análise geomorfológica,

proporciona um efetivo entendimento do contexto ambiental atual e pretérito da área, auxilia na contextualização do material arqueológico encontrado e, juntamente com a análise pedológica e estratigráfica, colabora na identificação das diferentes camadas arqueológicas existentes. (LUZ, 2011, p.335)

Nesse sentido, a análise geomorfológica mesmo sendo um aspecto que deve ser levado em conta, Bicho (2006) pontua que, *“do ponto de vista puramente científico, o objetivo principal de um projecto de prospecção não é encontrar sítios arqueológicos, mas sim compreender como é que o espaço e a paisagem foram utilizados e explorados pelos grupos humanos no passado [...]”* (BICHO, 2006, pp.91-2). Dessarte, todos os sítios do município de Inhapi - AL foram analisados e registrados pela equipe do referido núcleo de pesquisa.

No sítio Saruê, um dos três identificados, percebe-se que há sedimento suficiente para a realização de escavações na base do afloramento. O local foi vistoriado superficialmente, e nenhuma evidência foi identificada. A vistoria tomou por base o proposto por Albuquerque et al. (2012), que *“Compreende o caminhar sistemático de todo o local proporcionando uma amostragem regular capaz de localizar vestígios arqueológicos de superfície [...]”* (ALBUQUERQUE et al., 2012, p.13)

Complementando a importância de se fazer uma prospecção de superfície, Roskams (2003), elucida que *“volviendo a la tierra, la prospección puede ser usada tanto para seguir las indicaciones iniciales de la fotografía aérea como para identificar nuevos yacimientos y patrones de asentamientos por su propio derecho. [...]”* (ROSKAMS, 2003, p.64); ainda reforça que há dois tipos de prospecção de superfície. *“El papel de la prospección en el descubrimiento de yacimientos es una cosa, su uso como guía en las técnicas de excavación en un yacimiento concreto, otra. [...]”* (ROSKAMS, 2003, p.64)

Há outra forma de se encontrar novos sítios e saber se houve modificações no terreno a ser pesquisado, se houve ocupação anterior, como explica Roskams (2003) sobre como a participação e conhecimento dos moradores locais também é essencial.

Al planificar cualquier excavación<sup>154</sup>, puede ser vital también basarse en el conocimiento de los habitantes locales. Esto es especialmente útil cuando se trata conocer los cambios recientes y las remociones realizadas en el yacimiento o los aspectos que pueden influir en el carácter de la ocupación anterior, como la prospección al hundimiento de los edificios debido a elementos enterrados. Los habitantes locales pueden conocer mucho sobre las condiciones del terreno cercano que han escapado a la atención de las agencias legales. [...]” (ROSKAMS, 2003, p.69)

Renfrew & Bahn, trazem também uma descrição mais consistente acerca da prospecção de superfície, porém, antes disso tem-se que analisar outros aspectos metodológicos,

Los métodos de identificación de yacimientos concretos incluyen la consulta de fuentes documentales y la evidencia toponímica, además, sobre todo, del auténtico trabajo de campo, que pueden consistir en supervisión del avance de las construcciones de los promotores en la arqueología de urgencia, o en prospecciones de reconocimiento, en el caso de que el arqueólogo pueda actuar de un modo más independiente. (RENFREW; BAHN, 1993, p.67)

A prospecção começou a ganhar importância devido ao desenvolvimento dos estudos regionais. Os arqueólogos passaram a estudar mais a respeito dos padrões de assentamento, entram-se aí a distribuição dos sítios na paisagem de uma determinada região. (RENFREW; BAHN, 1993, p.68)

Na prática, conforme indica Renfrew & Bahn (1993), isso quer dizer que:

---

<sup>154</sup> No caso do trabalho ora apresentado, prospecção de superfície.

La prospección de reconocimiento engloba engloba una amplia variedad de técnicas: no sólo la identificación de yacimientos y el registro o recogida de artefactos superficiales, sino también, algunas veces, el muestreo de los recursos naturales y minerales, como la piedra y la arcilla. Buena parte de la prospección actual se dedica al estudio de la distribución espacial de las actividades humana, las diferencias regionales, los cambios poblacionales a lo largo del tiempo y las relaciones entre el hombre, la tierra y los recursos. (RENFREW; BAHN, 1993, p.68)

Como ocorre? Segundo Renfrew & Bahn (1993) “[...] *En primer lugar, hay que delimitar la región a estudiar: sus fronteras pueden ser naturales (como un valle o una isla), culturales (el ámbito de un estilo artefactual) o meramente arbitrarias, aunque los límites naturales son los más fáciles de establecer.*” (RENFREW; BAHN, 1993, p.68)

Tem-se que analisar também a história do local,

“Debe examinarse la historia de la zona, no sólo para familiarizarnos con la labor arqueológica previa y con los materiales locales, sino también para valorar la extensión que puede haber cubierto el material superficial o la que ha sido alterada por los procesos geomorfológicos. [...] (RENFREW; BAHN, 1993, p.68)

Após a identificação dos sítios e análise geomorfológica, registros foram realizados para a criação de um acervo documental consistiram na aferição de coordenadas UTM, altimetria, caracterização do suporte, medição dos painéis com pintura, e produção de dados imagéticos, proporcionando assim um acervo que ficará disponível para pesquisas futuras, para o público em geral, e para os gestores públicos.

Aferição das Coordenadas UTM: os sítios foram georreferenciados com o intuito de se confeccionar mapas de localização que permitam comparações futuras;

Altimetria: Foi aferida com a utilização do GPS e teve como objetivo perceber padrões de escolhas.

Caracterização do Suporte: há na área a predominância de afloramentos de rocha granítica, mas as pinturas podem ser feitas em abrigos sob-rocha ou em matacões<sup>155</sup>;

Medição: objetiva estabelecer parâmetros para a dimensão dos painéis;

---

<sup>155</sup> Blocos de rocha que podem ser subterrâneos ou superficialmente expostos, geralmente com formato arredondado devido às ações do intemperismo, e podem aparecer lado a lado ou sobrepostos.

Registros Fotográficos: todos os sítios foram fotografados para melhor abstração do contexto arqueológico. Ou seja, não se registrou apenas os grafismos, mas também toda a constituição do sítio: a vegetação, e os afloramentos rochosos do entorno.

Vale ressaltar que todo o banco de dados levantado durante a pesquisa encontra-se no acervo do NUPEAH e pode ser acessado por todo pesquisador interessado a qualquer tempo.

## **RESULTADOS: IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS SÍTIOS DE PINTURAS RUPESTRES**

Todos os sítios foram indicados por moradores locais. Roberto Oscar, residente da cidade de Inhapi, então professor de geografia na rede estadual de ensino e agente de endemias, nos encaminhou as informações acerca da existência dos sítios, e a partir disso se fez uma parceria com a prefeitura na administração do prefeito Zé Cícero.

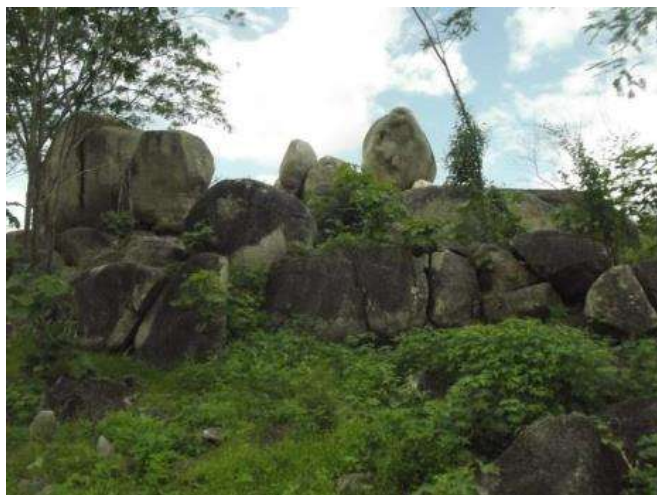
### **Sítio Bindal**

O sítio Bindal (figura 3, 4 e 5) está localizado no Povoado Curral Novo, numa área com vegetação de savana-estépica (caatinga) e afloramentos rochosos dispersos por toda a área. Dista cerca de 400 metros da residência do proprietário da fazenda, o senhor Cezário. A face onde encontra-se o painel com as pinturas rupestres, na cor vermelha, está virado para o Nordeste (NE). As pinturas foram feitas em blocos rolados de rocha granítica, estando estes apoiados sobre um afloramento rochoso. O acesso para esse sítio se dá por uma entrada vicinal a partir do centro urbano da cidade de Inhapi-AL.

Tendo em vista a ação do intemperismo, os blocos onde estão presentes as pinturas apresentam linhas de fratura que “cortam” os painéis ao meio.

Coordenadas UTM dos vértices do sítio Bindal.

<i>Coordenadas UTM</i>		
<i>Fuso</i>	<i>Leste</i>	<i>Norte</i>
24L	0651068	8970870
24L	0651044	8970862
24L	0651042	8970833
24L	0651074	8970844



**Figura 3.** Vista geral do sítio Bindal.



**Figura 4.** Vista frontal do painel com pintura rupestre.



**Figura 5.** Registro fotográfico individualizado das pinturas.

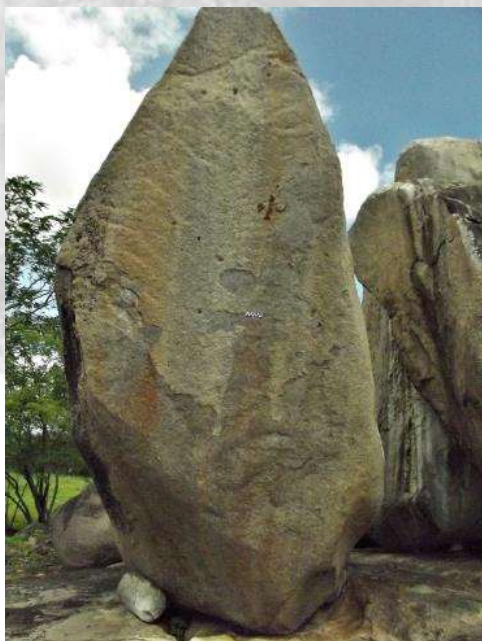
### Sítio Bero

O sítio Bero (figuras 6, 7 e 8) está localizado na Fazenda Canoa, que tem como proprietário o Cícero Claudino da Silva. O bioma também é o da caatinga e o solo é do tipo areno-argiloso. Assim como no sítio Bindal, as pinturas, feitas na cor vermelha, estão presentes em painéis dispostos na face de blocos rolados que encontram-se apoiados sobre um afloramento rochoso, ambos de rocha granítica.

A descamação da rocha em virtude do intemperismo tem atuado fortemente no processo de degradação das pinturas.

Coordenadas UTM dos vértices do sítio Bero.

<i>Coordenadas UTM</i>		
<i>Fuso</i>	<i>Leste</i>	<i>Norte</i>
24L	0651806	8967352
24L	0651790	8967320
24L	0651760	8967359
24L	0651834	8967361



**Figura 6.** Vista frontal do suporte rochoso que apresenta pintura no sítio Bero.



**Figura 7.** Medição do suporte rochoso



**Figura 8.** Grafismos em processo de desaparecimento devido as intempéries.

### **Sítio Saruê**

O sítio Saruê (figuras 9, 10 e 11) localiza-se no Sítio Roçado (situando-se mais especificamente de frente ao sítio Cruzeiro), é o que fica mais próximo da área urbana cidade de Inhapi-AL, bem como da aldeia do Povo Koiupanká. O proprietário do local é o senhor Genaro. A abertura está para o Leste, havendo um riacho nas proximidades do afloramento rochoso, indicando uma erosão pluvial. As pinturas são na cor vermelha e alaranjada, e encontram-se próximas ao nível do solo.

As coordenadas geográficas do Saruê:

<i>Coordenadas UTM</i>		
<i>Fuso</i>	<i>Leste</i>	<i>Norte</i>
24L	0636252	89815775
24L	0636256	89816770
24L	0636250	89816776
24L	0636246	89816663

**Figura 9.** Registro fotográfico do grafismo rupestre.



**Figura 10.** Vista geral do sítio.

**Figura 11.** Grafismo rupestre em evidência.



## DISCUSSÃO

O município de Inhapi é cercado por outros municípios que apresentam sítios arqueológicos de pintura rupestre já cadastrados no banco de dados do CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos-IPHAN), a saber, Delmiro Gouveia, Piranhas, Poço das Trincheiras, Água Branca e Canapi.

Em termos de similaridades, no âmbito da comparação entre os sítios de Inhapi e dos outros municípios, percebe-se que todas apresentam pinturas não figurativas. Ou seja, de acordo com Pessis (1984, p.100) se assemelham a formas geométricas ou sinais. No que se refere ao padrão de cores, há predominância da cor vermelha, mas se percebe traços de coloração alaranjada (caso do sítio Saruê)

No que se refere a altimetria dos sítios, identificou-se que não havia alternâncias na escolha, se compararmos inclusive, com os sítios existentes nas cidades circunvizinhas, conforme mostra o mapa e o gráfico abaixo (figuras 12 e 13).

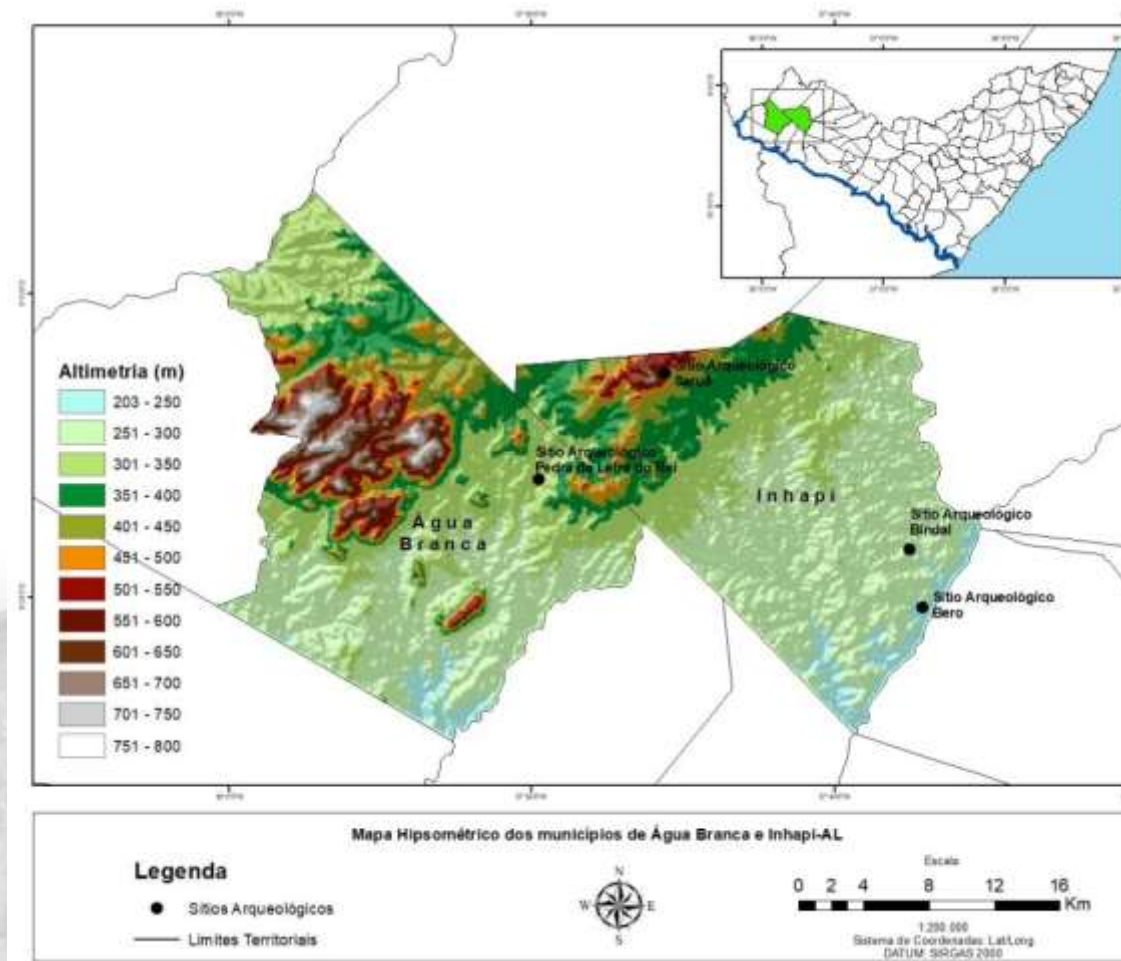
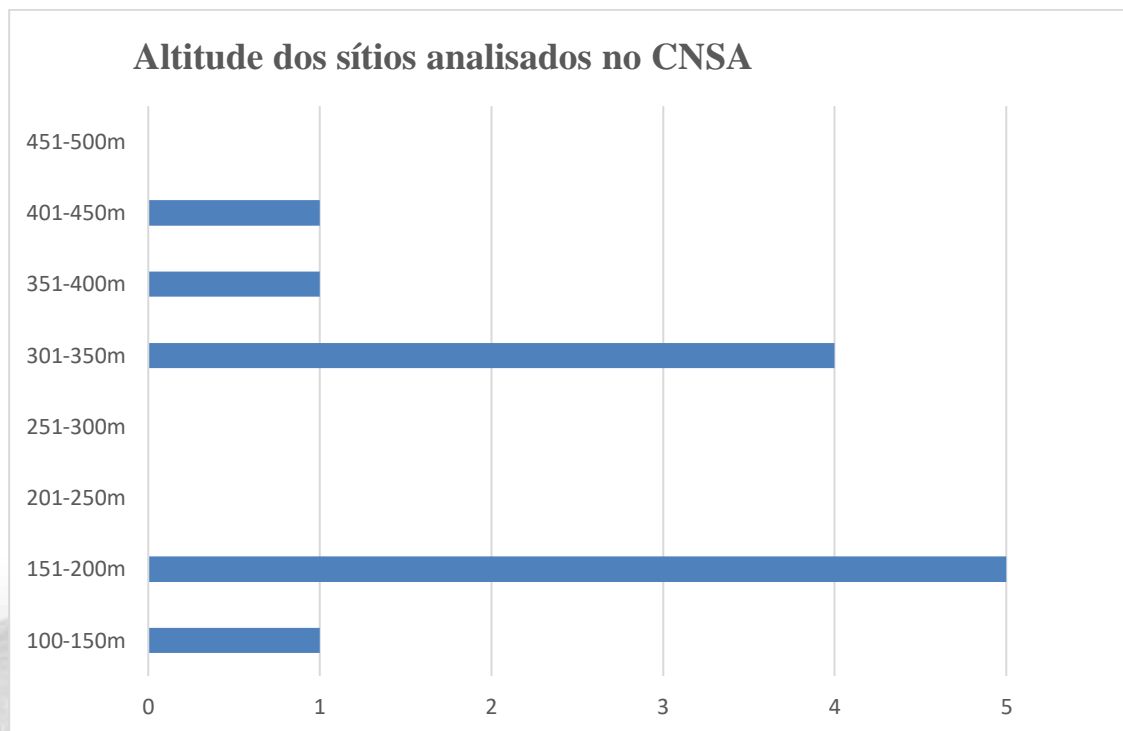


Figura 12. Altimetria dos sítios. Elaborado por Flávio Santos, 2017)



**Figura 13.** Relação da dos sítios arqueológicos existentes nos municípios vizinhos a Inhapi-Al e a altitude que eles se encontram.

Nos sítios analisados podemos perceber marcas de erosão: eólica, fluvial, pluvial, antrópica e por animais de pequeno porte, como é o caso do suporte rochoso do sítio Bindal (figuras. 5 e 6). Tem também os deslocamentos, no caso, degradação no próprio suporte rochoso, exemplo: sítio pedra da letra do rei (figuras 14 e 15).



**Figura 14.** Desgastes na pintura causados por animais de pequeno porte, bem como pelo salitre que é expelido pela rocha.

**Figura 15.** Vista direta de grafismo em estado de desgaste.



O sítio saruê tem uma grande pintura, sendo parte desta coberta por sedimento arenoso-argiloso, precisando de uma escavação para melhor visualizar do grafismo. No caso do sítio Bero, as pinturas estão bem apagadas. A ação antrópica pode ter potencializado sua degradação, tendo em vista que esse sítio se localiza em uma fazenda.

### **CONSIDERAÇÕES**

A pesquisa revelou a potencialidade arqueológica da região e a necessidade imperiosa de estudos sistemáticos, pois percebe-se que as condições de preservação, especialmente dos sítios de pintura objeto deste estudo, estão em avançado processo de degradação. A ocupação dessa área por grupos indígenas pretéritos pode ser confirmado pelos relatos de cronistas, conforme foi apresentado na primeira parte deste artigo, bem como pela presença destes sítios arqueológicos. Porém, o conhecimento acerca dos povos do passado que habitaram esta área do semiárido alagoano continua carente de estudos arqueológicos contínuos, além de atividades de esclarecimentos no campo da educação patrimonial, que possibilitem ao menos que a comunidade ao tomar conhecimento da existência e relevância desse patrimônio passe a atuar como agentes de preservação.

É importante salientar que os resultados aqui apresentados compõem um levantamento preliminar acerca desses sítios de pintura, e teve como principal objetivo subsidiar estudos futuros sistemáticos e mais abrangentes, que possam detalhar e ampliar o conhecimento sobre os grupos do passado.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; DUARTE, Milena; UCHÔA, Silvia. **Prospecção arqueológica de superfície e de subsuperfície na área de instalação da jazida E4a, no município de Porto Real do Colégio, Estado De Alagoas.** Janeiro de 2012. Ver: [http://www.brasilarqueologico.com.br/relatorios/Relatorio%20Prospeccao%20E4A\\_WEB.pdf](http://www.brasilarqueologico.com.br/relatorios/Relatorio%20Prospeccao%20E4A_WEB.pdf)

BICHO, Nuno Ferreira. 2006. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica.** Lisboa: Edições 70.

CASAL, M. A. **Corografia Brasília ou relação Histórico Geográfica do Reino do Brasil.** Serie Brasília. São Paulo: Edições cultura, Tomo I.

ETCHEVARNE, Carlos. 1999-2000. O Nordeste Brasileiro Antes da Colonização Portuguesa. **Revista USP**, São Paulo, n.44, dezembro/fevereiro, p.112-141

GASPAR, Madu. 2006. **A arte rupestre no Brasil.** 2. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

GUIDON, Niède. **A arte pré-histórica da área arqueológica de São Raimundo Nonato – síntese de dez anos de pesquisa.** Ver: <http://www3.ufpe.br/cliuarq/images/documentos/1985-N2/cliou1985%201.pdf>

LUZ, Rodolfo Alves da. 2011. Prospecção arqueológica e sistemas geomorfológicos em áreas urbanas: o caso da estação Vila Prudente do metrô, São Paulo, SP. **R. Museu Arq. Etn.**, São Paulo, n. 21, p. 335-343.

MARTIN, Gabriela. 2010. Difusão e Diáspora na Arte Rupestre do Nordeste do Brasil: Tradição Nordeste. **FUMDHAMentos: Publicação da Fundação do Mudeu do Homem Americano**, n.9, v.2, p.17.

MARTIN, Gabriela. 2013. **Pré-História do Nordeste do Brasil.** – 5ª ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE.

MARTIN, Gabriela. VIDAL, Irma Asón. **Dispersão e Difusão das Tradições Rupestres no Nordeste do Brasil. Vias de Ida e Volta?** Ver: <http://www3.ufpe.br/cliuarq/images/documentos/V29N2-2014/artigo1.pdf>

MARTIN, Gabriela. **Fronteiras estilísticas na arte rupestre da área arqueológica do Seridó (RN, PB).** Ver: <http://www3.ufpe.br/cliuarq/images/documentos/2003-N16/2003a1.pdf>

MARTIN, Gabriela. MEDEIROS, Elisabeth. **A furna do messias. Um sítio com pinturas rupestres na área arqueológica do Seridó, no Rio Grande Norte.** Ver: <http://www3.ufpe.br/cliuarq/images/documentos/V23N2-2008/artigo4.pdf>

MARTIUS, C. F. Von; SPIX, J. B. von. 1979. **Viagem pelo Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, vol. 2.

MARTIUS, C. F. Von; SPIX, J.B. von. 1979. **Viagem pelo Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, vol. 3.

MASCARENHAS, João de Castro; BELTRÃO, Breno Augusto; JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. 2005. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Inhapi, estado de Alagoas**. Recife: CPRM/PRODEEM.

PESSIS, Anne-Marie. 1988. Apresentação Gráfica e Apresentação Social na Tradição Nordeste de Pintura Rupestre do Brasil. **First Aura Congress, Darwin**, p.11-17.

PESSIS, Anne Marie. **Métodos de interpretação da arte rupestre: análises preliminares por níveis**. Ver: <https://www3.ufpe.br/cliorg/images/documentos/1984-N1/1984%2010.pdf>

PESSIS, Anne Marie. 1992. Identidade e Classificação dos Registros Gráficos Pré-históricos do Brasil. **Clio Arqueológica**. Recife. v.1, n.8, pp.35-68.

PROUS, André. 1992. **A arqueologia brasileira**. Brasília: Editora da UnB.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. 1998. **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. – 2ª ed. Madrid: Ediciones Akal.

SANTOS, Jefferson Felix dos. 2015. **As lágrimas de um patrimônio: a busca pela identificação e valorização do patrimônio arqueológico de Delmiro Gouveia-AL**.

ROSKAMS, Steve. 2003. **Teoría y práctica de la excavación**. Crítica Barcelona.

VARA, Valentín Calderón de la. 1993. **Estudios Arqueologia e Etnologia**. – Salvador: Universidade Federal da Bahia. Ver: [http://www.cph.ipt.pt/download/AnguloDownload/revista/Revista\\_1\\_Angulo.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/AnguloDownload/revista/Revista_1_Angulo.pdf)





# RESENHA



SANTOS, CARLOS ALEXANDRE BARBOZA PLÍNIO DOS. **FIÉIS DESCENDENTES: REDES-IRMANDADES NA PÓS-ABOLIÇÃO ENTRE AS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS SUL-MATOGROSSENSSES**. 2010, 477 F., IL. TESE (DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, 2010.

### Resenha Crítica

Vagner Gomes Bijagó<sup>156</sup>  
vbijago@bol.com.br

Esta resenha analisa a construção metodológica da tese em Antropologia do pesquisador Plínio dos Santos, na Universidade Nacional de Brasília - UnB, defendida em 2010 e ganhadora do prêmio CAPES na área de Antropologia e Arqueologia na edição de 2011, publicada em livro no ano de 2014.

O autor aborda a história das comunidades negras rurais e urbanas quilombolas do Mato Grosso do Sul, sob a ótica do campesinato, focando de modo privilegiado a memória dos idosos para a reconstrução e compreensão da memória das comunidades estudadas desde o período da escravidão. Tendo como lócus da pesquisa etnográfica, a comunidade Tia Eva e a comunidade negra quilombola Furnas de Dionísio e Desidério Felipe de Oliveira. O trabalho procurou demonstrar as interações ocorridas entre ex-escravizados da região sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) com ex-escravizados migrantes das fazendas escravocratas do Triângulo Mineiro e do sul do Estado de Goiás. Na compreensão do autor, essas interações suscitaram o nascimento daquilo que denomina Irmandade, unificando seus membros com o objetivo comum de realizar o “projeto camponês”, sob a tríade: terra, família e trabalho. Com efeito, estas categorias nucleares forjadas no campesinato estão diretamente conectadas com a produção e reprodução do projeto camponês, dentro duma realidade profundamente marcada pelo domínio do latifúndio.

O autor narra que começou a sua experiência de pesquisa acadêmica desde 1997. Sua inserção nos estudos sobre grupos étnicos possibilitou-lhe trabalhar na Fundação Nacional do Índio/ FUNAI, onde trabalhou durante sete anos no processo de regularização fundiária das terras indígenas, produzindo laudos e relatórios

---

<sup>156</sup> Docente no Núcleo Humanidades - UFAL Campus Sertão

antropológicos com algumas etnias. Segundo ele, ao todo, foram 18 relatórios antropológicos de identificação, delimitação de terras indígenas e estudos preliminares, cujo foco principal baseava-se nos aspectos sociais, fundiários e ambientais das sociedades indígenas e quilombolas (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010. p. 35).

De acordo com o pesquisador, estas experiências permitiram-lhe uma melhor compreensão dos campos sociais em que estão inseridos os quilombolas e os povos indígenas, principalmente com relação aos aspectos políticos, fundiários e interações com a sociedade, envolvendo questões muitas vezes conflitantes.

O autor assegura-nos que, por meio desses trabalhos de campo, conseguiu observar as imagens, os contextos sociais e históricos das comunidades negras, rurais e urbanas do Mato Grosso do Sul e estabelecer um fio condutor entre elas. Nesse sentido, estabeleceu um modelo hipotético de uma configuração que estava emergindo nas observações preliminares, isto é, a existência de uma rede ou mais, cujo fios interligavam-se via parentesco e compadrio, várias dessas comunidades.

Plínio dos Santos (2010) nos apresentou alguns dados curiosos sobre as bibliografias históricas tangente ao Estado de Mato Grosso com ênfase na região sul, desmembrada no ano de 1977, cujo objetivo foi a criação de Mato Grosso do Sul. Fato esse vai gerar uma narrativa historiográfica curiosa sobre a questão negra na região, percebeu que boa parte das obras sobre a escravidão estavam localizadas no norte do Mato Grosso, ou seja, no atual Estado do Mato Grosso. Apontando que na região sul, atual Estado do Mato Grosso do Sul, a escravidão quase não se fazia sentir, nem nas citações das obras. O autor em debate, chama atenção que, esse fato sinaliza uma “amnésia estrutural” responsável por “apagar” as marcas consideradas negativas de uma sociedade marcada pelo histórico escravocrata.

Do ponto de vista de caracterização do Estado e das comunidades com seus municípios, o autor apresenta um mapa e tabelas que facilitam a leitura e a compreensão da realidade em análise. Tais dados podem ser entendidos em alguma medida como não somente busca pela compreensão do leitor, mas também pela legitimidade do argumento duma evidência etnográfica. Ao ser autorizado a pesquisar, o autor assinala que entrevistou vários adultos e idosos, homens e mulheres com objetivo de obter memória da escravidão e da migração. Com a intenção de mapear tais elementos, construiu a árvore genealógica de cada uma das comunidades pesquisadas, para em seguida, agrupar cada

uma das árvores que no seu entendimento possibilitou o clareamento sobre a grande rede de parentes que interliga, na atualidade, várias comunidades negras. Ainda em nota de rodapé, preocupou-se em nos informar que não anexou a árvore genealógica ao trabalho devido ao seu tamanho de 10 metros de comprimento, tornando assim impraticável.

Mesmo tendo trabalhado em outros projetos com aquelas comunidades, o autor narra as dificuldades em estabelecer a confiança com a comunidade. Diz-nos que, quando chegou à comunidade Tia Eva, em março de 2008, deparou com aquilo que ele chamou de ligeiro problema, pois diferentemente dos estudos anteriores que realizou para o INCRA, no qual o trabalho respondia o pleito das comunidades quilombolas face a instituição. Conta que uma das lideranças da comunidade, a Dona Lúcia da Silva Araújo Almeida, presidente da Associação Beneficente, dos descendentes de Eva Maria de Jesus, Tia Eva, se negou em aceitar sua pesquisa na comunidade. Posto que a comunidade da referida líder já havia sido alvo de várias pesquisas por parte de estudantes de graduação das áreas de História, Ciências Sociais, Serviço Social, Turismo entre outros. Segundo Plínio dos Santos (2010), a comunidade sente que estes estudos não impactam na resolução dos seus problemas, que muitas vezes, por falta de informação, algumas pessoas da comunidade acabam acreditando que os estudantes ganham dinheiro com os dados obtidos através da pesquisa. Talvez por estas questões que a sua pesquisa foi inicialmente recepcionada com certa desconfiança.

O autor nos informa que, depois de muitas reuniões desmarcadas pela presidente, teve que ir à sua casa para melhor explicar o seu trabalho e colocar “tudo em pratos limpos”. Em seguida, sugeriu a assinatura por parte dele, de um termo de compromisso cujo objetivo dissipar qualquer dúvida sobre a sua pesquisa. Assim assinala: “nesse termo me comprometo a socializar os dados coletados com a comunidade e usar os dados da tese para projetos em benefício da comunidade. Sugeri também que marcada uma reunião com toda a comunidade para que eu pudesse explicar a pesquisa, reunião ocorrida semanas depois” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 47).

Fazendo jus ao método etnográfico, Plínio Santos nos leva a mergulhar no seu universo de pesquisa. Conta-nos que, com a ajuda da comunidade, em três dias, havia conseguido alugar uma casa. Tal decisão, faz parte de um recurso metodológico, evitando a sua vinculação com alguma família específica, o que poderia causar algum desconforto

durante as entrevistas. Nesse sentido, procurou dosar as entrevistas em sua própria casa e dos interlocutores para assim compartilhar também seus próprios cotidianos.

Nesta passagem, com a sua fixação ou morada na comunidade onde pesquisa, o autor nos trouxe à tona os labirintos, curiosidades e os detalhes dos achados no campo. Relata que, ao passar algum tempo na comunidade, começou a ser visitado por vários moradores, alguns deles interessados em saber o que estava fazendo ou estudando. Outros queriam lhe ouvir sobre os vários problemas da comunidade: a questão fundiária, o IPTU, a herança, o acesso à saúde, o relacionamento com os vizinhos, o calçamento das ruas, entre outros. O autor revela que alguns dos dados importantes foram obtidos em sua casa, pois muitos dos entrevistados ficavam mais à vontade para conversar sobre certos assuntos, longe das suas casas e de seus parentes. Salienta que em algumas entrevistas, os interlocutores solicitaram que desligasse o gravador, visto que o não dito publicamente não poderia ser gravado, e sim, tão somente ouvido. Desde forma, aquilo que se configurava a dimensão do não dito, gravitava em torno de conflitos familiares envolvendo terras, determinadas filiações decorrentes de relações sexuais não permitidas pela comunidade ou relações fora do casamento.

Plínio dos Santos (2010) aponta para o fato dos interlocutores terem procurado um espaço “neutro” para falar sobre conflitos que envolvem suas famílias, denotando que estes estavam se valendo de estratégias para a manutenção da reprodução do seu grupo familiar. Isto é, no sentido de preservação familiar sob pena de desmoronamento de toda sua estrutura. Esta observação parece reconhecer à dimensão “sagrada” da família, a ideia que não deve ser algo de exposição alheia: a contenda da família fica na família. E, em caso de quebrar esse “tabu”, que seja bem longe, num espaço seguro e com a pessoa que ofereça alguma garantia que as revelações não chegassem aos ouvidos da família.

Do ponto de vista de uma análise a luz dos procedimentos metodológicos cunhado pelo autor, vamos perceber uma preocupação constante em função de afirmação da sua autoridade enquanto pesquisador através das longas informações sobre a sua trajetória de pesquisa: os feitos acadêmicos, as consideráveis permanências no campo, o retorno ao campo, o detalhamento sobre a geografia do lugar, a formação do seu povo, o quadro genealógico do seu povo, as fotografias da cidade com placa de identificação das ruas, o quadro com distribuição das casas da comunidade, a farta documentação da época, os relatórios, as falas dos interlocutores, etc. Se de um lado, estes elementos apontam para

um trabalho fortemente referenciado, por outro, pode sinalizar em alguma medida, uma tendência ainda que inconsciente, em afirmação da autoridade etnográfica de quem esteve lá, consubstanciado na auto explicação dos dados. Outro aspecto no campo metodológico que me parece digno de observação, tem a ver com o avanço do sinal para os limites porosos do campo restrito da Antropologia, talvez a natureza da pesquisa o tenha levado por esse entendimento, visto que o trabalho carrega consigo uma dose considerável dos procedimentos metodológicos do campo da História (memória), aspectos da Geografia e da Sociologia, evidenciando uma ligeira sobreposição da perspectiva diacrônica.

